

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA  
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA**

**FÁTIMA GRAZIELE DE SOUZA**

**ESTUDO DA MARCA *SE* DO PONTO DE VISTA DA TEORIA DAS OPERAÇÕES  
PREDICATIVAS E ENUNCIATIVAS: CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA  
*TRANSITIVIDADE* E DOS *PROCESSOS REFLEXIVOS* EM LÍNGUA PORTUGUESA.**

**CÁCERES-MT  
2022**

**FÁTIMA GRAZIELE DE SOUZA**

**ESTUDO DA MARCA *SE* DO PONTO DE VISTA DA TEORIA DAS OPERAÇÕES  
PREDICATIVAS E ENUNCIATIVAS: CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA  
*TRANSITIVIDADE* E DOS *PROCESSOS REFLEXIVOS* EM LÍNGUA PORTUGUESA.**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Linguística.

**Orientador:** Dr. Albano Dalla Pria

**Linha de Pesquisa:** Estudos de Processos de Significação

**Bolsa:** CAPES

**CÁCERES-MT  
2022**

Luiz Kenji Umeno Alencar CRB 1/2037

S719e SOUZA, Fatima Graziele de.  
Estudo da Marca SE do Ponto de Vista da Teoria das Operações  
Predicativas e Enunciativas: Contribuição para o Estudo da  
Transitividade e dos Processos Reflexivos em Língua Portuguesa. /  
Fatima Graziele de Souza – Cáceres, 2022.  
143 f.; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Tese/Doutorado) – Curso de Pós-  
graduação Stricto Sensu (Doutorado) Linguística, Faculdade de Educação  
e Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato  
Grosso, 2022.  
Orientador: Albano Dalla Pria

1. SE. 2. Reflexividade. 3. Transitividade. 4. Causalidade. 5. Teoria  
das Operações Predicativas e Enunciativas. I. Fatima Graziele de Souza. II.  
Estudo da Marca SE do Ponto de Vista da Teoria das Operações  
Predicativas e Enunciativas:: Contribuição para o Estudo da Transitividade  
e dos Processos Reflexivos em Língua Portuguesa..  
CDU 81'27

Ficha catalográfica

**ESTUDO DA MARCA SE DO PONTO DE VISTA DA TEORIA DAS OPERAÇÕES  
PREDICATIVAS E ENUNCIATIVAS: CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA  
TRANSITIVIDADE E DOS PROCESSOS REFLEXIVOS EM LÍNGUA PORTUGUESA.**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Albano Dalla Pria  
Orientador – PPGL/UNEMAT

---

Profa. Dra. Marília Blundi Onofre  
Avaliadora Externa - UFSCAR/São Carlos

---

Profa. Dra. Maria Auxiliadora Ferreira Lima  
Avaliadora Externa - UFPI/Teresina

---

Prof. Dr. Marcos Luiz Cumpri  
Avaliador Interno – PPGL/UNEMAT

---

Profa. Dra. Gislaine Aparecida de Carvalho  
Avaliadora Interno – PPGL/UNEMAT

APROVADA EM: 10/06/2022

Ao *Papai do Céu*, por ser a Luz em minha trajetória de Vida.

Aos meus pais, *Aparecida de Souza e Souza e João Carlos de Souza*, pelo exemplo de vida, amor e incentivo nos estudos. A eles devo não somente a dádiva do existir, mas também o plantio da semente que representa a essência da pessoa que tenho me tornado.

Ao meu orientador e amigo, *Albano Dalla Pria*, pelo olhar generoso e por me ajudar a revelar aquilo que posso ser.

A *todos aqueles* que suavizaram a jornada acadêmica através de um ombro amigo, momentos de descontração, palavras de incentivo e força.

## AGRADECIMENTOS

Que todo o meu ser louve ao *Senhor*, e que eu não me esqueça de nenhuma das *suas bênçãos!*  
(Salmos 103:2)

Agradeço a *Deus*, pela dádiva da vida! Por me capacitar para superar as dificuldades e por concluir esse ciclo com saúde mental e física. “*Todas as coisas foram feitas por intermédio d’Ele, e sem Ele nada do que foi feito se fez*” (João 1:3); para Ele e por Ele são todas as coisas, incluindo esta ‘tentativa de análise’ de minha língua materna.

A minha *família*, pelo amor, apoio as minhas iniciativas e principalmente, pelas orações que me motivam a não desistir de Sonhar.

Ao meu orientador, *Albano Dalla Pria*, que me acolheu nos estudos culiolianos; acreditou nos meus sonhos, lapidou minhas perguntas e compreendeu minhas limitações. Agradeço o carinho, atenção, respeito e zelo com que sempre me trata.

Às professoras, *Letícia Rezende* e *Marília Onofre*, pela generosidade, leitura atenta e principalmente por me apresentarem, nos exames de qualificação e defesa, tantos “horizontes” de pesquisa que ainda poderão ser trilhados.

À professora, *Neuza Zattar*, que me trouxe ao universo dos estudos da significação, ao me aceitar como orientanda na graduação, meus sinceros agradecimentos, pelo carinho e por todos esses anos de ensino que me ajudaram a trilhar o caminho até aqui.

À professora *Maria Auxiliadora*, agradeço sua atenção, críticas e sugestões que me ajudaram a tornar este trabalho mais refinado.

Ao professor, *Marcos Cumpri*, por suas aulas na pós-graduação, imprescindíveis para o meu amadurecimento teórico. Agradeço, também, pelo aceite para participar do exame de defesa e por me permitir tomar ciência de suas sugestões acerca de nosso trabalho. Com carinho, agradeço a professora *Gislaine* pelo aceite e valorosas contribuições no exame de defesa.

Aos *amigos*, pelas alegrias, risos e sonhos partilhados.

Em especial, agradeço aos *amigos* que o universo acadêmico me presenteou, *Joseléia, Marta, Isael, Mara, Jane, Leila* e *Sylvain*.

À *UNEMAT*, por ser a instituição que me acolheu e instruiu nos últimos 10 anos. À *CAPES* pela concessão da bolsa parcial.

[...] o homem está no mundo, é no mundo que ele se conhece.  
(Maurice Merleau-Ponty)

Há uma epistemologia do compartimentado, do estático e do linear, ao que parece, à prova dos fenômenos, que é necessário substituir por uma *epistemologia do interativo*, do dinâmico e do não-linear, em uma *dialética complexa do rígido e do maleável* na qual *se constroem e se desconstroem as figuras do estável e do instável através de plasticidade regulada da linguagem*.

(Antoine Culioli)

*Uma palavra abriu o roupão para mim. Ela deseja que eu a seja.*  
(Manoel de Barros)

Só sei que Nada Sei.  
(Sócrates)

## RESUMO

Este trabalho, inscrito na linha de pesquisa *Estudos de Processos de Significação* do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), tem como objetivo o estudo da reflexividade atribuída ao pronome *SE* como o produto da dinâmica de contextualizações enunciativas em que a unidade se insere. Para tanto, fundamentamos o desenvolvimento da pesquisa na proposta de Antoine Culioli, proponente da Teoria das Operações Predicativas Enunciativas (CULIOLI, 1990, 1999a, 1999b). Nessa direção, visamos observar como o valor (reflexivo) da unidade se determina em razão dos modos pelos quais ela é colocada em relação com outras unidades. Nesse caso, buscamos visualizar o processo pelo qual um dado conteúdo de pensamento toma corpo e se transforma em representação na relação intersubjetiva. Distanciamos-nos, nesse caso, das abordagens de análise estática da língua e priorizamos tomar o material verbal como traço de construção de significação. Posto isto, constituímos um *corpus* com quatro ocorrências coletadas do meio eletrônico *Corpus do Português*. A metodologia se baseou na atividade de reformulação, também denominada de glosagem ou parafrasagem (FRANCKEL, 2011; FUCHS, 1985). Por meio dos procedimentos de reformulação pudemos esboçar um sistema de representação metalinguística para o funcionamento de *SE* em que procuramos dar ênfase à hipótese de que a reflexividade em língua não é exclusiva do *SE*, ainda que às vezes possa parecer. Observamos que, nos enunciados estudados, a reflexividade de *SE* é dependente das marcas de asserção do contexto encaixante que permite se passar de uma possível reflexividade (projeção de predicado) para uma reflexividade de fato (ocorrência de predicado). Ao darmos ênfase, nessa direção, ao fato de que as relações nocionais, sintáticas e enunciativas sustentam os valores que despontam em língua, mas não só, notamos que outros valores nem sempre são visíveis. Posto isto, insistimos que o valor reflexivo está fundamentado na experiência variável dos sujeitos, e que esses projetam tal valor no *SE*, na situação de produção e interpretação de textos, quer dizer na situação de prática de linguagem. Concluimos que a experiência (variável) dos sujeitos enunciativos com o mundo e com a linguagem resulta na projeção do valor reflexivo sobre o *SE*, embora nem sempre essa projeção se confirme pela prática de linguagem dos próprios sujeitos que, ao lidar com o empírico (propriedades das noções semânticas; relação entre noções semânticas; relação entre o eu e o outro), em cada situação particular de diálogo, por vezes encontram obstáculos para a construção das suas projeções acerca de como se encontra organizada a relação entre o mundo (propriedades psicossociais) e a linguagem.

**Palavras-chave:** Se, Reflexividade, Transitividade, Causalidade, Alteridade, Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas.

## ABSTRACT

This work, inscribed in the research line of *Significance Processes Studies* of the *Stricto Sensu* Postgraduate Program in Linguistics at the State University of Mato Grosso (UNEMAT), aims to study the reflexivity attributed to the pronoun *SE* as the product of the dynamics of enunciative contextualization's in which it is inserted. The development of this research is based on Antoine Culioli's Theory of Enunciative Predicative Operations (CULIOLI, 1990, 1999a, 1999b). In this way, we intend to observe how the (reflexive) value of the unit is determined due to the ways in which it is put into relation with other units. In this case, we intend to visualize the process by which a given content of thought takes shape and is transformed into representation in the intersubjective relation. We dissociated our attention, in this case, from approaches of static analysis of language and prioritized taking the verbal material as a trace of construction of meaning. Therefore, we constituted a *corpus* with four occurrences collected from the electronic Portuguese *Corpus*. The methodology was supported on the reformulation activity, also called gloss or paraphrase (FRANCKEL, 2011; FUCHS, 1985). Through reformulation procedures, we were able to draft a system of metalinguistic representation for the functioning of *SE* in which we searched to emphasize the hypothesis that reflexivity in language is not exclusive to *SE*, as it sometimes may seem to be. We observed that, in the utterances studied, the reflexivity of *SE* is dependent on the assertion marks of the enclosing context that allows moving from a possible reflexivity (predicate projection) to a de facto reflexivity (predicate occurrence). When we emphasize, in this direction, the fact that notional, syntactic and enunciative relations support the values that emerge in language, but not only, we notice that other values are not always visible. Having said that, we insist that the reflexive value is based on the subjects' variable experience, and that they project such value on the *SE*, in the situation of production and interpretation of texts, that is, in the situation of language practice. We conclude that the experience (variable) of the enunciating subjects with the world and with language results in the projection of the reflexive value on the *SE*, although this projection is not always confirmed by the language practice of the subjects themselves who, when dealing with the empirical (properties of semantic notions; relationship between semantic notions; relationship between the self and the other), in each particular dialogue situation, they sometimes find obstacles to the construction of their projections about how the relationship between the world is organized (psychosocial properties) and the language.

**Keywords:** *SE*, Reflexivity, Transitivity, Causality, Alterity, Theory of Enunciative Predicative Operations.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Classificação dos tipos de <i>SE</i> conforme a possibilidade de alteração da estrutura argumental do verbo.....	42
Quadro 2- Representação de Evento Transitivo.....	69
Quadro 3- Representação de Construção Transitiva.....	69
Quadro 4- Transitividade: traços sintático-semânticos.....	75
Quadro 5- Traços da individuação do objeto.....	76
Quadro 6- Domínio de Validação do predicado: <i>SE</i> reflexivo.....	132

## SUMÁRIO

<b>Preâmbulos</b> .....	12
<b>1. O caminho não trilhado que optamos percorrer...</b> .....	20
<b>1.1 A articulação da linguagem com as línguas naturais:</b> questões de significação .....	21
<b>1.2 Atividades linguageiras:</b> representar, referenciar e regular .....	26
<b>1.3 Alteridade:</b> o Outro como constitutivo do Mesmo .....	30
<b>1.4 Entre o estável e o instável:</b> a categoria de determinação .....	37
<b>2. No caminho da palavra ‘acostumada’</b> .....	39
<b>2.1 O SE reflexivo</b> .....	44
<b>2.2 A reflexividade na aquisição de uma língua</b> .....	55
<b>2.3 No caminho indistinto de categorização:</b> noção e domínio nocional .....	60
<b>2.4 As marcas do sujeito:</b> o projeto do enunciado em construção .....	64
<b>2.5 As modulações no tempo e no espaço:</b> o aspecto .....	65
<b>2.6 Transitividade:</b> modos de observar os conteúdos construídos em língua .....	66
<b>3. SE:</b> outros caminhos possíveis.....	93
<b>3.1 Um gesto de síntese</b> .....	128
<b>4. O caminho SE faz caminhando...</b> .....	133
<b>Referências</b> .....	136

## Preâmbulos

---

[...] Eu contarei isso enquanto expiro  
Em algum lugar, em tempos e tempos:  
Pois duas trilhas em um bosque divergiram, e eu,  
Eu tomei aquela que menos percorreram,  
E isso fez toda a diferença<sup>1</sup> [...]  
(Robert Frost, 1920).

Iniciamos nossa reflexão rendidos ao encanto da *poiesis*, impulso do espírito humano para a criação de algo a partir da racionalidade, imaginação, curiosidade, sensibilidade e sentimentos. Defendemos que, tal como o fazer poético, a ciência quando se expressa de maneira genuína produz beleza. Afinal, se o texto poético é aquele que reside na mente do artista, enquanto forma desprovida de matéria significante, enquanto conteúdo que aguarda a organização, ordenação da matéria para compor o objeto artístico; o fazer científico, em nossa compreensão, também, corresponde ao movimento singular de execução e organização de um objeto concebido, observado, descrito pela potência humana que nomearemos, sem pretensão com a verdade filosófica, como racionalidade.

O texto poético é tão antigo como o próprio homem, assim como a busca de compreender nossa habilidade, tão distinta dos demais componentes da natureza, de expressão pelos arranjos léxico-gramaticais de uma língua. Nos registros dos primeiros núcleos civilizatórios, como o egípcio, o sumeriano, o chinês, o indiano, encontramos poesias, os mais antigos textos místicos, como é o Mahabharata, o Ramayana, o Rig Veda, são contados em forma poética<sup>2</sup>. Por fim, parece-nos que “a razão e a linguagem são, indissocialmente, os atributos próprios da humanidade” (AUROUX, 2009, p. 11).

Essa constatação permite-nos a ousadia de aproximação entre *fazer poético* e *fazer ciência*. Ressalta-se que nem todo homem é poeta e nem todo homem é cientista, por isso, esperamos que as páginas que redigimos para compor esta tese, além da descrição de problemas linguísticos, permitam ao nosso leitor visualizar a trilha que optamos percorrer, a nossa busca

---

<sup>1</sup> Retirado do poema “*The road not taken*” (FROST, 1920).

<sup>2</sup> Cf. *Fundamentos filosóficos da poesia*. Disponível em: <https://nova-acropole.org.br/blog-saiba-mais/artigos/fundamentos-filosoficos-da-poesia/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

particular de amadurecimento técnico e pessoal (longe do utilitarismo que alicerça um certo tipo de definição de ciência), de disciplinação da imaginação, do exercício de lapidação da abstração daquilo que se apresenta à mente, da reflexão que leva a caminhos frequentemente inesperados e que fazem toda a diferença.

Isso induz-nos a repensar a produção de formas que se inicia no momento em que marcamos linguisticamente nossas representações (como sujeitos falantes e linguistas em construção) por meio do léxico e da sintaxe da língua em concordância com nossa experiência subjetiva e intersubjetiva. Ou melhor dizendo, o refinamento de nossa expressão linguística, pelos “processos simultâneos de centralização (identidade e autoconhecimento) e descentralização (alteridade ou conhecimento do outro)” (REZENDE, 2008, p. 96).

Por fim, esperamos que o trabalho, aqui apresentado, seja entendido como nosso esforço pessoal de dialogar, adequar, determinar nossas representações e experiências a do outro. Esse percurso é marcado por um processo operatório de montagem e desmontagem de unidades, valores e significados. As inúmeras páginas rascunhadas, que não compõe essa versão final, validam esse movimento em busca de adequação.

À vista disso, consideremos, novamente, uma relação aproximativa com o fazer poético, no qual:

Não existe palavra, frase ou língua, que sejam por si mesmas poéticas; a palavra, a frase, a língua, as faz poéticas o poeta. São poéticas quando feitas ou refeitas pelo criador enquanto criador; e êste as torna poéticas ao *convertê-las em veículo de sua síntese pessoal da realidade, de forma a serem aptas para transmitir essa síntese aos demais.* (CONORADO, 1966, p. 58, grifo nosso).

Se para Conrado (1966) o poeta é aquele que metamorfoseia, transmuta os arranjos léxico-gramaticais de uma dada língua para transmitir uma síntese pessoal da realidade ao seu interlocutor, em nossa concepção o linguista que se fundamenta no referencial teórico da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (doravante TOPE<sup>3</sup>) proposta pelo francês Antoine Culioli, em sua atividade metalinguística consciente é encarregado de “esfregar, em um diálogo incessante, as palavras umas contra as outras como panos entrelaçados, até desgastá-las, até ver surgir a sua *trama*, de confrontar as intuições até uma transparência quase imaterial” (FRANCKEL, 2011, p.106-107, grifo no original).

---

<sup>3</sup> A partir desse momento, utilizaremos, apenas, a forma abreviada (TOPE).

O confronto de nossas intuições advém do projeto teórico da TOPE que, ao sustentar-se na conceituação da linguística como ciência, cujo interesse é apreender a atividade de linguagem por meio da diversidade das línguas e dos textos, orienta o trabalho do estudioso para uma trilha árdua e inquietante de fazer e refazer, de montar e desmontar palavras, sequências e significados para ver “surgir a sua *trama*<sup>4</sup>”, isto é, o movimento estruturador de criação que articula o empírico e o formal, o instável e o estável.

Em outros termos, passamos a levar em consideração que os textos (produto) trazem “marcas do processo que o subjaz: o trabalho (apropriação e ajustamento) do sujeito para colocar a linguagem em funcionamento. Cada ocorrência, portanto, é particular, constructo oscilante, inscrito no tempo-espaço do diálogo” (SOUZA, 2018, p. 13).

Em síntese o arcabouço teórico da perspectiva culioliana propõe o olhar infantil, desautomatizado, não impregnado pela cultura, normas e padrões, por isso a dificuldade da leitura dos textos teóricos e o cansaço em produzir reflexão quando estamos acostumados com a perspectiva clássica.

Antoine Culioli, em um dos encontros<sup>5</sup> com Claudine Normand, ao ser interpelado sobre os desafios de sua proposição teórica afirmou que: “[...] eu faço ondas, eu jogo pedras em determinada posição, com ângulos diferentes, em uma água mais ou menos viscosa... eu olho o que isso produz”. Em outro momento menciona Braque e a definição de arte como aquilo que “é encarregada de perturbar”. Propõe, por fim, substituir o termo arte por linguística e assevera: “Se eu perturbo, é preciso se perguntar se sou eu que perturbo ou se são as pessoas que tinham necessidade de ser perturbadas” (CULIOLI; NORMAND, 2005, p. 194).

Diante de tais provocações, Claudine Normand lança uma bonita definição, com a qual compartilhamos, para o trabalho desenvolvido por Culioli: “o que você faz, de fato, não é provavelmente ciência no sentido que se entende habitualmente, também não é filosofia; eu tenho vontade de dizer que é *poética*” (idem, p. 176, grifo nosso). Ela, ainda, acrescenta em um artigo publicado posteriormente:

Parece-me, portanto, possível, por uma aproximação que, espero, não parecerá exagerada, ver uma *poética* que, como parte da observação desse objeto empírico que é a atividade da linguagem e sem cessar solicitada por sua complexidade, dá os princípios para abordá-la, analisá-la e representá-la. É ao mesmo tempo uma *prática* pela ação (sempre continuada) de um método que dá lugar ao imprevisto, prepara para apreendê-lo, faz surgir novos fenômenos

---

<sup>4</sup> Idem.

<sup>5</sup> Claudine Normand entre 21 de outubro de 2002 e 8 de abril de 2003 se encontrou e discutiu questões referentes a teoria proposta por Antoine Culioli. Esses encontros foram publicados em 2005. Cf. CULIOLI, A; NORMAND, C. *Onze rencontres: sur le langage et les langues*. Paris: Ophrys, 2005.

e com eles novos problemas. É enfim também uma *ética*, que nos ensina a admitir que o herói de mil facetas não pode nunca ser completamente apreendido, organizado, catalogado, que, sem cessar, escapa e prolifera de modo irracional e o mais frequentemente imprevisível; de tal modo que *continuar a persegui-lo supõe uma escolha de vida e manifesta um jogo subjetivo*. (NORMAND, 2009, p. 11, grifo nosso).

Como se lê em Normand (2005, 2009), escrever um trabalho investigativo ancorado nos pressupostos culiolianos requer pulsão de vida e obstinação na busca. Nesse ponto, recordamo-nos da afirmação de Jean-Paul Sartre (1978, p. 9) de que somos condenados a escolher. Acrescentamos que a escolha é o céu e o inferno.

É o céu porque, senão, o sujeito seria monolítico, uma pedra, um bloco. É o inferno porque ele precisa constantemente se equilibrar, se encontrar, se construir face a si mesmo como outro, e face ao outro como o outro mesmo. (REZENDE, 2010, p. 23).

Desse modo, ter como orientação um referencial teórico que pressupõe a indeterminação da linguagem<sup>6</sup>, a articulação léxico-gramatical e a inserção do sujeito, “implica considerar que a imprevisibilidade pode vir de todos os lados e, portanto, o movimento de adaptação e reorientação são constituintes do caminhar” (SOUZA, 2018, p. 14). Por fim, adotar o “projeto teórico da TOPE significa questionar as nossas próprias regras, as nossas certezas, enquanto falante de uma língua” (ibidem).

Seguindo essa linha, a proposta do trabalho, aqui apresentado, resulta de uma investigação acerca da reflexividade<sup>7</sup> atribuída ao pronome *SE*<sup>8</sup>. Assumimos, como ponto de partida, para a compreensão do pronome *SE*, em língua portuguesa, a enunciação enquanto processo pelo qual o enunciado se constrói. Logo, nem o enunciado nem a enunciação são algo pronto e acabado, mas são perspectivas ora pontual ora alargada de um processo mais amplo que é o processo de construção de significação (CULIOLI, 1967).

Reiteramos que a base desse processo encontra-se sustentada por operações definidas por Culioli (1990, 1995, 1999a, 1999b) como operações predicativas e enunciativas. Mais do que explicitar tais operações, nosso objetivo foi observar os modos pelos quais tais operações sustentam os valores que se encontram estabilizados nos enunciados com *SE*, ou em outros

---

<sup>6</sup> Compreendemos a atividade de linguagem como um trabalho, ou seja, os termos da língua se direcionam constantemente para uma imprecisa direção de sentido, implicando um esforço por parte do sujeito que busca a determinação do que deseja significar (construção do texto).

<sup>7</sup> Reiteramos a existência de outros pronomes reflexivos em língua portuguesa (si, consigo, me, te, nos e vos) e enfatizamos que nosso recorte de pesquisa compreende a partícula *SE*.

<sup>8</sup> O pronome *se*, em nosso trabalho, será representado por letras maiúsculas e itálico.

termos, pretendemos visualizar o trabalho do sujeito ao relacionar formas quando produz e interpreta textos orais e escritos em situação prática de fala.

Nessa direção, para os propósitos de nossa pesquisa, constituímos um *corpus* representativo de ocorrências com *SE* reflexivo. Todos os enunciados foram extraídos da compilação de textos denominada *Corpus* do Português. Esse banco de dados foi construído pelo professor Mark Davies, financiado pelo National Endowment for the Humanities (2004, 2015) e faz parte da coleção corpora da BYU. O *Corpus* do Português atualmente compõe-se de duas plataformas de dados: uma histórica, com cerca de 45 milhões de palavras, e outra, de páginas da web com aproximadamente 1 bilhão de palavras. A versão *web* apresenta textos de quatro países de língua portuguesa (Brasil, Portugal, Angola, Moçambique).

Metodologicamente, o *corpus* se constitui com quatro ocorrências em língua portuguesa do Brasil<sup>9</sup>, em que *SE* aparece relacionado com formas verbais regulares e irregulares; conjugadas no modo indicativo e imperativo; classificados quanto à transitividade como formas intransitivas, pronominais e transitivas. Quanto ao tipo textual, destacamos que todas as ocorrências provêm de mecanismos midiáticos (jornais e blog). Reiteramos que não é objetivo deste trabalho tirar conclusões sobre a relação de *SE* com algum gênero, em particular, através da análise dos enunciados do *corpus*.

A escolha de tais ocorrências, dentre o vasto número de textos que compõem o banco de dados, se alicerça na hipótese culioliana de que há um princípio regulador (invariante) subjacente aos vários empregos do marcador (variante). Ao observarmos alguns exemplares lançamos luzes sobre os demais. Com o trabalho de proliferação (montagem e desmontagem) das ocorrências recuperamos aquilo que é singular e aquilo que suporta a generalização gramatical, isto é, observamos os vestígios deixados pela passagem da noção à representação linguística, os mecanismos que sustentam e permitem a construção do sentido.

Quanto à estruturação do trabalho, organizamos, semelhantemente a nossa escrita dissertativa<sup>10</sup>, as seções com base na metáfora do *Caminhar*. A motivação para apropriação do recurso metafórico, para guiar um trabalho na academia, que se submete a um conjunto de normas rigorosas na procura de se extrair a subjetividade do pesquisador, pode ser explicada com mais uma aproximação com o domínio do texto literário.

---

<sup>9</sup> Destacamos que o site *Corpus* do Português dispõe de ferramentas de verificação das fontes o que viabilizou nossa pesquisa.

<sup>10</sup> SOUZA, F. G. *Estudo do marcador DE REPENTE sob o enfoque da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas*. 104 f. Mestrado (Dissertação em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres: MT, 2018.

Retomando o poema em epígrafe, tal como ressalta a voz lírica, a ação de caminhar pode apresentar ao sujeito trilhas que divergem. A escolha de percorrer uma ou outra pode fazer toda a diferença. Porém, é corriqueiro mantermos nossos olhos fixos nos resultados obtidos pela caminhada e esquecermo-nos do porquê caminhar e do porquê optar por uma trilha em detrimento de outra. Não é usual nos trabalhos acadêmicos descrever o desenvolvimento dos hábitos e dos rituais que ajudam o pesquisador a chegar no horizonte almejado.

Nesse sentido, reforçamos, uma vez mais, que no correr das linhas que compõem esse trabalho apresentamos ao nosso leitor o esforço na descrição dos caminhos que percorremos em busca de uma compreensão mais refinada sobre o fenômeno da transitividade e da reflexividade em língua portuguesa do Brasil. Tal reflexão distancia-se dos pressupostos lógico-gramaticais por preocuparmos-nos com os percursos enunciativos marcados por operações em que o sujeito enunciador, em determinada situação de enunciação (ajustamento), busca significar e construir sentidos.

A descrição de nossa busca explicita que

[...] fazer uma tese significa, pois, aprender a pôr ordem nas próprias ideias e ordenar os dados: é uma experiência de trabalho metódico; quer dizer, construir um "objeto" que, como princípio, possa também servir aos outros. Assim, *não importa tanto o tema da tese quanto a experiência de trabalho que ela comporta.* (ECO, [1932] 2018, p. 5, grifo nosso)

Dito isso, a seção 1, intitulada *O caminho não trilhado que optamos percorrer*, marca um percurso reflexivo acerca do projeto epistemológico da linguística culioliana: a articulação da linguagem com as línguas naturais. Trazemos, ainda, a conceituação dos processos languageiros de representação, referenciação e regulação, juntamente com a categoria de determinação de ocorrências.

Por fim, entendendo que a construção e significação de um texto subjaz pela relação dialética entre homem, linguagem e mundo que se marca na própria superfície da língua, propomos uma breve incursão pela noção de alteridade, “uma função básica da natureza do objeto língua ou linguagem” (REZENDE, 2000, p. 271).

A seção 2, nomeada como *No caminho da palavra ‘acostumada’*, apresenta um breve histórico sobre a delimitação do fenômeno da reflexividade expressa por *SE*, com base em gramáticas tradicionais. Constatamos que a abordagem tradicional caracteriza a reflexividade ora como uma operação lexical responsável pela alteração da grade argumental do verbo ora como uma operação sintática estabelecida entre um verbo e um pronome num processo

anafórico ora como o resultado do processo interpretativo da junção de operações que abarcam léxico e sintaxe.

Observamos, ainda, que os exemplos disponibilizados são enunciados padronizados e com boa formação gramatical. Ressalta-se, nessa medida, uma certa automatização da língua, que não permite visualizar deslizos, equívocos, movimentos enunciativos.

O caráter estável presente nas descrições gramaticais instigou-nos a buscar como a reflexividade é observada no processo de aprendizado de uma língua<sup>11</sup>. Delimitamos nossa pesquisa, pela vasta bibliografia encontrada, a tese de Zhang Yunfeng (2018) que teve como objetivo analisar o modo de aquisição/aprendizagem do *SE* anafórico (*SE* reflexivo e *SE* recíproco) da língua portuguesa europeia por aprendizes chineses que tem como língua materna o mandarim.

Em nossa incursão pelos estudos de Yunfeng (2018), notamos, uma vez mais, que a reflexividade não é inerente a um termo específico da língua. É a situação de enunciação que constitui as condições necessárias para a compreensão das sequências. A significação que desponta em língua é resultado de um processo de construção de formas abstratas reguladas por operações invariantes que o sujeito coloca em prática quando articula noções, constrói domínios, categorizações por meio dos processos de referenciação e regulação.

É nessa direção que fomos conduzidos ao conceito culioliano de noção e domínio nocional que nos permitiu defender que a significação é variável e dinâmica. As noções, enquanto um feixe de propriedades físico-culturais, conjugam três domínios separados, *a priori*, nos estudos tradicionais e até mesmo nos de aquisição de língua: o domínio léxico, gramatical e o cognitivo. Ressaltamos que as noções, enquanto propriedades, possibilitam a caracterização dos objetos e dos fenômenos do mundo.

Ao trazermos o conceito de noção, abrimos espaço para visualizar a construção da significação como movimento dinâmico, resultante do diálogo posto em jogo na enunciação. Pontua-se, nessa medida, que não recortamos a variação<sup>12</sup>, como fazem os estudos de gramática tradicional, e nem assumimos um certo grau de variação (contextual). Ao contrário tomamos, o movimento como de princípio. Damos ênfase à compreensão das estabilizações em língua, como resultado de um ponto, dentre outros, que realça para sujeitos particulares em trajetórias

---

<sup>11</sup> Nosso objetivo não foi construir uma reflexão acerca do ensino de língua, mas observar a atividade de linguagem (força dinâmica) pela articulação léxico-gramatical no trabalho enunciativo.

<sup>12</sup> Compreendemos o termo variação na mesma direção que Rezende (2014, p. 81), “colocaremos que existe uma variação radical de experiência (variação espaço-temporal dos indivíduos) e de expressões linguísticas correspondentes”.

fundamentadas pela instabilidade e expomos os conceitos de modalidade e aspecto, enquanto marcas do sujeito.

Apresentamos, ainda, uma reflexão em torno da noção de transitividade verbal com base nos estudos gramaticais. Na sequência estabelecemos um breve diálogo com a linguística funcional, principalmente com Hopper e Thompson (1980) e Thompson e Hopper (2001). Respalda-nos pelos estudos de Rezende (2000) contrapomo-nos as visões teóricas em destaque e passamos a entender transitividade como causalidade, “enquanto um circuito que perpassa um enunciado conectando as suas partes, dando-lhe unidade e atribuindo-lhe um valor” (REZENDE, 2000, p. 5).

Na seção 3, *SE: outros caminhos possíveis*, situamos as análises desenvolvidas com o *SE* reflexivo. Nosso intento foi a construção de um sistema de representação metalinguística cujo objetivo foi acessar as operações subjacentes à representação na língua com a unidade *SE*. Pelo procedimento de parafraseagem procuramos recuperar o processo de construção da significação com *SE* reflexivo.

Para tanto, assumimos como hipótese que o valor reflexivo está fundamentado na experiência (variável) dos sujeitos com o mundo e com a linguagem e que esse valor é projetado pelos sujeitos enunciadore sobre o *SE*, embora nem sempre essa projeção se confirme pela prática de linguagem dos próprios sujeitos que, ao lidar com o empírico (propriedades das noções semânticas; relação entre noções semânticas; relação entre o eu e o outro), em cada situação particular de diálogo, por vezes encontram obstáculos para a construção das suas projeções acerca de como se encontra organizada a relação entre o mundo (propriedades psicossociais) e a linguagem.

Para finalizar, na seção 4, *O caminho SE faz caminhando*, retomamos as propostas delineadas no correr de nosso estudo e enfatizamos nossa conclusão de que o movimento é de princípio. Logo, novos caminhos, ainda, serão trilhados, além dos que se esboçaram neste trabalho embrionário.

Em suma, pensamos que a bonita definição de homem, proposta por Rezende (2000, p. 9, grifo nosso) sumariza as inquietações que persistem em acompanhar nossa trajetória acadêmica: “Um ser que nasce indeterminado e orientado para o movimento e para o outro (o diferente dele). E nesse movimento, nesse deslocamento, nessa ação, ele se define e define o outro”.

## 1. O caminho não trilhado que optamos percorrer...<sup>13</sup>

---

[...] no início é o olhar que interroga as coisas.  
(MERLEAU-PONTY, [1964] 2014, p. 105).

Na esteira do raciocínio em epígrafe compreendemos que a interrogação é a bússola do caminhar humano. Valendo-nos de uma das máximas saussurianas (SAUSSURE, [1916] 2006, p. 15), acrescentamos que “é o ponto de vista que cria o objeto”. O olhar do observador diante dos fatos da língua determina o modo como o objeto pode ser interrogado. Cite-se, como exemplo, a partícula *SE*, que tem lugar cativo e controverso na vasta bibliografia dos estudos gramaticais e linguísticos.

Isso faz-nos compreender que ainda que sejam variáveis os pontos de vista acerca de um objeto, sempre há pontos de vista. Ainda que os objetos sejam variáveis, sempre há um objeto. Posto isto, questionamos o que seria mais importante: o ponto de vista, o objeto ou aquilo (variação experiencial) que fundamenta o ponto de vista e o objeto?

Tal indagação fundamenta a proposta de nossa reflexão que é apresentar um olhar demorado acerca do caminho que optamos percorrer quando nos orientamos pelos fundamentos epistemológicos da TOPE, em especial, sobre a articulação da atividade de linguagem com as línguas naturais. Conseqüentemente refletiremos sobre o movimento de construção de valores, de estabilização de certos significados e não outros, resultantes da relação dialética entre homem, linguagem e mundo que se marca na própria superfície da língua.

O olhar apressado parece conduzir-nos a um acesso instantâneo ao mundo em que se situam significações fixas e repetíveis. Contudo, pretendemos contemplar o objeto (forma e matéria; léxico e sintaxe) com a única preocupação de vê-lo existir e desdobrar-se diante de nossos olhos com suas riquezas.

Não pretendemos descrever uma experiência calcada, ora na subjetividade absoluta, ora na objetividade absoluta, dadas por definições filosóficas ocidentais que suprimem o problema do outro e do mundo. Defendemos que compreender a atividade de linguagem como trabalho é observar o homem se construir e construir o outro; isto é, a pulsão de um organismo

---

<sup>13</sup> Inspirado no poema de Robert Frost “The Road Not Taken”.

vivo ao se relacionar com o mundo. Consequentemente, não consideramos as línguas naturais como expressões prontas e depuradas de um determinado conteúdo.

Explicitamos, por esse viés, que no contexto particular da interação verbal o linguista pode visualizar a construção dos conteúdos na prática, ou seja, o significado linguístico como resultado da atividade dos sujeitos na construção de conteúdos através de formas de uma língua dada.

Posto isto, passemos, no próximo item, a discorrer, pontualmente, acerca do programa de trabalho da TOPE: articulação da atividade de linguagem com as línguas naturais.

### **1.1 A articulação da linguagem com as línguas naturais: questões de significação**

Em Conrado (1966, p. 59) encontramos a definição de que o trabalho do poeta é ressuscitar “as palavras sepultadas no léxico comum”. Na esteira dessa compreensão, pelo fazer científico, parafraseando Culioli (2010), ousamos dizer que o trabalho do linguista ao se colocar como sujeito que produz e reconhece formas, produzindo observações acerca dos movimentos (é o mesmo; é diferente; é o mesmo com modulações; é aceitável; é inaceitável); proliferando os significados, multiplicando os exemplos dos enunciados possíveis e impossíveis, restitui a vida as palavras anteriormente, enterradas no léxico.

O trabalho de refinamento das glosas, enquanto atividade metalinguística consciente, permite teorizar fatos antes imperceptíveis ao olhar acostumado, ao problematizá-los o linguista teoriza os processos de produção e reconhecimento de formas em sua relação com a atividade de linguagem.

Questiona-se, nessa medida, a visão de comunicação linear, de informação calibrada pelo léxico, que toma a linguagem, em termos behaviorista, de estímulo e resposta, como instrumento de transmissão e condução comportamental de um sujeito para o outro. Isto é, uma relação imutável entre a atividade mental (construção de representação) e os objetos do mundo. Em visão utópica, “quão feliz seria o linguista se pudesse combinar um léxico pré-condicionado [*précontraint*] e fragmentos de experiência! Infelizmente, ou felizmente, não é assim”<sup>14</sup> (CULIOLI, 2010, p. 121, grifo no original).

Optamos por acreditar que felizmente, não é assim. Afinal, “é um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a *linguagem ensina a própria definição de homem*” (BENVENISTE, 2005, p. 285, grifo nosso). É nesse ponto crucial que

---

<sup>14</sup> No original: “¡qué feliz sería el lingüista si pudiera hacer corresponder un léxico precondicionado [*précontraint*] y fragmentos de experiencia! Por desgracia, o por suerte, no es así. (CULIOLI, 2010, p.121, grifo no original).

reside a força e a fragilidade de nossa reflexão. Tal como prefaciado por Benveniste ([1966] 2005) na obra, *Problemas de Linguística Geral I*, “a linguagem é, de fato, um objeto difícil e [...] a análise do dado linguístico se faz por árduos caminhos”.

Advém dessa constatação a orientação culioliana de que a linguística deve se ocupar do estudo da atividade de linguagem apreendida por meio da diversidade das línguas naturais. Considera-se, nessa direção, que as línguas, enquanto produto histórico, empírico, são o único caminho para acessar o domínio da atividade de linguagem, definida como a capacidade humana de representar, referenciar e regular.

Em outras palavras,

[...] a atividade de linguagem remete a uma atividade de reprodução e reconhecimento de formas, ora, essas *formas* não podem ser estudadas independentemente dos textos, e os textos não podem ser independentes das línguas.<sup>15</sup> (CULIOLI, 1990, p. 14, grifo no original).

O fio condutor, de nossa reflexão, é a ligação tênue entre a atividade criadora de formas e as formas construídas. Ansiamos, como o poeta, vivificar a palavra, independentemente do seu significado e de sua expressão sonora. Esperamos não reduzi-la ao lugar comum, desgastado, despoetizado. Afinal, se “a rosa só pode florescer no poema como canto; é cantando-a que o poeta faz florescer a rosa no poema” (CONORADO, 1966, p. 60). É no vaivém entre a observação e a teorização que o linguista faz “florescer” a palavra, enquanto fenômeno linguístico estável e plástico.

A hipótese culioliana é, portanto, sedutora, e dilui, em certa medida, uma querela antiga entre as ciências da linguagem que remontam questões sobre a natureza da significação. Consideramos que as palavras do filósofo Willard Van Orman Quine sintetizam tal contenda: em se tratando de semântica, vivíamos a estranha situação de não saber do que falávamos!<sup>16</sup>

Desse modo, uma questão central se coloca: de onde vem que a linguagem signifique? Tal ingadação vem acompanhada de uma outra: qual a relação entre linguagem, pensamento e realidade?

As respostas para tais questões que concernem ao problema da interação humana por meio da expressão verbal estabeleceram dois paradigmas que ainda respaldam os estudos da

---

<sup>15</sup> No original: [...] L'activité de langage renvoie à une activité de production et de reconnaissance de *formes*, or, ces formes ne peuvent pas être étudiées indépendamment des textes, et les textes ne peuvent être indépendants des langues. (CULIOLI, 1990, p. 14, grifo no original).

<sup>16</sup> Retomamos essa consideração de W. V. O. Quine a partir da leitura de Sylvain Auroux na obra *Filosofia da linguagem* (2009, p. 54).

linguagem. Em um ponto de vista se privilegia a significação pela via interioridade- exterioridade, ou seja, a relação do sujeito com sua representação, o inatismo das estruturas cognitivas. De outro ponto de vista, a significação irrompe pela via exterioridade-interioridade, ou seja, as convenções (história) regulariam, coercitivamente, a dimensão psíquica (criatividade) do sujeito. Portanto, ora temos a primazia do empírico sobre a estruturação mental, ora primazia das estruturas mentais sobre o empírico.

Vejamos que num extremo, a linguagem é tratada como um meio privilegiado de compreensão da estrutura do pensamento. Com efeito, alude-se, em certa medida, às teses idealistas platônicas. Isto é, o desenvolvimento dos processos de organização da experiência com base em uma racionalidade pura que se impõe do interior, sem explicação causal possível, para o exterior.

Coloca-se em relevo, nessa direção, que a função da linguagem é ser canal de observação da cognição humana; instrumento para se compreender estruturas internas do pensamento que não se constroem, mas se explicitam gradualmente pelo agir do sujeito, em uma relação, praticamente, sincrônica e harmônica entre pensamento e mundo; em síntese, a linguagem humana, nada mais seria “do que o pensamento representado” (FRANCKEL, 2011, p. 32).

Em muito se minimiza o papel da linguagem, ao se assumir que o sentido dos termos linguísticos repousa em uma estabilidade fundamental e *a priori*. Por consequência, a linguagem seria o “espelho” do pensamento, resultado de uma lógica já estabelecida. Consequentemente, categoriza-se, de antemão, mente e linguagem, “ideias e palavras estão em coincidência perfeita e cada termo denota uma ideia” (FRANCKEL, 2011, p. 33).

Por fim, com a predominância da atividade mental do sujeito sobre o objeto do conhecimento, passamos a ter um “sujeito fechado em sua própria subjetividade, que não situa suas representações em relação ao outro, nem em relação a si próprio, nem em relação a tempos- espaços particulares” (SOUZA, 2018, p. 23).

Num outro extremo, o conhecimento tem como origem a experiência, o conteúdo do pensamento originando-se pelos sentidos. Minimiza-se o papel do sujeito e maximiza-se o papel do objeto. Quando se ressalta que o meio social impõe normas ao sujeito e que tal sujeito não tem potencialidade para anexar propriedades ao objeto, compreende-se que a experiência internalizada pelo sujeito foi reduzida a uma cópia do mundo. Logo, há predominância dos fatores externos em detrimento ao interior.

Ao se determinar que o conhecimento vem das impressões empíricas, diz-se que tudo o que pode ser expresso e conhecido acerca do mundo limita-se e fundamenta-se na experiência, isto é, ao material que é fornecido pelo mundo aos sentidos e sensações humanas. Conseqüentemente, os termos linguísticos e a significação são como ‘imagens’ das coisas, cópia dos objetos do mundo.

Depreende-se, então, que a linguagem é o elemento que associa por meio do hábito diferentes ideias particulares sob um termo geral, formando assim, uma ideia abstrata (geral). O termo geral significaria a soma das particularidades semelhantes observadas sob um determinado prisma.

Advém desse pressuposto a compreensão de que:

[...] o uso leva, efetivamente, a substituir o pensamento pela língua. Essa substituição é benigna, [...] na medida em que uma língua que tenha sido padronizada e seja utilizada de modo correto oferece à imaginação um padrão para que organize a sucessão de percepções rapidamente, sem ter de verificar, passo a passo, o significado de cada termo. (PIMENTA, 2017, p. 107).

Por esse viés, a linguagem como auxiliar do pensamento humano, possibilita a elaboração das ideias gerais que torna possível a designação, regida segundo certas normas. Nota-se que a cognição humana não tem a possibilidade de gerar encadeamentos argumentativos de forma aleatória, visto que, existe uma maneira correta de se conectar as impressões. A atividade simbólica seria filtrada pela ficção do consenso social, “as formas, enquanto condicionadas pela história e cultura, não seriam passíveis de deformação, e o sujeito as assimilaria passivamente” (SOUZA, 2018, p. 23). Por fim, a representação individual passa a ser “uma ‘caricatura’ da coletividade, o indivíduo é considerado um produto do meio, e a dimensão psíquica se molda conforme as convenções exteriores” (ibidem).

Dada a problemática levantada, inferimos que tais teses, supostamente antagônicas, ao pretenderem reposicionar o olhar sobre a natureza da construção do conhecimento humano, da significação em língua tem um objetivo em comum: a abrangência da totalidade das estruturas cognitivas com o intuito de estabelecer universais. Para tanto, ora se adotam critérios que privilegiem a estrutura particular (inatismo de estruturas perceptivas) ora se adotam critérios que privilegiem a estrutura geral (empirismo passivo em que o objeto exerce pressão no sujeito e gera conhecimento).

Distintamente, fundamentamo-nos em uma vertente epistemológica cujo interesse centra-se na articulação da atividade de linguagem com as línguas naturais. Situamos nossa

reflexão na organização da experiência a partir da percepção. Para o sujeito cognoscente, que percebe, que se relaciona com o mundo em fluxo contínuo, não há oposição entre interior e exterior. O que temos é realidade a ser percebida, enquanto objeto de construção de representações. Nesse cenário, a linguagem, enquanto atividade simbólica, atua como elemento organizador da experiência de construção da percepção, tanto daquilo que é interior (mental e emocional) quanto daquilo que é exterior (mundo fenomenológico).

De maneira mais precisa, a atividade de linguagem, ao organizar a percepção da realidade<sup>17</sup>, aciona o ajuste entre processos de estabilidade e deformabilidade. Não temos valor único, antes temos relações entre valores, formas de equilíbrio resultantes da articulação entre o objetivo e o subjetivo.

Em nossa perspectiva, a significação é produto de uma estabilização provisória dos sistemas cognitivo e semiótico. O valor conhecido na situação de comunicação resulta de um breve equilíbrio do processo de construção de representação que se efetua entre linguagem e mundo, passível de observação nos arranjos linguísticos.

Por fim, reiteramos que “a significação não é um fenômeno de reprodutibilidade, ainda que se pretenda sua reprodução, mas, sim, um movimento/gesto de representação linguística que visa à interiorização de experiências individuais com uma matéria específica, que são as línguas” (SOUZA, 2018, p. 24-25).

Observe-se que, a atividade de linguagem “não é o sistema cognitivo, mas dele faz parte, dele depende e com ele relaciona-se” (ZAVAGLIA, 2016, p. 46). Acerca disso, Culioli faz uma ressalva em seus postulados:

[...] o problema se complica pelo fato de estarmos lidando com vários níveis: nível I é um nível de representação, em que representação se refere à representação mental (é cognição: quando falo em cognição, quero dizer o termo no sentido amplo. A afetividade faz parte da cognição; não há de um lado o cognitivo que seria do domínio da racionalidade explícita, e a afetividade que seria o lugar dos sentimentos e da imaginação desenfreada...) Trata-se portanto, nesse nível, de representações que organizam experiências que nós elaboramos desde a nossa infância mais remota, que nós construímos a partir de nossas relações com o mundo, os objetos, o outro, do fato de pertencermos a uma cultura, do interdiscurso no qual mergulhamos. Nesse nível também efetuam-se operações relacionais, de encadeamento, de construção de propriedades compostas<sup>18</sup>. (CULIOLI, 1990, p. 21).

---

<sup>17</sup> Reiteramos que em nossa compreensão o sujeito não constrói a realidade, mas representações da realidade.

<sup>18</sup> No original: [...] le problème et complique par le fait que nous avons affaire à plusieurs niveaux: le niveau I est un niveau de représentation, où représentation renvoie à la représentation mentale (il s'agit de cognition: quando je parle de cognition, j'entends le terme au sens large. L'affect fait partie de la cognition; il n'y a pas d'un côté le cognitif qui serait le lieu des sentiments et de l'imagination débridée...). Il s'agit donc, à ce niveau, de représentations qui organisent des expériences que nous avons élaborées depuis notre plus jeune enfance, que nous

A citação acima, reafirma, portanto, o direcionamento para uma reflexão em torno dos mecanismos que articulam alteridade e identidade. Com efeito, sujeito e o objeto do conhecimento não se polarizam, mas se articulam.

Ora, a atividade de linguagem, não se separa, e não se confunde com a afetividade e o cognitivo. O cognitivo pressupõe a estruturação dos diversos contornos (trajetórias) possíveis de se estabelecer entre o sujeito e os objetos. O afetivo regula a finalidade, os valores, atribui um valor a seus fins, fornece energia à ação<sup>19</sup>. Por isso, concebemos que cada forma enunciada resulta de particular equilíbrio mais ou menos estável em uma situação específica, tornando-se instável nos limites desta.

Tudo leva à afirmação, portanto, de que a linguagem é uma atividade de adaptação, podendo ser caracterizada como um suporte de equilíbrio entre as ações do sujeito sobre o meio e as ações inversas. Com efeito, na enunciação, observam-se as marcas de um sujeito que age sobre o meio, e da adaptação do sujeito ao meio que age sobre o sujeito. O ajustamento de formas implica considerar o enunciado como o produto de um diálogo incessante. As formas estabilizadas são apenas pontos realçados em uma trajetória fundamentada pela instabilidade.

Dito isso, passemos, no próximo item, a discorrer acerca de três atividades languageiras<sup>20</sup>, inatas ao homem: representar, referenciar e regular.

## **1. 2 Atividades languageiras: representar, referenciar e regular**

A atividade de linguagem, na perspectiva culioliana, é colocada como indeterminada. Não se defende a tese da impossibilidade da estabilização da significação. Defende-se, tal como já apontamos na seção anterior, que a estabilidade é o ponto em que se pretende chegar, mas quase sempre malograda por razões que são constitutivas do enunciado.

Do ponto de vista dos processos dinâmicos de apropriação da linguagem as formas linguísticas trazem consigo horizontes de sentido, intuições de significação. Compreendemos que a assunção do dizer, observada na produção do enunciado, quando imerso no contexto

---

construons à partir de nos relations au monde, aux objets, à autri, de notre appartenance à une culture, de l'interdiscours dans lequel nous baignons. A ce niveau aussi s'effectuent des opérations de mise em relation, d'enchainement, de construction de propriétés composées. (CULIOLI, 1990, p. 21).

<sup>19</sup> Compreensão elaborada com base na leitura do livro *A psicologia da inteligência* de Jean Piaget (2013).

<sup>20</sup> O termo *languageiro* (e não *linguageiro*) usaremos para diferenciar a qualidade do que se refere ao termo linguagem, para aquilo que se refere ao termo língua, utilizaremos o termo *linguístico*.

enunciativo, resulta de um processo dialético, no qual, a forma linguística, antes mesmo de ser interpretável para o outro, foi considerada interpretável para o sujeito que produz e interpreta enunciados. Logo, a unidade linguística resulta de uma prática que tem como ponto de partida a variação experiencial.

Essa constatação corrobora a assertiva de que para além da heterogeneidade do “processo de atualização das representações que correspondem às formas linguísticas” (DUCARD, 2009, p. 69), o linguista deve buscar reconstituir as “posições estabelecidas e marcadas de modo organizado, estruturado, pelos arranjos de formas na língua” (DE VOGÛE, FRANCKEL, PAILLARD, 2011, p. 12). Isto é, o linguista busca recuperar aquilo (invariância) que organiza e sustenta o desdobramento dos valores (variação).

Desse modo, coloca-se em relevo que a atividade de representação humana está diretamente ligada ao estado de conhecimento do sujeito e a elaboração de experiências particulares desde a infância mais remota. Ela se constrói com base em construtos mentais, físico-culturais e linguísticos.

A atividade de representação se constitui em classificar, comparar (diferenças ou equivalências), avaliar objetivos e recursos. Visa estabelecer ordem espacial e temporal que cada indivíduo constrói, em razão do seu contato com os objetos, ao seu pertencimento a uma dada cultura e à sua relação com o outro (o outro como o mesmo; o outro como diferente).

Por meio do exercício de tipificação<sup>21</sup>, o sujeito constrói aquilo que Culioli denomina como *noções*. Trata-se de um conceito que remete ao domínio da cognição, e é passível de ser reconstituído (simulado) pelo material verbal dos textos.

Vejamos que distintamente da posição aristotélica, na qual, a palavra era símbolo de um estado psíquico, em TOPE compreendemos que não temos simetria entre representações mentais e sequências textuais. Por isso, operamos com três níveis (que existem um pelo outro) de organização dentro da atividade de representação: o nocional, o textual e o observacional.

O nível nocional (1) é o domínio da organização cognitiva e afetiva. Através dele elaboramos representações mentais a partir das experiências individuais. Destacamos que esse domínio não é restrito à linguagem, pois a construção das representações é de natureza variável. O linguista não tem acesso direto ao nível 1, que compreende ao “lugar do indizível”<sup>22</sup>, daquilo

---

<sup>21</sup> O trabalho de tipificação corresponde a organização simbólica das representações subjetivas de cada ser humano. Cada indivíduo, com seu modo particular de experienciar o mundo físico e mental, constrói representações mentais.

<sup>22</sup> Notas do curso “Atividade de linguagem, diversidade e singularidade das línguas em Antoine Culioli” com Dr. Jean-Jacques Franckel. (03 de novembro de 2020).

que “não é materializável, nem exibível” (FRANCKEL, PAILLARD, 2011, p. 93), que se situa na esfera da atividade epilinguística, da constituição das noções e das operações mentais.

O nível textual (2) é acessível ao linguista. Corresponde ao espaço das manifestações linguísticas, ao domínio em que as representações mentais são concretizadas em textos a partir do trabalho dos sujeitos sobre as noções no nível 1. Os textos permitem apreender, ainda que de forma fragmentada, a dinâmica, o impulso e os desejos de dizer que se encontram no nível 1.

A produção do material verbal não só torna “visível”, mas também “encobre” aquilo que é do domínio do nível 1. Cite-se como exemplo a experiência mental durante o período de sono, uma atividade tão interna ao sujeito que o ato de explicitá-la em palavras faz com que se volatize, se perca, se fragmente, não se consiga apreendê-la em totalidade<sup>23</sup>.

Por fim, o nível metalinguístico (3) corresponde ao trabalho desempenhado pelo linguista quando elabora hipóteses e simula, por meio de reescritura formal, as atividades de representação do nível da linguagem (1), que se materializam em representações textuais no nível (2). O trabalho metalinguístico explicita que o “dito não é espelho simétrico do dizível” (ZAVAGLIA, 2016, p. 49). A reconstrução das operações ou das cadeias de operações cuja forma empírica são os marcadores mostram que sempre temos processos de deformabilidade e estabilidade, um equilíbrio movente.

Se, por um lado, o domínio da atividade de representação é estritamente centrado e subjetivo, por outro lado, a esfera da referenciação comporta aquilo que é “objetivo e descentralizado” (REZENDE, 2010, p. 13). Trata-se, no último caso, de estabelecer relações (não simétricas ou lineares) entre o elemento do domínio linguístico (E) e o elemento do domínio extralinguístico (E’), na tentativa de elaborar coordenadas que auxiliarão no estabelecimento de valores referenciais atribuídos ao enunciado.

Vejam os valores referenciais das marcas linguísticas são movediços, provisórios e dependentes do enunciado. Estão vinculados a uma momentânea estabilidade propiciada pela atividade de regulação dos sujeitos. Visam moldar um sentido preterido. Assim, a exclamativa *Que alegria* é passível de interpretações distintas se aquilo que se almeja expressar for satisfação, ironia, alívio, inclusive, tristeza, e assim por diante.

---

<sup>23</sup> Elaboramos essa compreensão e citamos o exemplo do ato de sonhar inspirados no curso “Atividade de linguagem, diversidade e singularidade das línguas em Antoine Culioli” com Dr. Jean-Jacques Franckel. (03 de novembro de 2020).

Todo ato enunciativo está associado a uma profusão de interpretações. São próprias da atividade de linguagem: a proliferação, a criatividade e a reformulação. Com efeito, distinguimo-nos das teorias referenciais do significado que tomam a palavra como conectada ao objeto que designa e entendem o significado dos termos linguísticos como algo equivalente às coisas no mundo. Em síntese, tomam a linguagem como reprodução do referente.

Para nós, a significação não se prende a um referente extralinguístico. Em nossa perspectiva, constroem-se valores referenciais por meio do engendramento do material linguístico. A significação é construída através do enunciado por meio de operações enunciativas (modalização, diátese, aspecto, determinação). Logo, “o sentido não repousa em nenhum elemento de estabilidade que não seja proveniente de uma construção enunciativa” (FRANCKEL, 2011, p. 31).

Como aponta Culioli (1990), os valores referenciais são determinados pela constituição

[...] de um sistema complexo de coordenadas intersubjetivas, de um espaço referencial e de objetos linguísticos localizáveis (de modo mais acurado, localizáveis com relação ao centro organizador de um domínio nocional, assim como em relação aos parâmetros subjetivos e espaço-temporais de um espaço referencial)<sup>24</sup>. (CULIOLI, 1990, p. 180).

Por fim, a atividade de regulação se organiza mediante o diálogo com o outro, com o diferente. Ela compete ao espaço do domínio intersubjetivo. É por meio da regulação que o enunciador adequa seu discurso em relação ao seu coenunciador. Não se trata de uma relação simétrica e objetiva. O coenunciador não é imagem refletida do enunciador. Ambos regulam suas representações a fim de que sejam compreendidos, interpretando, determinando valor para as formas empregadas na situação enunciativa.

Ambiguidades, hesitações, tiques e retomadas mostram, de forma clara, a busca constante de regulação no jogo enunciativo. A separação entre sentido e referência em uma ambiguidade considerada, intransponível, por alguns estudiosos, traz à tona todo o movimento e plasticidade da atividade de linguagem. O termo só adquire sentido quando referenciado na situação enunciativa e regulado quanto àquilo que se intui que o coenunciador possa

---

<sup>24</sup> No original: [...] of a complex intersubjective coordinate system, of a referential space, and of localizable linguistic objects (more accurately, locatable with respect to the organizing centre of a notional domain, as well as relative to the subjective and spatio-temporal parameters of the referential space. (CULIOLI, 1990, p. 180).

compreender. Vejamos o caso do termo *braço*, que pode especificar uma parte constituinte de um corpo animado ou inanimado.

(1) *Pedro se sentou na cadeira e quebrou o braço.*

Essa formulação frasal não deixa claro qual foi o braço quebrado, se foi o da cadeira ou o da pessoa que se sentou.

Para solucionar a ambiguidade, poderíamos formular algo como:

(2) *Pedro se sentou furioso e (num ato de ira) quebrou o braço da cadeira.*

Nesse contexto em que explicitamos o estado psicológico e as ações de Pedro (furioso, ato de ira), o termo *braço* passa a exercer função qualitativa, enfatizando que a parte quebrada corresponde ao braço do objeto, cadeira.

(3) *Pedro se sentou na cadeira (bruscamente) e quebrou o próprio braço.*

Já, nesse caso, temos uma ocorrência em que o termo *braço* em articulação com o adjetivo *próprio*, por um processo de diferenciação qualitativa, localiza que o objeto quebrado trata-se de uma parte do corpo do humano.

Os exemplos citados exibem como o sentido do enunciado pressupõe a criação de um contexto que engloba aquele que enuncia, aquele (outro) para quem é enunciado, o tempo, o espaço e o fato. Por não trabalharmos com a designação pura e simples, notamos que a significação de termos categorizados na visão estática como “plenos”, “cheios” de sentido, tal como *braço*, resulta do ajustamento entre as representações dos interlocutores.

À vista disso, inferimos que os fenômenos linguísticos que se intuem como realidade concreta são referências às representações que escapam pelos “dedos” daquele que enuncia. Para Merleau-Ponty ([1945] 2018), a relação entre o sujeito e o mundo (outro) não é rigorosamente bilateral. A cada momento o campo perceptivo do sujeito é preenchido por impressões e reflexões. Cabe ao homem reconhecer e organizar tais sensações fugazes.

Os aspectos perceptivos do objeto resultam de uma análise que o sujeito faz sobre o mundo. Por isso, dentro da perspectiva enunciativa que ancora nossa reflexão, assume-se que todo discurso é modalizado. Todo sujeito fala para o outro (diferente de si e igual a si). Os valores são instáveis e inscrevem-se em jogos intersubjetivos de ajustamentos. A busca de adequação é de princípio. Posto isso, consideramos relevante refletir, na seção que segue, sobre a noção de alteridade dentro do quadro epistemológico que situamos nossa pesquisa.

### **1. 3 Alteridade:** o Outro como constitutivo do Mesmo

A alteridade, enquanto temática, sempre ocupou lugar privilegiado na problemática do conhecimento. O argumento a ser explorado, nesta seção, fundamenta-se na hipótese de Sarah de Vogüé e Denis Paillard (2011, p. 148), de que a linguagem ao dizer do mundo

[...] não pode se fazer sem a constituição de um sujeito e sem uma estruturação do dito relativo a esse sujeito. Na medida em que essa estruturação não é mais um fim, mas um meio (para dizer o mundo), ela não está definitivamente estabelecida e se modula em função do que há para dizer: trata-se de uma estruturação a se construir (e não mais apenas construída), que, conseqüentemente, só é concebida como deformável [...] Falar em alteridade deformável significa dizer que [...] ela é calculada a partir do arranjo de marcas que constituem o enunciado.

Ressaltamos que a apresentação do discurso alheio está submetida, inevitavelmente, à redução e até mesmo à elaboração de uma caricatura. Porém, recorreremos à síntese do trabalho dos nobres linguistas franceses cujo propósito central, ao verticalizar a noção de alteridade, é observar o ato enunciativo sendo estruturado por operações de linguagem.

Nesse ponto é importante esclarecer que o *eu* (reflexivo) e *outro* não se referem a entidades fixas, apreendidas no mundo, mas, ao contrário, designam relações de identidade, diferença ou alteridade. Não tratamos de uma relação da perspectiva do sujeito cognoscente ao apreender a realidade como objeto cognoscível, partimos da observação do modo como as estruturas cognitivas se adaptam à variação através de estabilizações sucessivas.

Por esse direcionamento, infere-se que a relação com o outro é sempre uma relação de proximidade ou de semelhança, nunca de identidade estrita, é sempre assimétrica. A alteridade, nesse caso, é resultado de uma construção. Com efeito, observamos o enunciado “como um emaranhado de relações dessimétricas que se sobrepõem em diferentes níveis” (FRANCKEL, PAILLARD, 2011, p. 92).

Concordamos com a crítica ao diálogo solipsista do filósofo lituano Emmanuel Levinas, ao dizer que:

A relação com o ser, que actua como Ontologia, *consiste em neutralizar o ente para o compreender ou captar*. Não é, portanto, uma relação com o outro como tal, mas a *redução do Outro ao Mesmo*. Tal é a definição da liberdade: manter-se contra o outro, apesar de toda a relação com o outro, assegurar a autarcia de um eu. A tematização e a conceptualização, aliás inseparáveis, não são paz com o Outro, mas supressão ou posse do Outro. A posse afirma de facto o Outro, mas no seio de uma negação da sua independência. <Eu penso> redundante em <Eu posso> — numa apropriação daquilo que é, numa exploração da realidade. A ontologia como filosofia primeira é uma filosofia do poder. (LEVINAS, 1980, p. 33, grifo nosso).

O fragmento retirado da obra *Totalidade e Infinito* (1980) coloca em debate a história de constituição do pensamento filosófico no ocidente e tece uma crítica à ideia de totalidade e identidade. Para Levinas, o outro aparece em cena como exterioridade absoluta que limita a totalidade. O outro não é simplesmente o inverso do sujeito identitário, mas uma alteridade efetiva que rompe com a totalidade, inaugura a diferença, a busca da diversidade e, conseqüentemente, da humanidade.

Levinas, ao pretender reposicionar tais questões, destaca que a relação do *eu* com o *outro* ocorre na linguagem, que constrói uma ponte para a comunicação, para o diálogo. A distância que separa o *eu* do *outro* é a mesma que os aproxima pelo diálogo sem, contudo, os suprimir.

A linguagem, na compreensão do filósofo, não é um simples mecanismo que o homem detém para materializar o pensamento, mas condiz a “própria possibilidade humana do *falar* e do *compreender* o falado, o sentido que dá sentido ao pensamento expressado” (DIAS, 2010, p. 120, grifo no original). Nessa direção, Levinas (1980, p. 187) defende que “a linguagem não apenas serve a razão, mas é a razão. [...] a razão vive na linguagem”.

O filósofo assera que a relação entre o *eu* e o *outro* é contato, tendo em vista que “seja qual for a mensagem transmitida pelo discurso” (LEVINAS, 1999, p. 274), o falar pressupõe uma relação de ajuste constante, por não termos uma relação fundamentada em preceitos lógicos, na qual, todas as formulações linguísticas convergiriam para um sentido único, uma mesma significação.

O pensador é contrário à conceituação da linguagem como atividade monológica ou como reciprocidade. Ela “[...] supõe interlocutores, uma pluralidade. O seu comércio não é a representação de um pelo outro, nem uma participação na universalidade” (LEVINAS, 1980, p. 60).

Por fim, “o interlocutor não é um Tu, é um Vós” (LEVINAS, 1980, p. 87). Parece-nos que a formulação filosófica pretende ressaltar que o *outro* se configura em uma instância que não se deixa apreender em totalidade, escapa ao sistema englobante da razão. O uso do pronome “vós” parece indicar que o *outro*, apesar de ser conhecido em sua história, hábitos, cultura, sempre excede a compreensão e àquilo que dele se diz. Conseqüentemente, a alteridade é uma relação fundada na diferença que não é anulada.

Remetendo-nos ao domínio linguístico, parece-nos que o filósofo caminha na direção da aspiração culioliana de que diante da complexidade, da diversidade dos fenômenos

linguísticos não nos contentemos “com uma concepção simplificada da comunicação, [...] que remeteria unicamente à comunicação linear de uma informação calibrada em uma atmosfera neutra e homogênea<sup>25</sup>” (CULIOLI, 2010, p. 112).

Com efeito, concordamos, segundo a hipótese de De Vogüé e Paillard (2011, p. 149), que, em TOPE, tratamos de uma alteridade deformável, calculada pelo arranjo das marcas léxico-gramaticais constituintes do enunciado e determinada pela operação de identificação, que “corresponde a um valor singular cuja relação com o mesmo se define em termos de separabilidade<sup>26</sup>” ou de diferenciação, que percorre todo um polo de alteridade, um conjunto de valores passíveis de definição, sem se deter a um valor singular.

Delimitam-se, nessa direção, duas formas de alteridade:

1. Uma alteridade comparável à do TU frente ao EU, do falso em relação ao verdadeiro;
2. Uma alteridade que é aquela do ‘nem EU nem TU/EU ou TU’ diante do EU (e do TU eventualmente), do ‘nem verdadeiro, nem falso/verdadeiro ou falso’, em relação ao verdadeiro (e ao falso, eventualmente)<sup>27</sup>.

A alteridade aqui explicitada não se refere aos homens do mundo, mas a orientadores enunciativos, “fonte de determinações subjetivas que incidem em um dizer<sup>28</sup>”. Coloca-se em relevo, então, o trabalho do sujeito ao colocar em relação noções semânticas que estão investidas de uma força razoavelmente estabilizada em sua experiência.

Os orientadores enunciativos explicitam a combinatória de articulação entre a alteridade subjetiva (o mesmo) e a alteridade de valores (o outro), isto é, o movimento de apropriação e de adequação de construção da trajetória das representações (cognitivas e linguísticas) que se formalizam como um enunciado.

Nessa direção, o trabalho enunciativo que incide sobre um conteúdo nocional corresponde a uma pluralidade de possíveis. A alteridade abre o caminho ao imprevisível e, ao mesmo tempo, faz parte dos mecanismos de equilíbrio (operações) cujas marcas são constitutivas do enunciado.

Afinal, a passagem do nível das representações cognitivas para o nível das representações linguísticas implica o movimento em que o sujeito se apropria de suas representações subjetivas e as considera como relativamente estabilizadas do ponto de vista

---

<sup>25</sup> No original: “con una concepción simplificada de la comunicación, [...] remitiría únicamente a la transmisión lineal de una información calibrada em uma atmosfera neutra y homogénea”. (CULIOLI, 2010, p. 112).

<sup>26</sup> Ibidem.

<sup>27</sup> Ibidem.

<sup>28</sup> Ibidem.

intersubjetivo, quer o sujeito as represente para si enquanto o *mesmo* quer as represente para o *outro* enquanto diferente de si. Ou seja, é colocado em funcionamento pelo sujeito o processo de determinação das formas, na atividade linguageira, responsável por imprimir força às noções semânticas. À vista disso, inspirados e fundamentados nas reflexões de De Vogüe e Paillard (2011) acerca do imperativo<sup>29</sup>, contemplemos a seguinte formulação: *Mantenha-se a distância*<sup>30</sup>.

A determinação dos valores de um enunciado imperativo, como o citado, implica a observação da relação entre duas posições, notadamente assimétricas, “vinculadas a orientadores subjetivos<sup>31</sup>” definidos como S1 e S0. O fato de coexistirem no plano da relação predicativa gera desequilíbrios que ora beneficia um polo ora outro polo. Os valores que o enunciado imperativo adquire mostra a constituição de pontos de vista acerca do projeto de representação a ser validado no enunciado.

O cenário interpretativo do enunciado *Mantenha-se a distância* tem como nuance a relação entre tais orientadores enunciativos, no qual, a “centragem sobre o bom valor (posição S0)<sup>32</sup>” resulta em uma ordem simples “que não deixa nenhum espaço para S1 em termos de ponto de vista autônomo<sup>33</sup>”. Quando não temos centragem “sobre o bom valor, passamos para a posição S1 [...] S1 pode seguir S0 e validar o processo ou pode se separar de S0 e não validar o processo<sup>34</sup>”.

O caso do imperativo mostra como *SE*

[...] estabelece uma problemática das ‘relações de força’ entre orientadores subjetivos no âmbito de um domínio associado a um dizer. As relações de força determinam valores sobre o domínio: **p**, **p’**, **p** ou **p’**, **fora de p**. A alteridade dos valores definíveis sobre o domínio prolonga então a alteridade subjetiva<sup>35</sup>.

Retomando o enunciado supracitado, notemos que a formulação *Mantenha a distância* (não fica perto de mim e, talvez, não fica perto de outros) que suprime a partícula *SE* designa que na possibilidade de se identificar com o *tu*, o *eu* se distingue do *tu*.

---

<sup>29</sup> Ressalta-se que os linguistas não analisam uma construção enunciativa específica, antes exploram a relação do orientador enunciativo S1 e a noção de separabilidade como crucial para a compreensão da alteridade.

<sup>30</sup> Destacamos que não é nossa pretensão observar as relações (de poder) entre os falantes, como indivíduos ou como representantes de uma instituição, atentamo-nos estritamente as relações estabelecidas entre os termos linguísticos.

<sup>31</sup> Idem, p. 153.

<sup>32</sup> DE VOGÜE, PAILLARD, 2011, p. 153.

<sup>33</sup> Ibidem.

<sup>34</sup> Ibidem.

<sup>35</sup> Idem, p. 154, grifo no original.

Com o *SE* desaparece o imperativo ou mitiga-se o tom imperativo, e se esboça uma possível identificação, já que uma possível distinção entre *eu* e *tu* fica indeterminada. Há um efeito de evasão ou de dispersão de sujeitos. Com efeito, na formulação com *SE* a presença dos sujeitos é muito marcada e sem o *SE* a ausência dos sujeitos é muito marcada.

Contextualizamos essa diferença adicionando ao enunciado de partida outras unidades linguísticas, vejamos:

(1) *Mantenha-se a distância e não me atrapalhe.*

(2) *Mantenha a distância e não me atrapalhe.*

O efeito interpretativo da sequência (1) se efetua pela exclusão de outros processos validáveis (*aconteça o que acontecer fique distante*), isto é, privilegia-se a posição *S<sub>0</sub>* que visa *p* como validado. Já, em (2) com exclusão de *SE* passamos a considerar valores complementares *p'* (*aconteça o que acontecer ficar ou não distante é uma possibilidade*), isto é, *S<sub>1</sub>* pode validar ou não o processo.

Cabe ainda conjecturar que o ponto essencial a se reter é que o enunciado imperativo ao exprimir uma ordem, pedido, conselho, permissão, etc., demanda a presença do “TU ao lado do EU<sup>36</sup>”, por entendermos a alteridade como deformável, construída pelo arranjo das marcas que integram o enunciado, observamos que “TU tem um modo de presença que, de forma alguma, pode ser interpretado como um simples executor. Ele deve ser considerado como constituindo um **ponto de vista** sobre o processo a ser validado<sup>37</sup>”

Em outros domínios teóricos, alicerçados em raciocínios automatizados, ficamos com a impressão de que a alteridade é um valor inerente, observado na problemática da relação locutor-interlocutor ou pela condição de vericondicionalidade do conteúdo proposicional. Contudo, a abordagem em TOPE explicita que as marcas da língua instauram relações entre o mesmo, o outro e o múltiplo, resultado da atividade dos sujeitos para colocar a linguagem em funcionamento.

O produto (enunciado) traz marcas do processo que está na sua origem, quer dizer, do trabalho de apropriação do material linguístico partilhado historicamente entre os sujeitos. A estabilização de uma unidade são pontos com maior ou menor contorno que realçam para sujeitos particulares em trajetórias fundamentadas pela instabilidade.

Para ampliar a discussão em torno da noção de alteridade, retomamos a reflexão que Pria (2019) desenvolve em torno dos processos de significação com o verbo DAR. Tomando

---

<sup>36</sup> Idem, p. 152.

<sup>37</sup> Ibidem, grifo no original.

como objeto de análise o enunciado, “*Pedro deu uma olhada na Maria. Meu Deus, quanto ódio! Se eu fosse a Maria, eu sumia, mas ela não percebeu nada*”, o pesquisador analisa que DAR é marca da alteridade constitutiva, na busca pela equilibração da representação visada.

Em síntese, o estudioso formula que a

[...] alteridade cujo marcador é DAR é uma instância constitutiva do movimento de ódio de alguém por alguém que, embora “externo” ao movimento, dialoga com a trajetória de determinação da representação e, assim, constitui-se, no enunciado, através das alteridades “internas” (Pedro e Maria), como parâmetro operatório de determinação da representação. (PRIA, 2019, p. 18).

O enunciado sob análise é sustentado pela invariante de fundamento “*que alguma coisa olhada por alguém deixe de ser/existir*”<sup>38</sup> Por certo, “a instanciamento do termo “olhada” pelo movimento de ódio de alguém implica hierarquização das relações de alteridade e superação do bloqueio ao movimento de ódio de alguém colocado pela alteridade constitutiva”<sup>39</sup>.

Fazendo proliferar enunciados por meio da invariante, o linguista formula a superação ao bloqueio do movimento em: *Pedro deu uma olhada na Maria. Meu Deus, quanto ódio! Na hora, ela percebeu e ficou vermelha de tanta vergonha*. Essa paráfrase, explicita a superação da alteridade constitutiva pela alteridade enquanto o mesmo, que abre caminho para a determinação do termo ‘olhada’ como o nome do movimento de ódio que resulta em Maria de outro modo. A formulação “*na hora ela ficou vermelha de tanta vergonha*” estabiliza a representação em um ponto em que Maria já não é/existe mais de um certo modo, transformando-se, por meio do “movimento de ódio que não ficou retido pela alteridade constitutiva”<sup>40</sup>, em Maria vermelha de tanta vergonha.

O gesto analítico de Pria (2019) explicita que a calibração implica a filtragem pelos mecanismos de alteridade que ora se opõem ora se sobrepõem ora se anulam, mas sempre se hierarquizam. A representação formalizada, enquanto realidade percebida, resulta do embate, do ajuste entre a força inicial, propulsora, e as demais forças que regulam a trajetória de uma dada representação.

Em síntese,

---

<sup>38</sup> Idem, p. 17.

<sup>39</sup> Idem, p. 18-19.

<sup>40</sup> Idem, p. 19.

[...] todo objeto (meta) linguístico contém uma alteridade constitutiva. É o trabalho enunciativo de localização que, ao compor o complexo ajuste de representações e enunciadores, suprime, destaca ou mascara essa alteridade. Dito de outra forma, ele nos lembra que não podemos construir figuras sem determinar e delimitar<sup>41</sup>. (CULIOLI, 1990, p. 103).

Na esteira dessa compreensão, entendemos que a reflexividade atribuída ao termo *SE* constitui-se por uma alteridade de fundamento que permite a “alteração”, o “tornar-se outro”, daquilo que é o mesmo.

A articulação entre identidade e alteridade, faces de um mesmo movimento que não se opõem, rege o potencial de configuração do enunciado. Contudo, nas gramáticas é unânime a afirmativa de *SE* como pronome reflexo, refere-se ao sujeito da oração, marcando a simetria entre aquele que executa e aquele que recebe determinada ação.

De outro modo, admitindo-se os mecanismos metodológicos da TOPE, explicitaremos que o valor reflexivo é alcançado pela relação de *SE* com as demais unidades constitutivas do enunciado. Na base dessa análise temos um projeto de significação, um potencial de vir a ser, um processo regulado pelos mecanismos de determinação que um sujeito enunciator se apropria, fazendo articular forma (estruturante) e conteúdo (estruturado, estruturante).

Dessas breves observações, passemos, na próxima seção, à conceituação da categoria de determinação.

#### **1. 4 Entre o estável e o instável: a categoria de determinação**

Em TOPE preocupamo-nos com a descrição dos processos de organização da representação que pressupõe ajustamentos nocionais, culturais e enunciativos. O mecanismo da determinação tem o objetivo de “dar forma”, “dar corpo” à representação mental e incorpórea de uma ocorrência de alguma coisa. Predicar a existência de alguma coisa implica, dentre outras coisas, dar-lhe corpo. Porque essa é uma condição para que qualificações ulteriores sejam feitas.

Ressalta-se que a determinação se constrói em língua enquanto resultado do trabalho do sujeito ao fazer dialogar unidades lexicais e gramaticas. Nesse caso, não diz respeito à classificação dos termos, mas, sim, ao conjunto de operações elementares que interferem no processo de determinação do sentido das unidades.

---

<sup>41</sup> No original: [...] tout objet (méta)linguistique recèle une altérité constitutive. C'est le travail énonciatif de repérage qui, en composant l'ajustement complexe des représentations et des énonciateurs, supprime, met en relief, ou masque cette altérité. Dit de façon différente, cela nous rappelle que l'on ne peut pas construire de figures sans déterminer et délimiter. (CULIOLI, 1990, p. 103).

Pelos pressupostos culiolianos, a construção do termo “alguma coisa” refere-se à construção da representação de uma ocorrência no qual um sujeito pode apreender, discernir (como uma forma singular), distinguir (eliminar a indeterminação) e situar (no espaço-tempo). Ora, a simples interrogação sobre um sofá amarelo transforma “alguma coisa” em uma ocorrência possível de “sofá amarelo”. Conforme Culioli, esse já é um modo de existência. Suponhamos, então, uma determinada situação de diálogo acerca de um objeto denominado sofá:

(1) *Se você encontrar o sofá amarelo, me ligue imediatamente!* (hipotético)<sup>42</sup>

(2) *Eu não encontrei o sofá amarelo, por isso não liguei.* (modalidade negativa)

O enunciado hipotético (1) constrói a existência provável ou possível de uma ocorrência de sofá que é qualificado. Os termos “o” e “amarelo” sinalizam a entrada/saída de um domínio de validação. Neste caso, passa-se do exterior do domínio (onde não se encontra a noção <ser sofá>) ao interior (onde se encontra a noção <ser sofá>). Na modalidade negativa, o movimento é inverso: percorre-se o interior do domínio de validação (onde não se encontra uma ocorrência da noção <ser sofá>) e há a saída para o exterior, marcando-se a inexistência de sofá. Assim, qualifica-se o sofá eventualmente encontrado e atribui-se a ele a inexistência.

Em outros termos, a determinação enfatiza que o processo de construção do enunciado é dialético se efetua pela diferenciação ou identificação acerca de alguma coisa. Não temos uma categoria que vai diretamente da atividade languageira às formas da língua. Antes, são as formas da língua que remontam a ancoragem de uma noção em uma dada situação, resultado de um processo de equilibração que se estabelece mediante relações fundamentais: a alteridade (eu com o outro); a identidade (eu com o mesmo).

Passemos, na próxima seção, a trilhar o caminho da palavra “acostumada”, isto é, observar, ainda que em linhas gerais, a constituição daquilo que se convenciou atribuir ao pronome *SE*, o fenômeno da reflexividade em língua, alongamo-nos até a noção de transitividade *stricto-sensu*.

---

<sup>42</sup> Exemplos baseados em Culioli, 1999b, p.84.

## 2. No caminho da palavra ‘acostumada’

---

Se ponto existe escabroso em português, em que tombam com muita frequência os descuidados do nosso idioma, é este do pronome *se*. (ALMEIDA, 2009, p. 214).

Eis a guardiã das portas do inferno – a partícula *SE*. (MELLO, 2005).

É fato que, na superfície da língua, o texto não diz tudo de modo objetivo. Apresenta-se sempre lacunar e reticente, com graus diferentes de complexidade. Para além da palavra ‘acostumada’, encontramos o ‘caos da linguagem’, lugar em que não se cessa a significação, seja pelo dizer seja pelo silenciar.

A suposta ‘instabilidade’ proporciona riqueza de conotações que se tornam objetos para intelectuais interessados em observar a força e a robustez da atividade de linguagem. Assim, produz-se linguagem para se poder ‘ver’ a linguagem.

Irrompe, nesse cenário, o objeto de interesse de nossa reflexão, a partícula *SE*, considerada camaleônica na língua portuguesa, ora classificada morfologicamente, como conjunção, ora como pronome.

Compreendemos que as teorias não são simplesmente sistemas de ideias ou conceituações, mas uma construção do espírito que levanta *problemas*<sup>43</sup>. Se em dado momento, as teorias pretendem a visão universal, o discurso teórico tende a ser sempre mais conciso e simples que a realidade a ser compreendida por ele<sup>44</sup>.

Reiteramos que não pretendemos esgotar a discussão e nem questionar a viabilidade dos estudos sintetizados nesta seção. Temos a compreensão de que a investigação científica comporta escolhas e percursos teóricos distintos. Consequentemente, a obtenção de resultados diversos. Trata-se de algo saudável e necessário em contexto democrático de pesquisa que suporta a pluralidade de pensamento.

---

<sup>43</sup> Cf. MORIN, 1983, p.19.

<sup>44</sup>Cf. CONTIJO, 1997, p.110.

Em breve recuo diacrônico, Coelho (2016), ao retomar algumas acepções etimológicas provindas de dicionários de língua portuguesa datados a partir do século XVIII até a atualidade, observa que:

[...] o termo *SE* tem como origem: do lat. *se*. Entretanto, deve-se fazer algumas observações: em Constâncio (1836), a forma latina *se* seria uma variante do pronome de 3ª pessoa, que corresponde ao dativo *sibi*; Houaiss (2009) afirma que *se*, no latim, seria o acusativo do pronome reflexivo de 3ª pessoa *sui, sibi, si*; em Cunha (2010), o *sē* teria se originado do francês *suicide*, derivado do lat. *suī*, genitivo de *sē*. Isso sugere que a forma *se* encontrada no português, com caráter reflexivo, originou-se de *sui*, uma derivação da forma latina *se*. Ao que parece, a forma em português manteve-se conservadora, remetendo à primeira forma latina, expondo certo eruditismo no português. (COELHO, 2016, p. 20).

A pesquisa etimológica permite-nos inferir reflexões que vão além da tendência evolutiva da criação de novas palavras ou da alteração/ampliação de significação de um determinado termo linguístico. Pensamos, na esteira de Rezende (2000, p. 91), que “são as línguas naturais, enquanto memória coletiva, que guardam o trabalho de abstração e de organização da experiência [...] que oferecem às gerações seguintes as conquistas da geração atual”. Em síntese, as pesquisas linguísticas de cunho histórico dão por conhecer as sínteses experiências marcadas nos sistemas de representação (língua natural) que foram construídos ao longo da trajetória humana.

É interessante constatar, por exemplo, que a língua portuguesa é herdeira da dificuldade do sistema linguístico das línguas românicas para estabelecer a oposição entre pronomes reflexivos e não-reflexivos.

Em certa medida, enquadra-se, nesse caso, a partícula *SE* já que, “com argumentações mais ou menos díspares, vários gramáticos e linguistas procuram explicar o uso da forma ‘se’ e suas diversas funções, dando lugar não só a uma bibliografia complexa como também a inúmeras opiniões controvertidas” (CHRISTIANO, 1991, p. 15).

O questionamento do discurso tecido pela gramática tradicional pauta-se nas descrições e análises prototípicas que se supõem abarcar o funcionamento da partícula *SE*, procedimento que origina opiniões díspares e extremamente homogeneizantes. Se a pretensão inicial é recortar ocorrências enquanto ‘suprassumo’ de um dado valor, com objetivo de descrever “invariantes estáticas ou classificatórias, derivadas da observação da superfície (arranjos léxico-gramaticais) da língua<sup>45</sup>”, notamos que a partícula *SE* é “rebelde” aos moldes

---

<sup>45</sup> Formulação elaborada por Albano Dalla Pria (2017) em um momento de orientação com a autora da tese.

clássicos. Dizemos isto porque encontramos lacunas nas explicações que têm a ordem e estabilidade por fundamento e cuja finalidade é “disciplinar” os observáveis.

Com efeito, nossa escolha teórico-metodológica, que parte da atividade de linguagem em articulação com as línguas naturais, implica assumirmos, distintamente dos estudos nomeados como tradicionais, que a variação máxima é de fundamento, isto é, só temos variação.

Os caminhos que se esboçam ao sujeito são inúmeros, alguns são preferíveis em relação a outros. As trajetórias supõem superação de obstáculos, ajustamento e equilibração das representações. Portanto, nenhuma escolha é sem custo, dado que sempre implica esforço do sujeito na busca de determinar a representação cognitiva-linguística.

Ora, a partícula *SE*, inquieta-nos, justamente, por explicitar que “a linguagem é feita para suportar os ajustes, para suportar os erros, para suportar as falhas, quer dizer, para ser robusta. E é nessa robustez e nessa sutileza onde reside a propriedade talvez mais difícil de apreender<sup>46</sup>” (CULIOLI, 2010, p. 65).

Retomando-se os estudos clássicos, conforme a Gramática da Língua Portuguesa<sup>47</sup> (europeia), os clíticos integram um grupo particular de pronomes que correspondem “às formas átonas do pronome pessoal que ocorrem associadas à posição dos complementos dos verbos” [...] não se limitam a denotar a pessoa gramatical, podendo exibir uma função predicativa, ou revestir-se de propriedades morfossintáticas características de alguns sufixos derivacionais”. Cita-se, como exemplo, o clítico *SE* em uma construção como: “*Os sucos derramaram-se devido ao balanço do navio*”. Nesse caso, apesar de termos a mesma forma do pronome reflexivo, não se observa designação de uma entidade, visto que se conserva a propriedade gramatical de transformar o verbo transitivo “derramar” no verbo intransitivo “derramar-se”.

É consensual nas gramáticas de língua portuguesa (brasileira) que a partícula *SE* exerça pelo menos sete funções distintas, com base em regras morfológicas e sintáticas:

(1) *Pronome reflexivo* → quando indica que o sujeito pratica a ação sobre si mesmo (Ele *se* atribui predicados demais);

(2) *Pronome recíproco* → quando indica ação mútua entre os sujeitos (Maria e Pedro *se* amam profundamente);

---

<sup>46</sup> No original: “el lenguaje está hecho para soportar los ajustes, para soportar los errores, para soportar los fallos, es decir, para ser robusto. Y es en esa robustez Y esa sutileza, donde reside la propiedad tal vez más difícil de apreender”. (CULIOLI, 2010, p. 65).

<sup>47</sup> MATEUS et al., 2003, p. 827.

(3) *Conjunção subordinativa (integrante, condicional, causal)* → quando iniciar oração subordinada substantiva, adverbial condicional e causal (Tudo estaria resolvido, *se* ele tivesse devolvido o dinheiro);

(4) *Partícula integrante do verbo* → quando aparecer junto a verbos pronominais, que não se conjugam sem pronome oblíquo, tais como: suicidar-se, arrepender-se, abster-se, etc. (Ele *se* arrependeu de tudo);

(5) *Partícula de realce ou expletiva* → quando for usado para reforçar a ideia contida no verbo, sendo, por isso, dispensável na frase (As meninas sorriam-*se* agradecidas);

(6) *Partícula apassivadora* → quando formar, junto de um VTD ou VTDI, a voz passiva sintética, na qual, o sujeito é paciente e o verbo com ele concorda (Não *se* produzem mais esses modelos);

(7) *Índice de indeterminação do sujeito* → quando o sujeito da oração é indeterminado pelo uso da partícula e aparece junto a VTI ou VI. Não se admite, nesses casos, a voz passiva, e o verbo sempre concordará com a terceira pessoa do singular (Aqui *se* vive bem).

Dando ênfase, ainda mais, às classificações de *SE*, agora, pelo viés da linguística, mencionamos a sistematização tipológica proposta por Lenharo (2014), que tem como escopo a observação da alteração da estrutura argumental do verbo hospedeiro no qual o clítico *se* realiza. Vejamos:

Quadro1: Classificação dos tipos de *SE* conforme a possibilidade de alteração da estrutura argumental do verbo

ARGUMENTAL	NÃO-ARGUMENTAL
SEanticausativo	
SEex-ergativo	SEinerente
SEindeterminado	
SEmédio	SEestilístico
SEpassivo	
SEquase-inerente	
SEreflexivo	

Adaptado de Lenharo (2014, p. 44).

Conforme a pesquisadora,

[...] o *SEinerente* e o *SEestilístico* não alteram a estrutura de argumentos dos verbos, por isso, são não-argumentais, i.e., são fenômenos lexicais. O *SEreflexivo*, o *SEindeterminado* e o *SEpassivo* alteram a estrutura de argumentos dos verbos, i.e., são verdadeiros argumentos verbais: o

*SE reflexivo exerce a função de Objeto Direto ou Indireto, o SE indeterminado exerce a função de Sujeito e o SE passivo exerce a função de Agente da Passiva. [...] O SE anticausativo possui a função de inibir a presença do argumento externo Causador ou Agente (recebendo seu papel temático) [...] O SE médio, por sua vez, exerce a função de topicalizar o Complemento verbal para a posição de Sujeito sintático, inibindo a manifestação do Sujeito lógico [...] – i.e., da representação semântica de quem pratica a ação – na estrutura de argumentos do verbo hospedeiro. [...] Por fim, o SE exergativo e o SE quase inerente também não são argumentos verdadeiros da estrutura do verbo, mas, por exercerem algum tipo de influência em sua realização, também são considerados argumentais: o SE exergativo indica uma fusão do Agente com um argumento interno do verbo e o SE quase inerente indica a fusão do Agente com o Tema. (LENHARO, 2014, p. 44-45, grifo nosso).*

Vejamos que não é tarefa fácil distinguir as funções que *SE* pode desempenhar, considerando-se que uma linha tênue as separa. Por meio dessa breve descrição podemos inferir que, nos estudos gramaticais, o *SE* transita entre os domínios de “marcador de operações lexicais, [...] item lexical autônomo, anafórico ou não, [...] marca sintática qualquer com uma função pragmática, ou ainda uma partícula inerente ao verbo” (GODOY, 2012, p. 135).

Essa abundância de classificações vai contra as propostas de unificação das ocorrências de *SE* em um mesma função gramatical<sup>48</sup>. Porém, ambas as perspectivas, seja de proliferação ou unificação de categorização, se sustentam enquanto resultado de uma ação subjetiva sobre um valor semântico “ideal” e estático de língua.

Essa constatação conduz-nos ao “céu” e ao “inferno”. O recorte sincrônico, ao incidir sobre a superfície da língua, elege um valor representativo, determina como a estrutura linguística é de antemão e antecipa o próprio fenômeno. Não se questiona como a estabilidade observada foi construída, como ocorre o processo de determinação da significação. Em face dessa perspectiva, lembramos que sempre corremos o risco da escolha inadequada. Qualquer opção tem um custo e implica esforço do sujeito. Destarte, questionamos: Como fazer opções em meio a domínios tão heterogêneos?

Os pressupostos teórico-metodológicos da TOPE orienta-nos de que a possibilidade, não de êxito, mas de atitude, em meio a domínios heterogêneos, mas que se quer articular, é assumir uma marca como um ponto de estabilidade, ainda que provisório, em relação ao qual se pode começar a medir a variação e a esboçar articulações, por meio do exercício parafrástico de montagem e desmontagem das formas que compõem domínios não homogêneos. A

---

<sup>48</sup> Cf. Godoy (2012, p.133) alguns autores que advogam por tal ideia são Chierchia (2004), Grimshaw (1982), Dobrovie-Sorin (2006) e Kaufmann (2007).

apropriação das invariantes operatórias que fundamentam esses domínios implica experimentação e formalização resultante da observação de processos generalizáveis<sup>49</sup>.

Dito melhor, questionamos como as descrições em categorias, presentes na gramática e em alguns estudos linguísticos, confundem-se com os observáveis. Não são elas resultado de construtos teóricos? Logo, não estão sujeitas a impossibilidade de abarcar em totalidade o fenômeno?

A reconstrução da atividade de linguagem por meio das línguas naturais demanda articulação de fenômenos pertencentes a ordens heterogêneas e sua observação deve ter como tratamento a elaboração de um sistema de representação metalinguística no qual a atividade de linguagem esteja formalizada. Com efeito, a reflexão em torno dos fatos linguísticos, especificamente, a partícula *SE*, obriga-nos a tomar em conta a complexidade, a diversidade e a abundância de valores que são, afinal, a linguagem em movimento.

Passemos, no próximo item, a uma breve incursão pelos estudos gramaticais que têm como orientação a observação do fenômeno da reflexividade exposta por *SE*.

## 2.1 O *SE* reflexivo

A reflexivização é insensível às classes verbais.  
(GODOY, 2012, p. 110)

O fenômeno da reflexividade é “rebelde” às classificações morfossintáticas, tal como explicitado no trecho epigrafado. Reiteramos que não temos pretensão de realizar uma síntese extensa e exaustiva em torno dos estudos que se dedicam a essa questão na língua portuguesa. Até mesmo por se tratar de um elemento multifuncional, o *SE* tem recebido muita atenção na literatura. Portanto, discriminaremos alguns argumentos construídos por nobres estudiosos ao “defender esse ídolo a que se chama *se*” (SAID ALI, 2008, p. 113, grifo no original).

Isso posto, nortearmos nossa reflexão atentando-nos aos seguintes questionamentos: Podemos considerar a reflexividade uma categoria morfológica construída pela simples presença do pronome *SE*? Qual o papel do verbo, nesse caso? A reflexividade

---

<sup>49</sup> Formulação elaborada por Albano Dalla Pria (2017) em um momento de orientação com a autora da tese.

corresponde à “negação” da transitividade verbal? Como ocorre a “negação” da transitividade? O verbo adquire reflexividade indiretamente? É a presença de *SE* que apresenta sujeito e verbo concomitantemente? O que seria adquirir reflexividade indiretamente? O verbo carrega por si mesmo o valor reflexivo ou é próprio de *SE* o valor reflexivo?

Em uma breve referência aos estudos históricos, mencionamos fato unânime: as gramáticas latinas descrevem o pronome *SE* como um termo linguístico com valor reflexivo. Em *Compêndio de Gramática Latina*, encontramos a aceção de que “o pronome reflexo refere-se ao sujeito da oração de que faz parte” (ALMENDRA, FIGUEIREDO, 1999, p. 70). Notemos que se afirma que a partícula *SE* marca a identidade entre sujeito e objetos gramaticais.

Para ilustrar essa leitura, observemos o exemplo: *Titus Titum interrogat (Titus se interrogat. Tito interroga-se)*. Nessa oração, *SE* encontra-se em relação complementar a *Titum*, indicando que o pronome é reflexivo de um sujeito com traço [+agente]. Por fim, “no latim clássico, o pronome exercia a função de *recuperar o agente da ação* expressa pelo verbo” (BANDEIRA, 2007, p. 14, grifo no original). Logo, o *SE* era considerado reflexivo e o contexto de sua inserção, reflexividade.

Nas gramáticas de língua portuguesa observa-se que a definição provinda do latim permanece. Ribeiro (1920), ao discorrer sobre os pronomes pessoais da terceira pessoa, aponta o uso do pronome *SE* como reflexivo, dizendo que:

[...] a fôrma da terceira pessoa pronominal denomina-se pessoa reflexiva, que é a que ocorre no *discurso indicando relação de identidade com o sujeito*. Esta pessoa é determinada pelos acusativos das duas primeiras, *me*, *te* e por uma fôrma *se*. (RIBEIRO, 1920, p. 27, grifo nosso).

Vejamos que a reflexividade, na percepção do gramático, diz respeito à identificação da pessoa do sujeito com o complemento verbal, que se constrói mediante o uso dos pronomes *me*, *te*, *se*. Na concepção do estudioso, basta o uso de *SE* para se recuperar a função anafórica de sujeito sintático da frase cuja nomeação é de reflexivo.

Do ponto de vista da linguística-variacionista de Bandeira (2007, p. 15, grifo no original), o *SE* descrito por Ribeiro (1920) não se trata do mesmo *SE* do latim clássico, “mas de um *se* que tem seu uso original (o *reflexivo*) generalizando-se em direção a novos contextos”.

Por sua vez, Said Ali (1966, p. 51) na *Gramática Elementar da Língua Portuguesa* explicita que a reflexividade consiste no uso do “pronome oblíquo que se refere ao próprio sujeito. As formas oblíquas dos pronomes pessoais *eu*, *tu*, *nós* e *vós* servem igualmente de pronomes reflexivos. Para a 3ª pessoa e para os tratamentos *o senhor*, *você*, etc., existe como

reflexivo *se, si, consigo*”. Cite-se como exemplo: Ele fere-*se* (ou a si mesmo); Você fere-*se* (ou a si mesmo).

Na seção destinada aos verbos o autor apresenta a definição de voz média (reflexiva), na qual, o verbo é conjugado com o pronome reflexivo e pode denotar:

(1) *ação reflexa* quando o sujeito pratica a ação sobre si mesmo, em vez de exercer a ação sobre um diferente de si. Apresenta-se como exemplos: Pedro matou-*se*. Júlia vestiu-*se* depressa e depois foi vestir as crianças<sup>50</sup>.

(2) *ato material* ou *movimento* que o sujeito executa em sua própria pessoa, semelhante ao que executa em coisas ou em outras pessoas. Cite-se como exemplos: Afastai-*me* do fogo (à semelhança de *afastei a criança, o livro do fogo*); A mãe deitou-*se* na cama (à semelhança de *deitou a criança na cama*).

(3) *mudança de estado* ou *condição*. Neste caso a forma medial tem o mesmo sentido que a combinação do verbo ficar com o particípio do pretérito. Como exemplos menciona-*se*: A água evaporou-*se* (=ficou evaporada); Ao atravessar a cerca Alfredo feriu-*se* nos espinhos. (=ficou ferido).

O gramático elucida que alguns verbos são usados somente na voz média, como: arrepende-*se*, atreve-*se*, queixa-*se*, denominados essencialmente pronominais.

Registremos, ainda, outra colocação de Said Ali (2008, p. 103, grifo no original) ao retomar a problemática da reflexividade com o pronome *SE*, mencionando exemplos como: “Pedro matou-*se* (sentido reflexivo); *eles odeiam-*se** (ação recíproca); *o homem foi-*se** (significação mais enérgica do que em ele foi); e, finalmente, *anda-*se*, compra-*se*, vai-*se** (fórmulas destinadas a calar o nome do agente)”.

A partir das orações ilustradas, o estudioso apresenta as seguintes considerações:

Distingue o gramático em geral o primeiro destes sentidos somente por ver o pronome reflexo junto a um verbo transitivo sem lhe alterar a significação. Ele adquire a noção de reflexividade indiretamente, comparando, isto é, lembrando-*se* que tanto poderia ser objeto o pronome *se* como um pronome pessoal, *o, a, os, as*, etc. [...] Em *aflingir-*se*, aborrecer-*se*, excitar-*se** e tantos outros, não concebemos a pessoa como agindo ou praticando tal ou tal ato sobre si; o que aí se enuncia é um *estado* d’alma, um afeto, um sentimento, do mesmo modo que nos verbos *ufanar-*se*, arrepender-*se*, admirar-*se**, etc. [...] Não raro o reflexivo tem de ser considerado como objeto indireto (dativo de interesse): *ele arroga-*se* o direito de punir, deu-*se* pressa em responder; propôs-*se* descobrir o caminho; seguirei o sistema que a princípio me propus*. [...] Em certos verbos, principalmente alguns intransitivos,

---

<sup>50</sup> Os exemplos foram retirados de Said Ali (1996).

o pronome reflexo não faz outra coisa senão mostrar que o sujeito participa intensamente da ação. *Ele riu-se* é mais do que *ele riu*; e no pensamento *foram-se para o céu* nota-se um matiz que já não aparece em *eles foram para o céu*. (SAID ALI, 2008, p. 103-104, grifo no original).

Dentre o exposto pelo estudioso, chama-nos atenção sua constatação de que a reflexividade se constrói a partir dos pronomes nomeados reflexivos e que a reflexividade quando o sujeito pratica a ação sobre si mesmo é uma noção relativa, indireta, adquirida tendo como exemplo, a situação apresentada com os verbos “afligir-se” e “aborrecer-se”.

Parece-nos que ele pretende sustentar a hipótese de que o uso sintático do *SE* reflexivo nem sempre equivale ao valor de reflexividade semântica. Na direção inversa ocorreria o mesmo, pois quando, supostamente, temos reflexividade semântica, nem sempre significaria que temos correspondência direta (o mesmo) entre agente e paciente, podendo ser que agente e beneficiário o sejam, tais como no exemplo: João aborreceu-se com a notícia.

A temática da reflexividade é tratada por Azeredo (2008) na seção que se dedica às vozes verbais, descrita como

[...] a forma sintática que o predicado assume para atribuir um papel semântico ao respectivo sujeito. Nossa definição deixa claro que a voz, diferentemente, das noções de tempo-modo e número-pessoa, não se expressa por meio de flexões do verbo e, portanto, não faz parte de sua morfologia. Qualquer verbo é susceptível do sistema de vozes de variação mórfica para a expressão de tempo-modo e número-pessoa, *mas somente os verbos transitivos diretos participam de construções do predicado relacionadas com distinções de voz*. A voz é expressa por um sistema de recursos sintáticos que definem certos padrões formais do sintagma verbal. (AZEREDO, 2008, p. 270, grifo nosso).

Vejamos que o gramático argumenta que o verbo pode atribuir papéis semânticos ao sujeito (agente, paciente, instrumento, lugar, neutro) por meio de sua semanticidade e pela estrutura sintática. Porém, uma restrição é colocada pelo estudioso ao afirmar que somente as construções de predicado com verbos transitivos diretos são passíveis de classificação pelo mecanismo da diátese.

Desse modo, em Azeredo (2013, § 353<sup>51</sup>) encontramos três classificações para a diátese verbal: *voz ativa* em que o sujeito assume o papel semântico de agente; *voz passiva* em que o sujeito tem o papel semântico de paciente; *voz média* ou *reflexa* em que o sujeito denota um indivíduo que ao mesmo tempo produz e recebe a ação. Como explicitação menciona-se os

---

<sup>51</sup> Utilizamos a versão *e-book* da obra de Azeredo (2013) organizada em parágrafos suprimindo-se as páginas.

exemplos: *Os policiais retiraram Antônio da sala*, em que o sujeito “os policiais” tem o papel de agente, um caso de voz ativa; *Antônio foi retirado da sala pelos policiais*, “Antônio” tem o papel de paciente por força da construção “ser + particípio” (foi retirado), um caso de voz passiva; *Antônio retirou-se da sala*, o sujeito “Antônio” corresponde ao indivíduo que concomitante produz e recebe a ação de retirar.

Por fim, Azeredo (2013) enfatiza que a voz passiva é estruturada pela combinação de “ser + adjetivo participial”, a voz reflexiva é marcada pela presença do pronome reflexivo e a voz ativa corresponde à forma não marcada, ou seja, se distingue apenas pelo contexto sintático.

O estudioso enriquece a reflexão ao propor a subdivisão da voz reflexa ou média em três tipos:

(1) *reflexa com agente determinado* (Antônio retirou-se da sala; Inscrevi-me em dois concursos);

(2) *reflexa com agente indeterminado* (Aceita-se aterro; Ainda não se emitiram os recibos);

(3) *reflexa sem agente* (A praia estende-se por cinco quilômetros; Alegro-me com essa notícia)<sup>52</sup>.

O gramático complementa esse raciocínio, explicando que o pronome reflexo tem tendência a se cristalizar junto a várias formas verbais, nesse caso, deixa-se de ocorrer voz reflexa (conceito sintático) e origina-se a classe dos *verbos pronominais* (conceito morfológico). Como exemplos de formas pronominais cite-se: *comportar-se*, *pronunciar-se*, *arrepender-se*, *queixar-se*, *sair-se* (Os meninos comportaram-se muito bem).

Por outro lado, quando a forma pronominal coexiste com a construção sem o pronome, ocorre o caso de semicristalização, orações em que o sujeito participa do processo verbal, mas não o aciona. Por isso, tais segmentos frasais são classificados como *reflexas sem agente*. Cite-se como exemplo: *alegrar-se*, *indignar-se*, *aborrecer-se* (verbos de sentimento); *estender-se*, *estreitar-se*, *romper-se*, *iluminar-se* (verbos de movimento ou mudança de estado).

Na esteira de Azeredo (2008, 2013) encontramos os estudos de Napoleão Mendes de Almeida, em *Gramática metódica da língua portuguesa* (2009), que esmiúça a reflexividade por três viéses distintos: dos pronomes pessoais; da classificação verbal; das funções do pronome *SE*.

Na seção destinada aos pronomes pessoais, define como pronomes oblíquos, aqueles que “na frase exercem função complementar, isto é, são os que têm por função representar o

---

<sup>52</sup> Cf. Azeredo, 2013, §354.

complemento do verbo” (ALMEIDA, 2009, p. 171). Em nota enfatiza que os reflexivos são os oblíquos que “podem referir-se ao sujeito da oração<sup>53</sup>”.

Quanto à seção que se dedica ao estudo dos verbos, o gramático aponta que

[...] há casos em que o sujeito pratica e, ao mesmo tempo, recebe a ação verbal: Pedro machucou-se. Quem praticou a ação? – Foi Pedro. Mas a quem machucou? – A si próprio. Neste caso, o verbo diz-se *reflexivo*, e o sujeito vem a ser, ao mesmo tempo, *agente* e *recipiente* da ação verbal. (Ibid., p. 211, grifo no original).

O autor elucida que os verbos reflexivos podem também ser denominados como pronominais distinguindo-se em: essenciais e acidentais. O verbo pronominal essencial, vem sempre acompanhado de pronome oblíquo. Cite-se como exemplo: arrepender-*se*, queixar-*se*, indignar-*se*, comportar-*se*.

Por sua vez, os verbos pronominais acidentais são aqueles que para indicar reflexividade de ação são acompanhados pelo pronome oblíquo. Como exemplo cita: Ela ama o filho (emprego transitivo); Ela *se* ama (emprego como pronominal acidental).

O gramático enfatiza que a reflexividade atribuída aos verbos pronominais acidentais é mais expressiva e forte quando comparada com os pronominais essenciais. Como ilustração menciona: eu *me* arrependo, ele *se* queixa, em que os pronomes não indicam necessariamente uma reversão da ação verbal sobre o sujeito; distintamente de uma oração como “eu me feri”, em que a força reflexiva é mais patente.

À vista disso, Almeida (2009, p. 215) declara que os verbos pronominais essenciais se aproximam dos verbos intransitivos, “pois a ação não passa para um objeto, por isso, certos verbos intransitivos vêm com *SE* reflexivo indicando espontaneidade de ação por parte do sujeito, isto é, reflexividade atenuada”. O autor apresenta como exemplos: Ele morre de tristeza; Ele *se* morre de tristeza. E argumenta que na segunda oração o *SE* indica que o sujeito morre de tristeza espontaneamente, isto é, por causa própria, distintamente do primeiro exemplo que indica contrariedade por parte do sujeito.

No que se refere ao pronome *SE*, Almeida (2009) destina um capítulo para tratar das funções que o termo pode desempenhar nas orações. A primeira função é a de *reflexibilidade pronunciada*, na qual, o pronome *SE* indica que o processo verbal atingiria, necessariamente, um objeto, que é o próprio sujeito.

---

<sup>53</sup> Idem.

O gramático em recuo diacrônico explica que essa função provém do *SE* da língua latina, em função acusativa, isto é, objeto direto. Por fim, o estudioso diz-nos que *SE* também pode ser empregado em função dativa, isto é, objeto indireto. No entanto, esse emprego é restrito a certos verbos, como: reservar-se o direito, dar-se pressa, atribuir-se importância, propor-se esclarecer, impor-se o dever<sup>54</sup>.

A segunda função citada é a de *reflexividade atenuada* que ocorre em estruturas formadas por pronominais essenciais. O *SE* deixa seu valor real de objeto direto e passa a exercer essa função apenas aparentemente. Cite-se o exemplo: Ele *se* arrependeu. O pronome reflexivo nesse caso não indica exatamente uma reversão da ação verbal sobre o sujeito. Logo, *SE* pertence ao verbo e não tem função sintática.

Prosseguindo, Bechara (2010, p. 144, grifo nosso) pontua que a reflexividade consiste, em “essência, na inversão ou (*negação*) da transitividade da ação verbal”. A ação denotada pelo verbo não passa a outra pessoa, mas reverte-se à pessoa do próprio sujeito, assim ele se torna agente e paciente ao mesmo tempo. Como exemplo oferece a oração, “João *se* banha”, em que a experiência de mundo do sujeito que interpreta admite a hipótese de João banhar a si mesmo e João banhar outro diferente de si, como na oração, “João banha o filho pela manhã”. No entanto, a reflexividade própria ocorre somente na primeira interpretação.

O gramático adverte que o significado construído em língua pode se desdobrar em outras acepções, especialmente nas ocorrências com o pronome *SE*, dependendo das unidades linguísticas e suas combinações em dado contexto situacional. Para tanto, introduz a categorização de *reflexividade recíproca*, que não é um valor próprio da língua, por ser dependente de interpretações contextuais.

Essa constatação corrobora a assertiva de que a reflexividade recíproca se constrói não porque a ação do sujeito se reverte sobre si mesmo, mas porque temos uma relação de identidade entre sujeito e objeto, como em, “João e Maria *se* amam”, em que ambos são, simultaneamente, agentes e pacientes da ação de amar.

Para endossar essa hipótese, Bechara (2010) cita os exemplos: “João e Maria *se* miram” e “João e Maria *se* miram no espelho”. Na concepção do estudioso, todo falante da língua portuguesa identificará por meio de interpretações contextuais, na primeira oração, uma reciprocidade de ação, enquanto, que na segunda, não se observará esse traço de reciprocidade, mas de reflexividade (João mira a si mesmo e Maria a si mesma).

---

<sup>54</sup> Os exemplos mencionados foram retirados de Almeida (2009).

Consoante com essa hipótese, o autor ressalta, uma vez mais, que as unidades léxicas podem determinar a interpretação contextual apresentando como exemplo a oração, “O banco só *se* abre às dez horas”, em que “banco” sendo um sujeito constituído por substantivo inanimado, não pode ser agente da ação verbal. Desse modo, a oração é interpretada como passiva e a gramática a categoriza como *voz média* ou passiva com *SE*.

Na sequência, enfatiza que a interpretação da voz média é dependente do significado lexical do verbo, afinal, mesmo quando o sujeito não é inanimado e passível de executar a ação verbal ainda temos certos verbos que “denotam ações que a nossa experiência sabe que não são praticadas pelo termo que lhe serve de sujeito”, como exemplo menciona a oração “Ele *se* chama João” (BECHARA, 2010, p. 145).

Quanto às vozes verbais, o gramático define que a diátese “determina a relação entre o acontecimento comunicado e seus participantes. O primeiro participante lógico, o sujeito, pode ser agente do acontecimento (*voz ativa*) ou objeto do acontecer (*voz passiva*), ou agente e objeto ao mesmo tempo (*voz média*, incluído o *reflexivo*)” (BECHARA, 2009, p. 176, grifo no original).

Nessa direção, encontramos a voz reflexiva definida tal como a reflexividade, indicação de que a ação verbal não se passa a outro ser. É digno de nota a categorização proposta pelo estudioso para voz reflexiva:

(1) *sentido reflexivo propriamente dito*, quando a ação reverte-se ao próprio sujeito (ele *se enfeita*)<sup>55</sup>;

(2) *reflexivo recíproco*, ação verbal em que temos mais de um agente atuando reciprocamente (eles *se amam*);

(3) *reflexivo dinâmico*, quando se indica movimento do próprio corpo ou mudança psicológica (ela *sentou-se*; ela *zangou-se*);

(4) *reflexivo passivo*, ação que expressa sentido de passividade com *SE* (*alugam-se* casas);

(5) *reflexivo indeterminado*, expressão de impessoalidade que varia conforme as interpretações contextuais, formada pelo verbo seguido do pronome oblíquo correferente (*assistiu-se* a festas).

Já, em Lima (2011, p. 391) encontramos a definição de que “são reflexivos os pronomes pessoais átonos (objeto direto e indireto) quando pertencem a mesma pessoa do sujeito da oração: o agente e o paciente são um só, porque o sujeito executa um ato reversivo

---

<sup>55</sup> Os exemplos foram retirados de Bechara (2010).

sobre si mesmo”. Como exemplo cita-se: Os empregados *se* despediram; Eles *se* arrogam o direito de vetar; O capitalista matou-*se*.

Na seção destinada aos verbos o autor de maneira objetiva, com ausência de exemplos frasais, esclarece que a voz reflexiva se trata de verbos conjugados com pronomes oblíquos, tais como, ajoelhar-*se*.

Quanto ao emprego dos verbos na forma ativa ou reflexiva o gramático comenta que:

Bom número de verbos aparecem, também sem alteração de sentido, ora com a forma ativa absoluta, ora com pronome reflexo, sendo certo que, “se para alguns se poderá admitir como anterior a forma ativa, para outros esta e a posterior e resulta da conjugação reflexa a qual se tirou, como um trambolho, o pronome átono<sup>56</sup>”. Estão no caso: *estribar* ou *estribar-se*, *aferrar* ou *aferrar-se*, *vestir* ou *vestir-se*, *enfileirar* ou *enfileirar-se*, *casar* ou *casar-se*, *passar* ou *passar-se*, *inclinar* ou *inclinar-se*, *recolher* ou *recolher-se*, *levantar* ou *levantar-se*, *multiplicar* ou *multiplicar-se*, *retirar* ou *retirar-se*, *findar* ou *findar-se*, *embarcar* ou *embarcar-se*, etc. (LIMA, 2011, p. 420, grifo no original).

Por sua vez, Cunha e Cintra (2017, p. 289) definem que os “pronomes desempenham na oração as funções equivalentes às exercidas pelos elementos nominais”. Portanto, a reflexividade é construída quando o “objeto direto ou indireto representa a mesma pessoa ou a mesma coisa que o sujeito do verbo<sup>57</sup>” sendo expresso por um pronome reflexivo. Cite-se como exemplo: Ele vestiu-*se* rapidamente<sup>58</sup>.

Acrescenta-se que as formas reflexivas também podem ser empregadas para exprimir reciprocidade de ação, denominando-se o pronome como recíproco. Os gramáticos oferecem como exemplo: José e Antônio não *se* cumprimentam.

No tópico destinado às vozes verbais, os autores abordam, uma vez mais, a questão da reflexividade. Reiterando que a voz reflexiva é aquela em que “o verbo vem acompanhado de um pronome oblíquo que lhe serve de objeto direto ou, mais raramente, de objeto indireto e representa a mesma pessoa do sujeito<sup>59</sup>”, como no exemplo, “Ele *se* deu o trabalho de vir a minha casa (ou deu-*se*)”.

Por fim, os estudiosos ressaltam que alguns verbos apesar de serem conjugados com pronomes átonos, não apresentam o mesmo sentido (reflexividade). Esse grupo se denomina como verbos pronominais e classificam-se em: termos verbais construídos exclusivamente na

---

<sup>56</sup> Sousa da Silveira, *Fonética sintática*, op. cit., p. 141.

<sup>57</sup> *Ibid.*, p. 293.

<sup>58</sup> Os exemplos mencionados foram retirados de Cunha e Cintra (2007).

<sup>59</sup> *Ibid.*, p. 395.

forma pronominal (*apiedar-se*, *queixar-se*, *suicidar-se*); termos verbais construídos na forma simples que se diferenciam pelo sentido e forma pronominal (*debater* – *discutir*; *debater-se* – *agitar-se*).

A retomada dos argumentos dos gramáticos acima permite-nos observar como “é o ponto de vista que cria o objeto” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 15). A atividade do gramático por se construir num domínio heterogêneo, recorta ocorrências que julga ser o resultado expressivo de um determinado fenômeno (objeto).

A literatura exposta acima explicita como o fazer do gramático resulta de processos os quais não temos acesso diretamente. As motivações pelas quais os sujeitos formalizaram suas teorias não estão plenamente acessíveis ao leitor.

Cabe a nós empreender esforços, diga-se, extenuantes, para acessar os rastros de tais motivações subjacentes que construíram os processos explicitados na superfície.

Esses estudos pretendem construir uma descrição do sentido das formas linguísticas, assumindo como diretiva a concepção de que tais formas, em particular o *SE*, por veicularem sentido, incluem-se em uma dada categoria gramatical, a reflexividade. Observemos que ter sentido pressupõe ter estabilidade. Logo, *SE* tem o seu sentido dado de antemão e a noção de reflexividade sintetiza-se como:

a) a construção frasal com uso do pronome oblíquo na pessoa idêntica à do sujeito.

b) sintaticamente, orações em que os verbos tendem a ser transitivos, complementado, geralmente, por um objeto direto, representado pelos pronomes oblíquos, cite-se como exemplo, o *SE*.

c) semanticamente, orações em que o pronome oblíquo produz correspondência semântica entre sujeito e objeto, construindo, simultaneamente, dois papéis temáticos (agente e paciente).

Parafraseando-se, livremente, Culioli (2010), que feliz seriam os estudos gramaticais sem as idiosincrasias sintáticas, semânticas, pragmáticas! A reflexividade em língua, explícita, por sorte, que as formas linguísticas, talvez por “rebeldia”, insistem em não se deixar compartimentar. Proliferam toda a sutileza e robustez da atividade de linguagem, que é colocada em funcionamento pelo sujeito em situações práticas de produção e de reconhecimento de enunciados.

Ressaltamos que os estudos gramaticais têm a pretensão do registro “fiel” das coisas relativas à língua. Certamente, isso traz consequências, tais como, “o projeto de uma língua

puramente lógica, imune a tudo aquilo que, na língua comum, obscurece a estrutura dos enunciados” (PIERRE, [1963] 2009, p.64).

O problema da reflexividade esbarra em questões, ainda, insolúveis no domínio gramatical. Parece-nos que a reflexividade, ora é uma operação lexical responsável pela alteração da grade argumental do verbo, ora é uma operação sintática estabelecida entre um verbo e um pronome num processo anafórico e ora é o resultado do processo interpretativo da junção de operações que abarcam léxico e sintaxe.

No contexto dos trabalhos ora discutidos, observamos que Bechara (2009, 2010) sustenta a ideia de que a reflexividade corresponde à negação de transitividade, inversão da força transitiva. O estudioso avança, em relação aos demais autores listados, ao indicar que o contexto pragmático interfere na compreensão do enunciado. Outro ponto relevante, consiste na ênfase que *SE*, enquanto, elemento multifuncional pode se desdobrar em significações deflagradas ora pela sua combinação com outros termos linguísticos ora pelo contexto situacional.

No entanto, as reformulações propostas pelo estudioso se caracterizam pela especificação em subclasses, tal como, observamos na sua definição para voz reflexiva. Ao introduzir novas etiquetas terminológicas Bechara (2010) afirma que temos orações em que os termos apresentam valores próprios da língua. Nesse ponto, cabe um novo questionamento: o que é valor próprio de língua?

O exemplo disponibilizado pelo gramático que sustenta sua hipótese de “valor próprio da língua” é a oração “João e Maria *se* amam” em que independente da presença de *SE* a ação denotada pelo verbo passa para outra pessoa. Questiona-se: por que a ação denotada pelo verbo não se reverteria à(s) pessoa(s) do(s) próprio(s) sujeito(s)? Por que não se aplica a hipótese semelhante àquela empregada nas orações “João *se* banha”? Não se pode inferir que na oração “João e Maria *se* amam”, “João *se* ama” e “Maria *se* ama”? Não estaríamos diante de um caso de ambiguidade?

A lacuna interpretativa permanece<sup>60</sup>, pois não encontramos uma explicação do gramático para tal definição. Parece-nos que se pretende sustentar a hipótese de que o valor próprio de língua corresponde à possibilidade interpretativa que não é dependente da imersão

---

<sup>60</sup> Ressaltamos que a obra consultada de Bechara (2010) trata-se de uma gramática escolar. Valendo-nos da constatação de Pria (2009, p. 78-79), questionamos se “os manuais escolares utilizados na formação de crianças e jovens não estão mais confundindo os estudantes e promovendo uma limitação de raciocínio do que oferecendo encaminhamentos que ampliem o universo experiencial desses estudantes”.

da forma em um contexto situacional. A forma arrastaria, por si só, toda a potencialidade significativa. O sujeito, nesse caso, apenas interpretaria aquilo que já lhe foi dado de antemão.

Azeredo (2008, 2013), tal como Bechara (2010), propõe novas divisões para a voz reflexiva com foco no agente da ação. Para tanto, define como voz média o predicado em que o sujeito é o mesmo indivíduo que produz e recebe a ação. Todavia, o estudioso propõe uma restrição: somente o verbo transitivo direto participa da diátese. Coloca-se ênfase, novamente, nas relações sintáticas construídas fora de uma prática de linguagem. Emerge uma contradição, afinal, se a condição para classificação pela diátese enfatiza que a transitividade só ocorre quando o agente da ação transforma o outro (transitivo direto); por que não se considera que o agente da ação pode se transformar (voz média)?

Ainda, é preciso observar que o verbo no fenômeno da reflexividade ocupa papel secundário, as acepções dos manuais mencionados sustenta-se na afirmativa unânime de que a reflexividade se constrói mediante a presença de *SE*, seja com a presença obrigatória da partícula, seja com a presença accidental (quando o verbo é transitivo e o pronome se junta a ela para indicar reflexividade). Isto é, a reflexividade, propriamente dita, é um fenômeno construído inteiramente pela presença do pronome junto ao verbo. Lima (2011) e Almeida (2009) registram que é próprio de *SE*, enquanto, pronome oblíquo conjugar a voz reflexiva. Destaca-se que os exemplos canônicos se repetem nas gramáticas privilegiando-se formas verbais como: machucar, arrepender, queixar, ferir, banhar, amar, enfeitar, sentar, alegrar, dentre outras.

Finalizando este tópico, valendo-nos de termos esquemáticos, podemos representar construções reflexivas como: SN1 + V +SN2 ou S+ V+ O (S=O). Em síntese, os autores pesquisados tratam a reflexividade como um processo em que o sujeito (SN1 ou S) e o pronome na função de complemento verbal (SN2 ou O), direto ou indireto, são a mesma pessoa. A reflexividade atribuída ao pronome *SE* no domínio epistemológico da gramática tradicional valoriza as relações sintáticas e independente da alternância dos critérios classificatórios ou da profusão de taxonomias orienta que se reconheça o valor reflexivo da partícula como produto isolado.

Dito isso, passemos, na próxima seção a uma breve exposição sobre a aquisição de construções reflexivas por aprendizes de uma segunda língua.

## **2.2 A reflexividade na aquisição de uma língua**

Sintetizaremos a tese de Zhang Yunfeng<sup>61</sup> (2018), que teve como objetivo analisar o modo de aquisição/aprendizagem do *SE* anafórico<sup>62</sup> (*SE* reflexivo e *SE* recíproco) da língua portuguesa europeia por aprendizes chineses falantes do mandarim<sup>63</sup> como língua materna.

O pesquisador ressalta que a aquisição do *SE* apresenta dificuldades devido à sua multifuncionalidade e mobilidade sintático-semântica. Na esteira desse pensamento, Rezende (2000, p. 109) enfatiza que diferentemente da “tradição greco-latina na qual a morfologia é bem representada, a tradição linguística chinesa não colocou jamais a ênfase na sintaxe. Ela codificou as suas categorias [...] no âmbito da fonologia”.

Por esse viés, parece-nos interessante observar por meio da oposição interlínguas como o fenômeno da reflexividade se organiza no processo (produção e reconhecimento de formas) de aquisição, haja vista que a estrutura canônica com o pronome *SE* em língua portuguesa pode não encontrar correspondência na superfície particular de uma outra dada língua. Afinal, como já afirmamos em momentos anteriores, “não há correspondência termo a termo em qualquer nível que seja” (ZAVAGLIA, 2002, p. 14).

Importa notar que em mandarim não temos clíticos<sup>64</sup>, tal como, na língua portuguesa. A reflexividade se constrói pela presença do prefixo *ziji* e de sua forma derivada *X-ziji*<sup>65</sup> que não são dependentes de um verbo hospedeiro.

O termo reflexivo *ziji* ocorre somente em estruturas reflexas não corporais. Já, a língua portuguesa exige a presença do *SE* para as estruturas frasais com verbos corporais (levantar-se, cortar-se, perfumar-se, etc.) e não corporais (criticar-se, desculpar-se, etc.). Por sua vez, as orações que expressam reflexas corporais, em mandarim, livre da exigência de um marcador, tornam-se uma estrutura frasal intransitiva<sup>66</sup>. Logo, em mandarim, alguns verbos (reflexivos

---

<sup>61</sup> Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/79816>. Acesso em: 15 jun. 2020.

<sup>62</sup> Conforme Chomsky (1981, 1986), na obra “Princípio A” da Teoria da Regência e Ligação, a anáfora é o fenômeno ligada ao domínio sintático local, isto é, seja nas estruturas reflexivas ou recíprocas, a referência ao *SE* anafórico não é arbitrária mas definida, correspondendo ao referencial antecedente, o sujeito da frase.

<sup>63</sup> O mandarim (*putonghua*), língua oficial da China, faz parte da família sino-tibetana e é falado pelo maior grupo étnico da China, *Han*, que corresponde aproximadamente a 93% dos 1,3 bilhões de habitantes chineses; deste modo é também designado de *hanyu*, que é língua da etnia *Han*, na China Em 1955 foi decretado na China que a língua oficial seria designada por *putonghua*, comumente referido no ocidente como mandarim. O mandarim é baseado nos dialetos do norte do país, tendo como padrão fonético o sistema do dialeto de Pequim. (ZHANG, 2018, p. 30).

<sup>64</sup> Termo que não tem acento fonológico. Logo, não tem a capacidade de ocorrer isoladamente e se liga, obrigatoriamente, a palavras hospedeiras.

<sup>65</sup> O elemento X em *X-ziji* varia também de acordo com a pessoa e com o número do antecedente. [...] O marcador *X-ziji* permite apenas uma anáfora local, associando-se apenas ao antecedente local, enquanto o marcador *ziji* se pode associar tanto ao antecedente local quanto ao antecedente de longa distância. [...] A anáfora de longa distância do marcador *ziji*, sujeita a uma série de condições sintáticas, semânticas e até pragmáticas, quebra o Princípio A de Chomsky (1981) de uma anáfora estar ligada no seu domínio sintático local, fenômeno que tem provocado o enorme interesse de muitos linguistas. (ZHANG, 2018, p. 42-43).

<sup>66</sup> “Para as estruturas de ação corporal e de mudança de posição corporal a estrutura é intransitiva (SV [-]) e não há a realização do argumento interno; para as estruturas de deslocamento corporal, a estrutura apresenta-se transitiva

corporais) são tidos como inerentemente reflexivos. Vejamos os exemplos disponibilizados por Yunfeng (2018, p. 8, 38, 39, 158):

(1) Ta *zuo xialai*, ranhou kaishi kanshu.  
Ele **sentar REFLEX**<sup>67</sup> **abaixo**, depois começar ler.  
Ele sentou-se e, depois, começou a ler.

(2) Ta *xizao*, ranhou qu shuijiao le.  
Ele **lavar REFLEX**, depois ir dormir PERF.  
Ele lavou-se e foi dormir.

(3) Zhangsan bu *penxiangshui* cong bu chumen.  
Zhangsan não **perfumar REFLEX** nunca sair.  
Zhangsan não sai sem se perfumar.

(4) Lis i xiguan zao *qi*.  
Lisi costumar cedo **levantar REFLEX**.  
Lisi costuma levantar-se cedo.

(5) Ta *ziji* zuo fan.  
Ele **REFLEX** cozinhar arroz  
Ele próprio cozinha.

(6) Zh angsan *ziji* ye bu xiangxin zhege gushi.  
Zhangsan **REFLEX** também não acreditar esta história  
Zhangsan ele próprio também não acredita nesta história.

(7) Ta zeguai *ziji* qichuang wan le.  
Ele culpar **REFLEX** levantar tarde PERF  
Ele culpou-se por se ter levantado tarde.

Nos exemplos de (1) até (4) notamos a ausência do marcador *ziji*, trata-se de orações com reflexas corporais. Ou seja, a descrição de situações em que temos um único participante que age sobre o seu próprio corpo. Já nos exemplos (5), (6) e (7) observamos a presença do marcador *ziji*, casos de orações com verbos reflexivos.

Ressalta-se que em (5) e (6) *ziji* corresponde às expressões *próprio/mesmo* na língua portuguesa. Distintamente do *SE* reflexivo com função sintática, exclusiva, de valor acusativo/dativo, o marcador *ziji*, tal como nos exemplos (5) e (6), pode funcionar como parte do sujeito da frase possuindo valor enfático<sup>68</sup>. Em (7) semelhantemente com *SE* o marcador

---

(SVO) e há realização do argumento interno” (YUNFENG, 2018, p. 161). Portanto, em mandarim, as reflexas corporais são estruturas intransitivas em que se envolve apenas o argumento externo.

<sup>67</sup> O traço simboliza a ausência de um termo reflexivo.

<sup>68</sup> Cf. Yunfeng, 2018, p. 45.

reflexo *ziji* serve sintaticamente como complemento verbal (direto e indireto) dependendo anaforicamente de um antecedente.

Em resumo, a reflexividade em língua portuguesa requer obrigatoriamente a presença de um termo específico, tal como o *SE*. Já em mandarim um correspondente pode ser inexistente. Trata-se daquilo que os gramáticos denominam como marcador nulo, orações compostas por verbos inerentemente reflexivos (reflexas corporais).

Constatamos que tanto nos estudos gramaticais da língua portuguesa, conforme a seção precedente, quanto na reflexão de Yunfeng (2018) acerca do mandarim, o conceito de reflexividade se sustenta nos níveis do léxico e da sintaxe. Os exemplos disponibilizados pelo pesquisador corroboram a ideia de que existem sequências textuais predeterminadas que em uma relação unívoca desnuda um dado valor referencial estável, no caso, o valor reflexivo.

Ademais, os resultados obtidos por Yunfeng (2018) lhe permitiram constatar que os alunos em processo de aprendizado da língua portuguesa (europeia), a depender do contexto frasal, ora retiravam o *SE* reflexivo ora acrescentavam a partícula junto a estruturas verbais consideradas inadequadas, tais como engordar, acordar e pensar.

O pesquisador concluiu que tanto a omissão<sup>69</sup> quanto o sobreuso do *SE* reflexivo não se determinou pela especificidade da língua materna (mandarim), pois se o fosse os participantes teriam omitido mais vezes o *SE* reflexivo-corporal (que não tem correspondência em mandarim) do que o *SE* reflexivo não-corporal (que se compara com o termo *ziji*). Os conhecimentos prévios da língua materna (mandarim) não condicionaram a assimilação das estruturas linguísticas da língua alvo (português). Por fim, Yunfeng (2018, p. 6) conclui que “os resultados não correspondem às expectativas mais prototípicas, invalidando a hipótese de transferência linear” de uma língua a outra.

Parece-nos que uma das grandes dificuldades do exercício de passagem de uma língua a outra consiste na possibilidade de escolha entre as diversas opções, o que justifica o amplo interesse dos estudos linguísticos pela partícula *SE*. Constatamos que o autor da tese, em sua argumentação, buscou determinar algumas classes categoriais (pronome, verbo, advérbio, etc.) com o intuito de ilustrar as possíveis correspondências sintáticas e lexicais entre a língua portuguesa (europeia) e o mandarim, observando equívocos relacionados à tradução. Não se

---

<sup>69</sup> Vejam –se exemplos de desvios no uso da categoria reflexiva: (1) \*Ele gosta de vestir com roupa escura. (2) \*A Maria acordou-se cedo hoje de manhã. (YUNFENG, 2018, p. 164-165).

levou em consideração que as marcas linguísticas estão relacionadas a um trabalho de apreensão do mundo pelo sujeito que se constrói mediado por fatores físico-culturais e mentais.

Dada nossa incursão pelo estudo linguístico de Yunfeng (2018) reiteramos nossa hipótese de que a reflexividade não é inerente a um termo específico da língua. Parece-nos que a situação de enunciação é que constitui as condições necessárias para a compreensão das sequências. Se o termo carregasse o conceito, os aprendizes observados por Yunfeng (2018) teriam obtido pleno êxito nos testes a que foram submetidos pelo pesquisador.

Embora não seja nosso objetivo demonstrar a ausência de correspondência sintática e lexical entre as línguas, intuímos que, ao apresentar as conclusões dessa pesquisa linguística, desnaturalizamos, em certa medida, nossa visão eurocêntrica de que a presença de um termo morfossintático em uma dada sequência condiciona certo valor interpretativo.

Como ressaltado por Yunfeng (2018, p. 207-208)

[...] dada a complexidade e multifuncionalidade de *SE*, a sua aquisição não se circunscreve apenas ao armazenamento do conhecimento lexical já que se integra em várias interfaces linguísticas e associar-se-á, também, à memória procedimental, que é responsável pela habilidade gramatical.

Acrescentamos que também é importante observar os processos que determinam a habilidade gramatical. A escolha de uma determinada sequência dentre outras deve ser vista como o resultado de um processo. A prática de linguagem, dentre outras coisas, implica articular noções, construir domínios e categorizações por meio dos processos de referenciação e regulação que possibilitam “representar a distância e o movimento existente entre as línguas” (ZAVAGLIA, 2002, p. 173).

Como se lê em Zavaglia (ibidem): “o texto em língua estrangeira é material em estado amorfo, em oposição ao estado cristalino, transparente, sendo o tradutor aquele que deve dar forma a esse material de acordo com as representações que constrói das duas línguas implicadas no processo.” A pesquisadora prossegue:

[...] num primeiro momento, naquele em que o aprendiz iniciante tenta traduzir o texto, é como se ele estivesse muito distante no tempo e no espaço das formas que ele quer construir. Seria um pouco semelhante a ler um texto do século XVII em língua materna cujo material está distante no tempo e no espaço da leitura de um indivíduo do século XXI e pede por um processo de regulação e referenciação mais intenso. (ibidem).

A reflexividade que o termo *SE* expressa na superfície dos arranjos linguísticos representa uma conquista provisória no processo de construção de representação. Assumindo esse posicionamento em que o significado é construído pelo material verbal, buscamos um nível de categorização anterior à expressão da reflexividade. Para tanto, recorreremos ao conceito de noção que é apresentando na seção subsequente.

### 2. 3 No caminho indistinto de categorização: noção e domínio nocional

[...] *Naquele tempo de dantes não havia limites para ser.*  
[...] Depois veio a ordem das coisas e as pedras  
têm que rolar seu destino de pedra para o resto dos tempos.  
*Só as palavras não foram castigadas com a ordem natural das coisas.*  
*As palavras continuam com seus deslimites.*  
(Manoel de Barros, 1998, p. 77, grifo nosso)

A construção poética tem a ambiguidade como virtude. Se os demais gêneros textuais almejam a clareza de sentido, a transparência, a comunicação sem falhas, no texto poético vemos proliferar justamente a possibilidade de transgressão através da palavra.

Como ressalta Manoel de Barros (1998), “as palavras continuam com seus deslimites”, isto é, continuam tendo uma plasticidade que lhes permite ser uma coisa e outra, como na infância do mundo.

Nessa direção, pensamos que os objetos metalinguísticos fornecidos pela TOPE, como ferramentas que auxiliam o linguista na descrição e formalização dos fenômenos observados, tematizam os “deslimites” por não se vincularem a um método classificatório que pretende encapsular em contextos protótipos a significação das formas linguísticas.

Antes, a análise linguística deve ter como ponto de partida um grau zero e indistinto de categorização no qual toda forma linguística, inclusive unidades gramaticais como o pronome *SE*, são dotadas de maleabilidade de funcionamento.

Vejam os que tratamos de entidades híbridas que operam com a plasticidade do domínio cognitivo juntamente com as formas do domínio linguístico. O jogo entre domínios distintos leva o sujeito a aprender a equilibrar-se, aproximando objetos desde a sua mais tenra idade e estruturando aquilo que Culioli denomina como noção:

[...] um complexo feixe de propriedades físico-culturais estruturadas e não deve ser equalizado com rótulos lexicais ou itens reais. Noções são representações e devem ser tratadas como tais; elas sintetizam propriedades (o termo é usado aqui em sentido amplo) derivadas da interação entre pessoas

e pessoas, pessoas e objetos, restrições biológicas, atividade técnica, etc<sup>70</sup>. (CULIOLI, 1990, p. 69).

Por serem entidades híbridas, da ordem daquilo que é linguageiro, “representante metalinguístico do que designamos como representações mentais” (DUCARD, 2013, p. 103), a noção:

- de um lado, trata-se de uma forma de representação não linguística, ligada ao estado de conhecimento e à atividade de elaboração de experiência de qualquer pessoa;  
- de outro, trata-se da primeira etapa de uma representação metalinguística<sup>71</sup>. (CULIOLI, 1999b, p. 9-10).

Culioli destaca que não estamos falando de propriedades canônicas aplicadas aos objetos. Trata-se de um sistema aberto que se submete a interações. Tais interações não são de ordem mecânica. A atividade de linguagem, que é uma especialização da atividade simbólica de construção de representação, tem como aspecto central o ajustamento, que implica, simultaneamente, estabilidade e deformabilidade.

O sujeito é origem do movimento que se observa ao nível das representações que constrói. A noção coloca em cena o problema da identidade *versus* alteridade. Em outras palavras, as propriedades que de algum modo são filtradas e estruturadas pela experiência do sujeito sustentadas por construtos nocionais que nem sempre se explicitam.

O sujeito, quando observa os fenômenos e objetos do mundo, aciona procedimentos de abstração que reagrupam ocorrências de acontecimentos similares ao redor de um centro organizador que posteriormente subsidia a avaliação do grau de conformidade e adequação de determinadas propriedades e valores a serem atribuídos a um objeto. Constrói-se um espaço de validação de propriedades que é representável por um domínio topológico delimitado entre interior (é verdadeiramente tal coisa), gradiente (é tal coisa mais ou menos) e a zona de transição ou fronteira (não é mais totalmente tal coisa).

Ao delimitar o interior, que situa ocorrências com um valor considerado excelente, realmente verdadeiro; delimita-se, também, um exterior, que situa ocorrências antagônicas em relação ao interior; uma fronteira que posiciona ocorrências de alteração e transformação que

---

<sup>70</sup> No original: [...] as complex bundle of structured physico-cultural properties and should not be equated with lexical labels or actual items. Notions are representations and should be treated as such; they epitomize properties (the term is used here in a very extensive and loose way) derived from interaction between persons and persons, persons and objects, biological constraints, technical activities, etc. (CULIOLI, 1990, p.69).

<sup>71</sup> No original: - d'un côté, il s'agit d'une forme de représentations non linguistique, liée à l'état de connaissance et à l'activité d'élaboration d'expériences de tout un chacun [...];  
- de l'autre, il s'agit de la première étape d'une représentation métalinguistique. (CULIOLI, 1999b, p. 9-10).

se identificam em algum aspecto com a noção central; um gradiente, que vai do interior à fronteira, isto é, o espaço aberto que comporta ocorrências identificáveis com a noção em diferentes graus.

É interessante constatar que uma noção não é definida somente pelo que ela é, em termos de identidade, mas também se define pelo que não é, enquanto alteridade. Os valores polarizados entre ser e não ser constroem um contínuo de outros valores que são igualmente importantes.

Tomemos, como exemplo, a construção do domínio nocional para o predicado <ser cientista><sup>72</sup>.

(1) *Paulo é verdadeiramente um cientista. / Paulo é o que chamamos de cientista, vive no laboratório da Universidade/ Paulo é cientista, em seu grau máximo, ganhou até um Nobel.*

(2) *Será que Paulo é cientista mesmo, João? Curioso e estudioso eu sei que ele é, agora, cientista, aí já é outra coisa! / Paulo é quase cientista, porque ele ainda não tem uma boa hipótese para a cura do covid-19.*

(3) *De fato, Paulo não é cientista, e, sim, vendedor de seguros. / Paulo nunca foi cientista, ele é apenas um falastrão!*

As ocorrências em (1) situam-se ao redor daquilo que Culioli denomina como centro organizador (CO), espaço que situa ocorrências que se constroem em relação ao tipo ou ao atrator.

Temos a construção de ocorrências da noção /cientista/<sup>73</sup> mediante processos de identificação, de conformidade ou adequação em relação ao tipo. Os diferentes graus de identificação vão construindo um gradiente de ocorrências ao redor do centro organizador. Assim, perto do centro organizador, teremos ocorrências idênticas ou quase idênticas à ocorrência tipo; as ocorrências com menos propriedades em comum se situam em ordem decrescente de identificação e em ordem crescente de diferenciação em relação ao centro (Culioli, 1999b).

Por sua vez, o atrator representa a “ocorrência (inacessível, porque imaginária) que oferece o valor absoluto, o valor extremo do gradiente em termos de mais-e-menos.”<sup>74</sup> (CULIOLI, 1999b, p. 86). Em outras palavras, o atrator fornece um valor extremo, um grau

---

<sup>72</sup> A notação <> refere-se a um predicado.

<sup>73</sup> A notação // indica uma noção.

<sup>74</sup> No original: “l’occurrence (inaccessible, parce qu’imaginaire) qui fournit la valeur absolue, valeur extreme du gradiente em plus-et-moins. (CULIOLI, 1999b, p. 86).

máximo de avaliação, algo como ou é positivo ou é negativo, construindo-se a partir do próprio predicado.

Um exemplo seria uma ocorrência como *Paulo é o cientista!*, que identifica um exemplar de /cientista/ com todas as propriedades de <ser cientista> em seu alto grau. O tipo refere-se a uma ocorrência representativa. Já o atrator remete a uma representação absoluta e abstrata.

Passemos, agora, às ocorrências (2), que se localizam na fronteira do domínio nocional. Temos a identificação de algumas propriedades típicas de <ser cientista>, tais como, ser curioso, estudioso, apresentar hipóteses, correspondentes ao domínio da noção /cientista/. Porém, essas propriedades não são suficientes para estabilizar uma ocorrência como pertencente ao interior ou ao exterior do domínio nocional. Nota-se que a zona fronteira situa ocorrências consideradas “menos típicas do *Interior* sobrepõem-se às ocorrências menos típicas do *Exterior*, e vice-versa” (BIASSOTO, 2012, p. 87, grifo no original).

Por fim, as ocorrências (3) localizam-se no exterior do domínio, ou seja, as propriedades de <ser cientista> não correspondem em nenhum aspecto com o objeto descrito nas ocorrências. Logo, não se trata de um exemplar da noção /cientista/.

Como se observa, o “domínio nocional, do ponto de vista metalinguístico, compreende um domínio abstrato, não de representações cognitivas, mas de representações metalinguísticas que estruturam ocorrências das noções” (PRIA, 2009, p. 57) sobre os quais o linguista opera.

Convém destacar que cada noção, entendida como uma noção de predicado e formalizada como P, apresenta propriedades gerais que Culioli (1990, p. 52) sistematizou, a partir da constituição de domínios nocionais, como:

- semântico: /ser cachorro/, /ser líquido/, /ler/;
- noção gramatical: aspectualidade, modalidade;
- noção quantitativa/qualitativa: avaliação do grau de intensidade ou de extensividade (acabamento, finalização).<sup>75</sup>

Por operarmos em um espaço “aberto” que permite sair do campo do “tudo ou nada” e pensar em espaços fronteiros, espaços em que é possível tipificar, passamos a observar a relativa estabilidade que pressupõe a comunicação, a compreensão efetiva, em articulação com

---

<sup>75</sup> No original: -sémantique: /être chien/, /être liquide/, /livre/  
- notion grammaticale: /aspectualité/, modalité  
- notion quantitaive/qualitative: évaluation du degré d'intensité ou d'extensite (achèvement). (CULIOLI, 1990, p.52)

a deformabilidade, enquanto atividade linguagística que incessantemente transforma os domínios de sentido que passavam a intuição de que seriam estáveis.

É interessante constatar que a noção não é um conceito que remete a uma acepção teórica determinada, delimitada. Antes, podemos compreendê-la em termos do *de vir*, do latim *devinere*, o vir a ser, o tornar-se, o transformar-se. É de fundamento, o movimento permanente e progressivo pelo qual as coisas se transformam. Logo, a força propulsora de geração, destruição, alteração que viabiliza toda a proliferação de formas e significados perpassando os fenômenos linguísticos que se apresentam ao homem todos os dias, a partir da articulação da atividade de linguagem com as línguas naturais. Em face dessa perspectiva, no item subsequente trataremos das modulações enunciativas.

#### **2.4 As marcas do sujeito: o projeto do enunciado em construção**

Nas palavras de Sarah de Vogüé (1993 apud ROMERO-LOPES, 2000, p. 38), “o mundo não se deixa dizer tão facilmente. O dizer é um trabalho, que não é sem custo, nem sem perda, que não é senão que ajustamento, e que não acontece sem deformação e sem reconstrução.”

Vemos que a relação de co-enunciação não é neutra e nem objetiva. Por ser um processo mediado por sujeitos, se supõe um jogo em que os lapsos, desvios, mal-entendidos e ambiguidades vêm à tona constantemente, visto que a significação de um enunciado é o produto de uma acomodação intersubjetiva, de um ajustamento contínuo.

Nesse caso, a co-enunciação é marcada por modalizações constitutivas das operações de construção do enunciado. Conforme salienta Fuchs (1984, p. 80-81), “é impossível falar sobre produzir ou reconhecer um enunciado sem modular, e a ausência de modulação seria ainda uma modulação”. Pode-se inferir que é por meio das modulações que “o sujeito encontra-se, pois, fundamentalmente introduzido na teoria, uma vez que não há enunciados não modulados, e que as modulações são precisamente o vetor das variações intersubjetivas”<sup>76</sup>.

Nessa perspectiva, a linguística culioliana distingue quatro grupos de modalidades e apesar de apresentarmos cada uma isoladamente Culioli (1985) adverte que a operação de modalização pode congrega mais de um tipo ao mesmo tempo. Vejamos:

Modalidade 1: as de asserção (afirmação ou negação), de interrogação e de ênfase. Elas são primordiais por marcarem uma tematização em relação ao nível predicativo. As de asserção

---

<sup>76</sup> Ibid., p. 81.

marcam que o conteúdo da relação predicativa pode ser validado como verdadeiro ou falso, positivo ou negativo, sim ou não. Quanto à modalidade interrogativa, ela marca o não compromisso do enunciador em relação ao texto enunciado, nem como algo verdadeiro, nem como falso.

Modalidade 2: domínio do possível, do eventual, do provável, do hipotético. Essas modalidades constituem-se como uma possibilidade de realização das modalidades do tipo 1.

Modalidade 3: dimensão apreciativa ou afetiva centrada no sujeito enunciador que imprime um sentimento pessoal ao fato.

Modalidade 4: injunção, centra a enunciação nos interlocutores sendo estabelecida por meio da permissão, do querer e do deôntico (é preciso, deve-se).

A combinação das modalidades no jogo enunciativo permite-nos, conforme Rezende (2000), a construção de uma certa representação das coisas, remetendo-nos diretamente à relação linguagem e cognição<sup>77</sup> que, por sua vez, implica o problema da noção e introduz o problema da relação intersubjetiva que remete a todos os problemas de aspecto, assunto do item seguinte.

## **2.5 As modulações no tempo e no espaço: o aspecto**

O conceito de aspecto para a linguística culioliana resulta da articulação de diversos domínios. É por meio dessa categoria que “o linguista pode estabelecer uma correspondência entre uma noção gramatical (a ser definida) e um jogo de marcadores (específicos a uma língua dada)”<sup>78</sup> (CULIOLI, 1999a, p. 145). Enquanto categoria, o aspecto recobre problemas em diversas dimensões tais como a diátese, quantificação e qualificação, modalidade, topologia do tempo e a referenciação em relação a um ponto de referência<sup>79</sup>. (Idem, p. 147-158).

Nessa direção, Culioli (1978 apud VIGNAUX, 1995, p. 580) diz que

[...] o jogo dos valores aspectuais vai, de um lado, se situar no plano do que é construído, quer dizer, daquilo que é predicado no enunciado, marcando, assim, fronteiras, e por outro lado, de algum modo, projetar esse espaço sobre um eixo, localizando-o na ordem temporal (tempo da enunciação, lugar do

---

<sup>77</sup> Em TOPE compreendemos cognição como trabalho, ação operatória.

<sup>78</sup> No original: “le linguiste pose une correspondance entre une notion grammaticale (terme à définir) et un jeu de marqueurs (spécifiques à une langue donnée) (CULIOLI, 1999a, p. 145).

<sup>79</sup> Termos no original: le diathèse, quantification, qualification, modalité, topologie sur le temps, opération de repérage par rapport à um localisateur au sens abstrat du terme.

sujeito em relação ao que ele enuncia, coordenadas que fixam os instantes e amplitude do processo) com o fim de fixar o tipo de representação visada<sup>80</sup>.

Podemos observar que as operações aspectuais são responsáveis por construir o percurso enunciativo desde seu surgimento até a um momento visado, esperado ou atingido, ou seja, são jogos de temporalidade que, quando introduzidos pela noção aspectual, permitem ao sujeito modular o processo desde aquilo que é tido como certo até ao que se apresenta como provável ou simplesmente hipotético e, ainda, aquilo que é improvável. Ou seja, as operações aspectuais modulam no tempo e no espaço o jogo dialógico entre o enunciador e o co-enunciador para que assim seja possível construir, reconstruir, montar e desmontar os domínios da predicação.

Diante dessa conjuntura, direcionaremos nosso olhar, no próximo item, para a figura verbal. Especificamente, para o fenômeno da transitividade, como o mecanismo que intervém na construção do enunciado. Nosso objetivo é tecer uma leitura que tenha como consequência a observação da transitividade em termos de uma causalidade, como um sistema aberto e submetido a interações que não são mecânicas.

## **2.6 Transitividade:** modos de observar os conteúdos construídos em língua

No descomeço era o Verbo.  
Só depois é que veio o Delírio do Verbo<sup>81</sup>. (Manoel de Barros)

Como poetizado por Manoel de Barros, “no descomeço era o verbo<sup>82</sup>”, força propulsora, que do ponto de vista (gramatical) semântico, desencadeia noções de ação, processo e estado; do ponto de vista sintático, exerce função de núcleo do predicado das sentenças.

Já o “delírio do verbo” pode se situar na vasta literatura que se dedica a sistematizar a importância lexical, sintática, semântica e pragmática do elemento que, aparentemente, carrega a propriedade do “relacionar-se”, “transformar-se”: a transitividade.

---

<sup>80</sup> No original: “Le jeu des valeurs aspectuelles va d’un côté, se situer au plan de ce qui est construit à savoir prédiqué dans l’énoncé, marquant ainsi des frontières, et de l’autre, em quelque sorte projeter cet espace sur un axe le repérant dans l’ordre du temporel (temps de l’énonciation, place du sujet par rapport à ce qu’il énonce, coordonnées fixant les temps et portée du processus) aux fins de fixer le type de représentation visée”. (CULIOLI 1978 apud VIGNAUX, 1995, p. 580).

<sup>81</sup> Parece-nos que o poeta emprega o termo “verbo” como equivalente a “palavra”. Mas isso não exclui a possibilidade de tomarmos “verbo” como equivalente ao conceito gramatical.

<sup>82</sup> Referência dêitica ao primeiro capítulo do Evangelho de João ao retomar a criação do mundo.

Por meio do recorte sintático que incide na superfície da língua gera-se um tema controvertido entre os estudiosos. Trata-se da regência, também referida como transitividade e predicação. As diferentes nomenclaturas que coexistem nos estudos gramaticais em torno da mesma temática, ancoram-se na busca da elaboração de uma abordagem que dê conta dos pormenores, daquilo que insiste em fugir do controle (“o delírio”) de quem tenta organizar os detalhes, sejam semânticos, sintáticos ou lexicais.

Pensamos que “o delírio” pode remeter ao domínio daquilo que Saussure<sup>83</sup> (2006, [1916], p.17) caracteriza como “o cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica [...] pertence além do domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos”: a linguagem.

O genebrino afirma que “a língua, ao contrário, é um todo por si e um princípio de classificação<sup>84</sup>”. Essa definição nos leva a concordar com Bourdieu (1982, p. 26<sup>85</sup>), para quem, *la langue* de Saussure confunde-se com a língua oficial: “[...] a língua saussuriana, este código ao mesmo tempo legislativo e comunicativo que existe e subsiste fora de seus usuários (‘sujeitos falantes’) e de suas utilizações (‘parole’) tem de fato todas as propriedades que são comumente reconhecidas na língua oficial”. Destarte, a reflexão de Bourdieu nos leva a inferir que a definição de língua saussuriana abre margem para uma certa identificação com elementos compilados pelos manuais tradicionais (gramática normativa e dicionários).

Com efeito, Saussure (2006, [1916], p. 128) ao considerar a língua como objeto homogêneo e bem definido, “nos quais os elementos se mantêm reciprocamente em equilíbrio de acordo com regras determinadas” postula que as unidades linguísticas

[...] estão vocacionadas a pertencer a uma determinada classe (nomes, verbos, adjetivos, [...] etc.). A classificação como procedimento metodológico está sustentada pelo enquadramento da unidade numa determinada posição (distribuição) para uma determinada função (relação), e vice-versa. Esse procedimento implica não só um certo grau de homogeneização da variação (alteridade), mas também que certos valores e significados sejam privilegiados na observação das unidades. (PRIA, SOUZA, 2017, p. 173).

Em síntese, o projeto teórico saussuriano, ao assumir as relações de sentido internas à língua como construção ideal, isto é, como “sistema transmissor da informação de ordem

---

<sup>83</sup> Ressalta-se que a riqueza e complexidade do pensamento linguístico elaborado por Saussure não se presta a uma exposição sintética por meio de algumas páginas. Nossas ambições são modestas, assumimos de antemão que nosso gesto interpretativo é incompleto e não temos como pretensão abarcar a totalidade do seu pensamento arquitetado para a linguística.

<sup>84</sup> Ibidem.

<sup>85</sup> Tradução do texto original por Martins (2014, p. 128).

intelectiva [...] caso particular dentro da ‘semiologia’, [...] de signos, que regem a vida mental dos homens” (CÂMARA JR., 1967, p. 51-54), hierarquiza as unidades linguísticas levando em consideração certos traços distintivos que implicam sua inserção em determinada classe gramatical. Com efeito, a significação das unidades linguísticas é tomada como o resultado do funcionamento das formas de superfície da língua. Privilegia-se a dimensão semiótica em detrimento da dimensão semântica (externa).

É nessa direção que, em certa medida, o expediente estruturalista serve de orientativo para o trabalho daqueles que se dedicam não só a compilar ocorrências verbais, mas também a agrupá-las em categorias. A língua, enquanto sistema de valores puros<sup>86</sup>, visa organizar o “plano indefinido das ideias confusas<sup>87</sup>”. Emerge daí a caracterização da transitividade verbal, como já se fazia na tradição gramatical, sob o pressuposto da incompletude<sup>88</sup> que faz com que haja a necessidade de um argumento que preencha o sentido do verbo e atribua sentido à frase.

A noção de incompletude verbal foi formulada segundo um raciocínio algébrico e está clivada de controvérsias. Ora situa-se a transitividade como fator semântico, cite-se a classificação dos verbos intransitivos como aqueles que possuem predicação completa, ora como um fator formal, sintático, cite-se a classificação dos verbos transitivos indiretos, em que o verbo necessita de um objeto introduzido por uma preposição.

Kury (2000) discute essa questão quando retoma o raciocínio do pesquisador francês, Albert Sechehaye, amigo de Saussure, ao afirmar que:

Em qualquer caso, *a ideia representada por essas palavras se oferece à mente com um caráter de incompletação*: é um principal que é feito para um complemento e que parece não ter cumprido a sua função e não chega até ele. Ora, se definirmos a transitividade pela incompletação da ideia principal, vemos logo abrir-se diante de nós uma perspectiva muito mais ampla. Os verbos transitivos já não serão necessariamente verbos de ação que pedem um objeto, no sentido especial do termo; *pertencer a*, que pede complemento que designa o possuidor, *ir a*, que pede indicação de lugar, serão igualmente transitivos. (SECHEHAYE apud KURY, 2000, p. 33, grifo no original).

Mesmo da perspectiva estrutural, a transitividade, compreendida como incompletude verbal, abre-se para um terreno amplo. Na citação acima, orações com verbos classificados como de movimento ou de situação (intransitivos, supostamente), por apresentarem complemento adverbial de lugar, passam a ser considerados transitivos. Kury (2000, p. 32) cita

---

<sup>86</sup> Tal como definiu Saussure (2006, [1916], p.130).

<sup>87</sup> Ibidem.

<sup>88</sup> Recordemo-nos, por exemplo, da definição de Said Ali (1966, p. 84) como sendo transitivo “o verbo cujo sentido se completa com um substantivo, em lugar do qual se podem usar as formas pronominais”.

exemplos como: “Cheguei a Petrópolis”, “Voltei de Campos”, “Fiquei em casa”, nos quais, as expressões adverbiais “a Petrópolis”, “de Campos” e “em casa”, complementaríamos o sentido integral da partícula verbal.

Como já dito, o “princípio de classificação” que subjaz o raciocínio formulado na citação, reitera o valor das unidades linguísticas como determinado de antemão pela posição ocupada no sintagma e independente da relação estabelecida entre os termos nas estruturas predicativas.

Isso posto, atentemos, ao esquema de configuração sintático-semântica que reflete um evento transitivo prototípico, conforme os estudos gramaticais. Vejamos:

Quadro 2: Representação de Evento Transitivo

<b>Agente Intencional → Ação Ocorrida → Mudança de Estado ou Condição de um Paciente</b>
--

Fonte: Elaboração própria

O esquema explicita que um evento transitivo é aquele com, no mínimo, dois participantes, um agente e um paciente. O primeiro direciona um fluxo de energia que causa alguma mudança, seja de condição, estado ou localização, no segundo participante.

Em termos sintáticos, o primeiro corresponde à força propulsora, sendo identificado como sujeito, aquele que é responsável pela ação; e, o segundo, identificado como objeto, responsável por receber a ação verbal. No quadro que segue, temos uma síntese desta leitura:

Quadro 3: Representação de Construção Transitiva

<b>X</b>	<b>CAUSAR</b>	<b>Y</b>	
Sujeito	Verbo	Objeto	Forma
Agente	Ação	Paciente	Significado

Fonte: Elaboração própria

Por essa esquematização podemos observar a organização dos níveis subjacentes de uma construção transitiva. Em relação à forma, a transitividade remete a um arranjo sintático que se caracteriza por dois argumentos em torno de um verbo, um sujeito e um objeto. Por sua vez, no nível semântico, temos construído os papéis de agente e paciente instanciados pela ação desencadeada pelo verbo. Por essa visão gramatical, a transitividade é concebida como propriedade única da figura verbal, de forma que surge daí a classificação em transitivo e intransitivo.

Comparemos duas orações:

(a) *Pedro come.*

(b) *Pedro come uvas.*

Conforme a análise tradicional, a sentença (a) é uma construção intransitiva. Nela, o verbo *comer* não transita, ou seja, não transmite sua ação a algo ou a alguém. Em outros termos, é um verbo com sentido “completo” que não afeta e não necessita de um complemento.

Já a sentença (b) pode ser considerada como transitiva, uma vez que *Pedro* exerce a atividade *comer* sobre o objeto, *uvas*. Gramaticalmente, em (a) não temos mais que um sujeito e um predicado conectados por uma relação predicativa que constitui uma oração. Em (b) observamos a complementação de (a).

Para a visão tradicional a estrutura gramatical se confunde com os elementos da realidade empírica. Afinal, qual a motivação para a explicação de (a) ter sentido completo e (b) exigir complementação semântica?

Podemos indagar ainda: basta a presença do elemento *uva* para desencadear a transitividade, construindo, nessa medida, a transformação de *Pedro* que passa a ser um comedor de uvas? Na oração (a) não temos *Pedro*, enquanto, comedor de algo em potencial, construído. Por que não temos um objeto sendo afetado por uma ação? A ação verbal em (a) retornaria ao sujeito, nesse caso? Constrói-se um comer para um comedor sem especificação da matéria comida? O sujeito, em (a), teria força para ser responsável pela ação expressa pelo verbo? O sujeito é agente, em (b), porque se intui que tenha força para ser responsável pela ação expressa pelo verbo?

Será que ser transitivo ou intransitivo não se refere a uma propriedade inerente (de princípio, natural) ao verbo *comer*? Seria, então, a propriedade transitiva (ou não transitiva) uma propriedade construída?

Questionando o recorte gramatical, compreendemos que o termo *uva* que está sendo atribuído a *Pedro* que come, determinando o *x* que come, remete a um processo de construção, em que um sujeito enunciador observou várias vezes, ocorrências de um mesmo *x* comer *uva*, distinguindo e delimitando um *comer uvas para alguém*. O enunciado *Pedro come uvas* tem como preconstructo a léxis<sup>89</sup> *alguém comer x*, com possibilidade de se tematizar qualquer um dos três espaços da relação. Poderíamos preencher *x* com nomes tais como maçã, comida, frutas ou, em casos menos comuns, com termos tais como livros, poemas, parede e gente.

---

<sup>89</sup> O conceito de léxis no quadro teórico da TOPE não se confunde com a estrutura sintática (sujeito-verbo-completo). A léxis não “opera com objetos construídos, [...] teoriza a construção desses objetos a partir de um conjunto de relações entre seus constituintes (as noções) e a relação predicativa”. (PRIA, 2009, p. 40). Reiteramos que a tematização da léxis e a determinação dos termos serão retomados no correr da seção.

Fazendo uma pausa em nossa reflexão, passemos, agora, à uma breve apresentação da compreensão do fenômeno da transitividade sob os vieses da gramática tradicional. Seguindo a linha diacrônica, o termo transitividade origina-se do latim *transitivus*, que significa o que vai além, o que se transmite, sendo compreendida, na ótica tradicional como uma propriedade do verbo.

Encontramos na gramática de Barros, datada de 1540, a divisão dos verbos em pessoais e impessoais. O grupo dos verbos pessoais congrega aqueles que “passam a sua ação em outra coisa ou não”, ou seja, os que intitulamos, atualmente, como transitivos. Dentro desse grupo, os propriamente transitivos são aqueles que regem o acusativo, cite-se como exemplo, *amo a virtude, aprendo ciência, ouço gramática, ganho honra*<sup>90</sup>.

Said Ali (1971), ao abordar o tópico da transitividade, parte da divisão dos verbos nocionais em transitivos e intransitivos. O primeiro grupo se caracteriza por ter seu sentido completado por outro termo, intitulado como objeto direto/complemento, adjetivo ou objeto indireto/dativo/complemento terminativo. Já, os intransitivos, não precisam de complemento para garantir o seu sentido completo.

A proposta do estudioso é ultrapassar a fronteira sintática e tecer uma reflexão de natureza mais semântica, visto que, em sua percepção, o papel semântico do objeto direto, pode ser uma pessoa ou coisa que recebe a ação (*Antônio feriu a Pedro*), o produto dela (*A terra produz trigo*) ou o ponto para onde se dirige um sentimento (*Otelo ama a Iago, e Iago odeia a Otelo*<sup>91</sup>).

Seguindo essa linha, Said Ali mostra que os papéis semânticos são variáveis, o que gera dificuldades no estabelecimento da classificação de um verbo como transitivo ou intransitivo. O autor diz-nos que “verbos como *matar, ferir, quebrar*, caracterizam-se por exprimirem atos que dimanam de um ser agente e são recebidos por outro ser paciente: verbos transitivos. Não é possível, contudo, definir com tal critério todos os verbos transitivos” (SAID ALI, 1971, p. 95).

Evanildo Bechara (2001) apresenta uma descrição mais minuciosa acerca da transitividade, destacando que:

[...] o predicado de uma oração pode ser *simples* ou *complexo*, conforme o conteúdo léxico que lhe serve de núcleo. Há verbos cujo conteúdo léxico é de grande extensão semântica; de modo que, se desejamos expressar determinada

---

<sup>90</sup> Exemplos disponibilizados pelo autor. A versão on-line da Gramática da língua portuguesa não contém paginação. Disponível em [http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/xml/b\\_002](http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/xml/b_002). Acesso em: 20 fev. 2020.

<sup>91</sup> Exemplos disponibilizados pelo autor.

realidade, temos de delimitar essa extensão semântica mediante o auxílio de outros signos léxicos adequados à realidade concreta. Estes outros signos léxicos [...] se chamam *argumentos* ou *complementos verbais*. Os verbos que necessitam dessa delimitação semântica recebem o nome de *transitivos*: O porteiro *viu o automóvel*. Eles *precisam de socorro*. Os verbos que apresentam significado lexical referente a realidades bem concretas não necessitam de outros signos léxicos [...]. Dizemos, então, que o predicado é *simples*. A tradição gramatical chama *intransitivos* a tais verbos. Ela *não trabalha*. José *acordou cedo*. As crianças *cresceram* rapidamente. Um mesmo verbo pode ser usado transitiva ou intransitivamente, principalmente quando o processo verbal tem aplicação muito vaga: Eles *comeram* maçãs (transitivo). Eles *não comeram* (intransitivo). (BECHARA, 2001, p. 414-415, grifo no original).

Por sua vez, Rocha Lima (2008) advoga em sua análise que o verbo é a palavra regente por excelência e dessa maneira:

[...] cumpre proceder sempre à verificação da natureza dos complementos por ele exigidos. [...] Em função do tipo de complemento que requerem para formar uma *expressão semântica*, assim se podem classificar os verbos:

- a) *Intransitivos*, que, encerrando em si a noção predicativa, dispensam quaisquer complementos.
- b) *Transitivos diretos*, que exigem a presença de um *objeto direto*.
- c) *Transitivos indiretos*, que pedem a presença de um *objeto indireto*, complemento este, aliás, que o mais das vezes independe da regência verbal.
- d) *Transitivos relativos*, que apresentam um complemento preposicionado, chamado *relativo*.
- e) *Transitivos circunstanciais*, que requerem um complemento, preposicional ou não, chamado *circunstancial*.
- f) *Bitransitivos*, que têm concomitantemente um objeto direto e um indireto, ou um objeto direto e um complemento relativo. (ROCHA LIMA, 2008, p. 340, grifo no original).

Em uma perspectiva linguística, de cunho estrutural, destacamos a compreensão de Mattoso Câmara (2000), que define a transitividade como:

[...] em sentido estrito, a necessidade, que há em muitos verbos, de se acompanharem de um objeto direto que complete a sua predicação [...]. O nome TRANSITIVOS, dado a tais verbos em latim, decorreu da sua possibilidade de poderem passar (lat. *transire*) para a voz passiva, numa transformação em que o objeto é feito sujeito paciente [...]. Os intransitivos já não admitem essa transformação. Em sentido lato, a transitividade é sinônimo de predicação incompleta, aplicando-se quer aos verbos de objeto direto (transitivos diretos), quer aos verbos de objeto indireto (transitivos indiretos). É conveniente, entretanto, manter o conceito estrito de transitividade, que corresponde, também em português, à possibilidade da transformação na construção passiva analítica (ex.: *vê-me...: sou visto...*); daí, a divisão dos intransitivos em – a) relativos (com objeto indireto), b) absolutos (sem qualquer objeto), que são de predicação completa em geral (salvo alguns que exigem complemento de lugar; ex.: *ir a...*). Note-se que a transitividade

depende de uma significação particular dentro da polissemia do verbo; assim os verbos transitivos podem ser intransitivos para exprimir que o sujeito é capaz da atividade pressuposta no significado verbal (ex.: *este homem vê bem* << tem a capacidade da visão>>). (CÂMARA, 2000, p. 235, grifo no original).

Na pretensão de descrever a transitividade verbal, as gramáticas esbarram em pontos problemáticos. Bechara (2001) ressalta que uma mesma forma verbal pode ser usada tanto de forma transitiva quanto intransitiva quando o processo verbal tem “aplicação vaga”. Na esteira desse pensamento, Câmara (2000) enfatiza que a transitividade é dependente da semântica verbal, da polissemia do verbo.

Em gesto de síntese, acerca das conceituações presentes nos estudos gramaticais supracitados, podemos elencar que:

(1) a transitividade pode ser observada pela perspectiva sintática, considerando a forma da oração (verbo acompanhado de um ou dois SN) ou da perspectiva semântica, observando o elemento afetado pela ação verbal.

(2) a transitividade não parece ser uma propriedade inerente do verbo, logo, a classificação depende do contexto, da semantização das formas que se relacionam com o verbo.

(3) o SN sintaticamente analisado como objeto direto nem sempre funciona como paciente, aquele que recebe a ação verbal, afastando-se dos exemplos prototípicos.

(4) no quadro tradicional a transitividade corresponde ao fenômeno que abarca três elementos: sujeito, ação e objeto.

Esse recorte descritivo que estuda a forma de superfície, “ou a forma dos conteúdos já estruturados, ou ainda a sintaxe da língua, a semântica, que traz consigo o universo referencial dos falantes, é puxada, é restaurada, geralmente em forma de unidades lexicais estáveis” (REZENDE, 2000, p. 48). O procedimento metodológico de separação entre léxico e gramática conduz-nos a tomar conceitos como transitividade, intransitividade, agentividade e passividade como simples rótulos.

Contrapondo-se à visão tradicional de transitividade encontramos os estudos linguísticos de vertente funcionalista, cite-se, principalmente Hopper e Thompson (1980) e Thompson e Hopper (2001).

Destacamos que o funcionalismo linguístico se caracteriza opõe-se à visão formalista, que observa a língua segundo uma visão estritamente metalinguística. Em outros termos, o funcionalismo se propõe analisar a língua do ponto de vista do contexto linguístico e da situação

extralinguística. Seu foco de observação são as interações verbais dos sujeitos a fim de que se possa aferir as motivações de uso das formas linguísticas no âmbito social.

Posto isto, retomemos as cinco características gerais do funcionalismo (DIK, 1978 *apud* FRAGOSO, 2003, p. 2):

1. A língua é um instrumento de interação social;
2. A principal função da linguagem é mediar a comunicação entre os usuários;
3. A capacidade linguística do falante compreende não só a habilidade de construir e interpretar expressões linguísticas, mas também usar tais expressões de maneira apropriada e efetiva, seguindo os modelos da interação verbal que prevalecem na comunidade linguística;
4. As expressões linguísticas são compreendidas quando consideradas dentro do contexto, sendo as propriedades do contexto, determinadas pela informação contextual e situacional;
5. Os universais linguísticos são explicados através dos fins de comunicação, dos contextos em que a língua é usada e das propriedades biológicas, psicológicas e cognitivas dos usuários.

O funcionalismo centra suas reflexões na produção linguística do sujeito, concebendo a língua como elemento de caráter funcional e dinâmico, sujeita a variações e mudanças. Os termos linguísticos são compreendidos a partir do contexto de uso da língua. A função dos itens linguísticos resultaria, nesse caso, de condicionamentos semânticos e pragmáticos dos usos.

Dik (1978) enfatiza a habilidade comunicativa do indivíduo atrelada ao uso correto das expressões linguísticas no contexto interacional, ou seja, permanece a visão de “modelo” e de certo ou errado da gramática tradicional. Não se concebe, dessa maneira, a linguagem como uma atividade dinâmica, de ajuste constante entre os enunciadores.

Isso posto, Hopper e Thompson (1980) defendem que a transitividade é um universal linguístico que se determina discursivamente pela transferência de uma ação de um agente para um paciente. Os autores reposicionam a noção de transitividade como uma propriedade contínua, escalar, que atua em toda a oração, e não mais uma propriedade exclusiva da figura verbal.

Nessa perspectiva, a transitividade passa a ser analisada por meio de dez traços sintático-semânticos. A presença ou ausência de cada traço estabelece um *continuum* e revela a natureza escalar da transitividade das sentenças. Considera-se que o grau máximo de transitividade são as orações em que se identificam a presença dos dez traços, em oposição ao

grau zero que se estrutura pela ausência de todos os traços. Reiteramos que cada traço sintático-semântico “envolve uma faceta diferente da eficácia ou intensidade com a qual a ação é transferida de um participante para outro<sup>92</sup>” (HOPPER; THOMPSON, 1980, p. 252). Vejamos:

Quadro 4: Transitividade: traços sintático-semânticos

Traços	Alta Transitividade	Baixa transitividade
1. Participantes	Dois ou mais participantes	Apenas um participante
2. Cinese	Verbo de ação	Verbo não-ação
3. Aspecto	Verbo perfectivo	Verbo não-perfectivo
4. Pontualidade	Verbo pontual	Verbo não-pontual
5. Volição	Volitivo	Não-volitivo
6. Polaridade	Sentença afirmativa	Sentença negativa
7. Modalidade	Modo <i>realis</i>	Modo <i>irrealis</i>
8. Agentividade	Sujeito agente	Sujeito paciente
9. Afetamento	Objeto afetado	Objeto não-afetado
10. Individuação	Objeto individuado	Objeto não-individuado

Fonte: Adaptado de Hopper e Thompson (1980, p. 252).

Os linguistas norte-americanos assumem a transitividade como uma propriedade escalar sujeita a condicionamentos de fatores sintáticos, semânticos e pragmáticos. Os dez parâmetros com suas especificidades articulam-se entre si e contemplam a produção linguística do sujeito como produto funcional e dinâmico.

Para elucidar os parâmetros propostos por Hopper e Thompson (1980), retomamos Abraçado (2014):

- 1. Participantes:** uma ação só pode ser transferida se houver, pelo menos, dois participantes A e O (*João acariciou a namorada x João viajou*).
- 2. Cinese:** ações podem ser transferidas de um participante para outro, estados não podem (*João beliscou Maria x João aparenta felicidade*).
- 3. Aspecto:** uma ação vista de seu ponto final (completa) é mais efetivamente transferida para um paciente do que uma ação vista em seu desenvolvimento (*João comprou um apartamento x João está comprando um apartamento*).
- 4. Pontualidade:** ações finalizadas sem uma fase transicional óbvia entre início e fim têm um efeito marcadamente maior do que ações que são inerentemente contínuas (*João procurou sua carteira o dia inteiro x João encontrou sua carteira embaixo da cama*).

<sup>92</sup> No original: [...] involves a different facet of the effectiveness or intensity with which the action is transferred from one participant to another.

**5. Volição:** quando A age intencionalmente, a ação se dá mais efetivamente do que quando não há uma intenção definida de A (*João comprou um chaveiro na banca de jornal* x *João esqueceu o chaveiro na banca de jornal*).

**6. Polaridade:** refere-se à distinção entre afirmação e negação, sendo a afirmação mais efetiva do que a negação (*João quis ofendê-la* x *João não quis ofendê-la*).

**7. Modalidade:** uma ação que não aconteceu, ou que é descrita como ocorrendo no plano irreal, é menos efetiva do que uma ação ocorrida ou do que uma ação que corresponde a um evento no plano real (*João pediu empréstimo ao banco para comprar um imóvel* x *Talvez João peça empréstimo ao banco para comprar um imóvel*).

**8. Agentividade:** participantes mais agentivos, potencialmente, podem transferir uma ação mais efetivamente do que participantes menos agentivos, potencialmente (*O ladrão me feriu* x *Suas palavras me feriram*).

**9. Afetamento:** a transferência de uma ação ocorre em um grau maior se o paciente for totalmente afetado (*João provou a comida* x *João devorou a comida*).

**10. Individualização:** uma ação é mais efetivamente transferida para um paciente individuado do que para um paciente não individuado (*João adora a mãe* x *João adora vinho*).

O último traço mencionado se desdobra em outros seis parâmetros explicitados no quadro abaixo:

Quadro 5: Traços da individuação do objeto

Individuado	Não individuado
Próprio	Comum
Humano, animado	Inanimado
Concreto	Abstrato
Singular	Plural
Contável	Incontável
Referencial, definido	Não referencial

Fonte: Hopper e Thompson (1980, p.253).

Dada as classificações propostas por Hopper e Thompson (1980), consideremos as seguintes proposições:

- (A) Paulo *matou* João com uma facada.
- (B) O tigre *se matou* ao pular na cerca de arame farpado.
- (C) João *se matou* ao pular do avião.

O exemplo (A) apresenta o maior grau de transitividade por ser marcado positivamente pelos dez traços: dois participantes (*Paulo* e *João*), verbo de ação (*matar*), aspecto perfectivo

(*matou*), verbo pontual, sujeito que age intencionalmente, polaridade afirmativa, modo *realis*, sujeito agentivo, afetamento total do objeto e por fim, objeto individuado.

Nas orações (B) e (C), ao contrário, não é explícita a presença de um segundo participante. O pronome reflexivo (*SE*), na função de objeto, remete-nos ao mesmo referente do SN. Isso sugere, assim, uma perda no que concerne à particularização/distinção entre os dois participantes. Logo, de acordo com os critérios mencionados, as orações (B) e (C) devem ser alocadas, na escala de transitividade, numa posição diferente (inferior) de (A), considerada como uma sentença transitiva prototípica.

Segundo os parâmetros de Hopper e Thompson (1980), em (B) e (C) é possível constatar os seguintes traços de transitividade: aspecto perfectivo (*matou*), verbo pontual, polaridade afirmativa, modo *realis*, ou seja, dos dez traços, as sentenças apresentariam quatro.

Aferidos os parâmetros, questionamos: a interpretação de (C), tendo *João* como agente, parece ter mais consequências perceptíveis em relação ao processo *matar* do que a sentença (B). Poderíamos concluir que em (C), temos volição, isto é, intencionalidade do agente *João*. Nessa direção, poderíamos concluir que temos transferência de ação (afetamento) do agente *João* para o objeto *João*. Ou temos transferência de ação (afetamento) somente quando o sujeito transforma o outro, e não quando o sujeito se transforma?

Nossas indagações, corroboram nossa hipótese de que a vertente funcional avança em relação aos estudos gramaticais, em especial, por compreender que a significação das formas linguísticas é construída a cada uso e, portanto, é dependente do contexto em que se encontra inserido. Afinal, como pontua Neves (2006), a linguagem é funcional por natureza, porque tem uma finalidade. As formas linguísticas servem a várias funções, isto é, são configurações de funções, e as diferentes funções atendem aos diferentes significados materializados no enunciado.

Em face dessa perspectiva, parece-nos que a análise funcional, ao definir níveis hierárquicos para a transitividade centra-se em aspectos formais da superfície do simbólico (sintático-semântico), isto é, observa a flutuação de um valor a outro e o associa a causas contextuais, intituladas de traços de transitividade. Em última instância, parece-nos que o contexto determina o valor da forma linguística.

Destarte, conclui-se, que com a ausência de dois participantes explícitos na oração, já se pressupõe que não ocorre transferência (transitividade) de ação na oração. Não estaríamos, nesse caso, diante do mesmo impasse já constatado na gramática tradicional?

Mantém-se a definição de oração transitiva como aquela em que se obtém a transformação do objeto, que é necessariamente diferente do agente. Do mesmo modo, o conceito de reflexividade, expressa pelo pronome *SE*, presume que origem e objetivo são coincidentes de princípio. Portanto, ao se referir a uma oração com a organização sintática verbo + *SE* já se estaria remetendo a esse estado de coisa de antemão. Parece-nos que propriedade reflexiva<sup>93</sup> é, nesse caso, tomada como inerente à estrutura frasal em questão, tanto para o paradigma gramatical quanto para o funcional.

Vemos que não se questiona que as diferenciações propostas para hierarquizar a transitividade resultem de um refinamento das classificações, a partir de um valor estático, que ignora o trabalho de linguagem realizado pelo sujeito. Em outros termos, a proliferação das classificações é resultado da dissociação entre a complexidade predicativa e a alteridade subjetiva. Ao se hierarquizar o valor designativo como primeiro em relação ao valor predicativo determina-se de antemão um valor semântico ‘ideal’ de língua, de mundo e de sujeito, que relaciona entidades estáticas sem saber o porquê de fazê-lo.

Fora do recorte prescritivo-normativo e da linguística funcional, encontra-se a perspectiva teórico-metodológico que ancoramos nossa reflexão que toma como objeto de investigação o enunciado enquanto produto de um encadeamento de operações mediante o qual cada termo, inclusive os verbos, adquirem referência, determinação quando localizado em relação a outro termo mais determinado.

Assim, além da observação das regularidades expressas nas cadeias sintagmáticas, recorte do viés gramatical, pretende-se ter acesso, ainda que restrito, por meio dos procedimentos de reformulação, glosagem e parafrazação, a atividade linguagística, o fundo “moveração sob o qual a forma caminha e momentaneamente é estabilizada” (REZENDE, 2000, p. 263).

Essa conduta nos direciona a tomar qualquer entidade linguística como objeto semântico altamente indeterminado que, por ser destituído de valor prévio, necessita do contexto encaixante para se determinar. Logo, as línguas naturais, antes de serem tomadas como um “princípio de classificação”, tal como afirma Saussure (2006, [1916]), são entendidas como sistemas interpretativos da realidade que deixam entrever a atividade de linguagem. Isso quer dizer que os arranjos linguísticos são contornos de uma representação interpretativa da realidade, resultado de uma experiência particular de um determinado sujeito enunciativo.

---

<sup>93</sup> Citamos os trabalhos de Christiano (1991) e Mello (2008) que propuseram níveis de categorização, conforme as características semânticas e sintáticas dos verbos, para as orações com *SE* reflexivo no quadro da linguística funcionalista, embasados pelos estudos de Givón (1995), Fillmore (1968), Chafe (1970) e Cook (1972).

Assumimos a hipótese de que não temos sistemas isolados. Supõe-se que toda ocorrência linguística é resultado de uma articulação entre o domínio daquilo que é interno com aquilo que é externo. Esquemas e operações do domínio cognitivo, dão forma aos objetos do mundo percebido. Nesse espaço dinâmico, o exterior impõe resistência ao indivíduo que ao colocar em prática o processo de produção e reconhecimento das formas, materializa representações que investe de significação.

Nesse ponto de vista, o sistema encontra-se em relação de diátese, evoluindo, transformando-se. Todo material de significação que o sujeito produz quando fala e ouve, escreve ou lê constitui-se de maneira dinâmica e plástica como produto da atividade de produção e reconhecimento de formas.

Consoante com essa hipótese trazemos à afirmação de Rezende (2000, p. 205) de que “em nossa abordagem há sempre transitividade mesmo quando não há transitividade (agora, no sentido mais usual desse termo)”. Portanto, nosso intento é perceber a transitividade, enquanto a construção de uma constante deformação fundamentada nos parâmetros da intersubjetividade e nos incontornáveis e necessários ajustes entre os sujeitos enunciadoreis.

Por hora, é importante perceber que na perspectiva de análise dinâmica, considera-se a existência de noções, um plano anterior ao signo linguístico, tal como explicitado na seção 2.3. Elas são o potencial gerador que, por meio de operações de determinação, podem dar origem tanto ao léxico quanto à gramática. Em outras palavras, o processo de determinação da significação do termo linguístico “provém necessariamente de uma dinâmica, de uma fluidez, de uma labilidade” (FRANCKEL, 2011, p. 40).

Por se tratar de um caminho aberto à plasticidade, os erros e os desvios observados em certos enunciados não são considerados como a “alteração de um ‘sentido puro [...]’ nessa perspectiva o sentido de ‘alguma coisa’ só é apreensível por meio do sentido de ‘outra coisa’ [...] uma espécie de ‘buraco negro’” (idem, p. 40-41).

Por não termos um conteúdo semântico à priori que se atualiza por meio de um suporte particular, questionamos como as formas se tornam interpretáveis quando apreendidas pelos sujeitos. A observação da formulação de enunciados infantis demonstra, de forma especial, o movimento de adequação resultante da imbricação das operações predicativas (estáveis do ponto de vista intersubjetivo) e operações enunciativas (instáveis do ponto de vista intersubjetivo), quando o sujeito busca um determinado resultado.

À guisa de ilustração, trazemos o exemplo fornecido por Salviato-Silva (2008, p. 77, grifo nosso) resultante do diálogo de uma criança com um adulto. Vejamos:

- Filho, seu sorvete tá derretendo!

-Calma mãe, eu não consigo *linguar* ele rápido!

A pesquisadora ressalta que no “desconhecimento ou esquecimento da palavra “lamber”, a criança criou uma nova palavra, seguindo as operações padrão da língua: a junção do radical com o sufixo verbal: lingu + ar = linguar<sup>94</sup>”. Dentro do parâmetro gramatical não temos a ocorrência verbal *linguar*, mas no domínio de articulação da atividade de linguagem com as línguas naturais ela é perfeitamente possível.

Citando, ainda, outro exemplo, remetemo-nos a uma produção textual do domínio literário: “*A poesia é o amor que se come. Quem come amor. Arrotta poesia*”<sup>95</sup>. Percebe-se no enunciado metafórico, não usual no domínio cultural, a abertura de um “leque de possibilidades: o mundo da imaginação, da fantasia, do sonho, dos desejos, da proibição”, (REZENDE, 2000, p. 217), ou seja, a movência, a plasticidade, a criatividade sustentada pelo mecanismo operatório (atividade de linguagem) de produção e reconhecimento de sequências. Trata-se de mecanismos que “fornece muito mais pontos do que uma língua-cultura acaba cristalizando [...] abrem-se para o mundo daquilo que não está ainda adequado, para o mundo das coisas possíveis de serem construídas” (idem, p. 216-217).

Atentemos para o fato de que a linguística culioliana, ao ter como objetivo a reconstrução de posições não em termos de polarizações (positivo-negativo, certo-errado), mas como pontos relativamente fixos sustentados por relações variáveis e dinâmicas, permite-nos lidar com a semântica lexical e gramatical dentro de uma complexidade que é evitada pelas teorias gramaticais tradicionais.

Basicamente o enunciado é uma sequência estabilizada em uma configuração contextual específica. Ao mesmo tempo, as unidades linguísticas que o constituem têm um potencial semântico variável que lhes permite diferentes contextualizações. Portanto, partimos da hipótese de que “a variação provém do fato de que a unidade tem modos variáveis, mas, [...] determinados por princípios regulares de se estabelecerem relações com os elementos do contexto” (FRANCKEL, 2011, p. 25).

Por não tratarmos de conteúdos intrínsecos às unidades linguísticas, mas de nuances muito sutis, construídas dentro do esquema predicativo, observamos, por exemplo, que a agentividade, um dos critérios de definição da transitividade verbal, corresponde a um gradiente. Ora pode-se atribuir agentividade (força propulsora que pode gerar transformação) a

---

<sup>94</sup> Ibidem.

<sup>95</sup> Texto intitulado “*Comer poesia*” de autoria de Gaudêncio L. de Brito. Disponível em: <http://poetasdobrasil.com.br/poesias/show/id/2542>. Acesso em: 12 ag. 2020.

uma entidade tida como destituída de propriedades agentivas, ora pode-se destituir tais propriedades de uma entidade considerada tipicamente agentiva. Cite-se os exemplos:

(c) *João abre a porta com a chave.*

(d) *A chave abre a porta.*

(e) *A bicicleta impediu Pedro de caminhar no calçadão.*

(f) *Os alunos entraram no pátio como um rebanho furioso.*

(g) *Paulo escorregou e rolou no riacho.*

Em (c), temos uma oração prototípica de transitividade sintática e semântica. *João*, enquanto, agente, *manipula* um instrumento (chave) e *controla* o processo (abrir) para obtenção de um determinado efeito: a porta aberta.

Já (d) é considerada um exemplo de oração prototípica com transitividade sintática, mas não semântica, pois, a *chave*, enquanto instrumento, afeta uma outra entidade, obtendo como efeito a porta aberta. Porém, a entidade chave, não tem o *controle* do processo.

Em (e), a entidade *bicicleta*, descrita à princípio como sem capacidade de controle e antecipação de qualquer movimento<sup>96</sup>, nesse contexto, assume propriedades agentivas transferidas para ela por uma entidade mais agentiva (alguém que a deixou em local indevido) que se torna *obstáculo* ao movimento de *Pedro*.

A propriedade agentiva atribuída à entidade bicicleta dificulta o desencadeamento do processo predicativo e a transformação de *Pedro*, por exemplo, em *Pedro o caminhante*. O enunciado marca a trajetória da construção da representação visada (Pedro de outro modo) e o desequilíbrio nesse percurso. O termo *bicicleta* encarna-se como alteridade/obstáculo na trajetória de determinação da representação (Pedro de outro modo) que termina por se estabilizar como *Pedro de um certo modo que não o visado*.

Na sequência, em (f), a comparação com *rebanho* reduz o grau de agentividade do termo atuante (*alunos*). No esquema predicativo em questão, *alunos*, enquanto origem não detêm *controle* do seu movimento. O termo metafórico *rebanho*, na trajetória de construção da representação, marca propriedades que estão em falta na força de origem (*alunos*), isto é, o resultado de uma falta de controle do agente *alunos* sobre si próprio.

Por fim, em (g), o termo *Pedro* é considerado exemplo de agentividade. Contudo, no esquema predicativo, a forma verbal *escorregar* coloca-se como alteridade que bloqueia totalmente o movimento de atribuição de propriedades agentivas a unidade *Pedro*. Assim, temos *Pedro* sem o *controle* do movimento que o *afeta*.

---

<sup>96</sup> O termo “movimento”, em nosso texto, remete-se à trajetória da representação.

Apontamos, por meio dos exemplos supracitados, aquilo que Culioli (2010) já advertiu: a categoria agente é associada a um vetor de propriedades que compreende agente, animado, determinado. A orientação culioliana nos direciona a uma expansão da compreensão em torno da categoria agentiva: quando há movimento de um estado para outro, há agentividade, e na ausência de agentividade não temos transformação.

Por isso, entidades como *chave*, *bicicleta*, consideradas no domínio cultural como destituídas de propriedades agentivas podem adquirir certo grau de agentividade no plano da construção das representações (ato predicativo), se tornando obstáculo à representação visada. E, em direção oposta, entidades típicas como *alunos* e *Pedro*, podem ter propriedades agentivas abreviadas e até mesmo excluídas.

Como se observa, é importante percebermos que os raciocínios automatizados ao pretenderem eliminar a prática de linguagem dos sujeitos enunciadorese se deparam constantemente com o problema da fronteira, das sobreposições, ou seja, da falta de correspondência biunívoca entre um marcador e um valor. Por isso, em TOPE a conciliação da heterogeneidade nocional, léxico-gramatical assenta-se na formulação de um programa de trabalho teórico e formal que visa a reconstrução das noções primitivas, das operações elementares, das regras que sustentam as categorias gramaticais, ou seja, os processos constitutivos do enunciado.

No esquema primitivo todos os termos são

[...] *portadores de um impulso de força e são altamente predicativos*, pois assim como da fonte da natureza brota água, *da fonte da linguagem brotam atos proposicionais ou predicado (aquilo que poderia vir a ser dito e ter, então, a existência)*. Só temos a constituição de argumentos ou de designações quando temos a função proposicional (asserção) que, então, orienta (semanticamente) ordena (sintaticamente) e hierarquiza (sintático-semanticamente) as unidades do enunciado. (REZENDE, 2000, p. 212, grifo nosso).

Reiteramos que a pretensão teórica não é produção de uma gramática universal. Mas, sim, a busca por invariantes, isto é, a compreensão das operações e representações subjacentes a uma situação enunciativa em que se articulam noções semânticas. Por fim, visa-se construir um sistema de representação metalinguística que simule, ainda que de forma limitada, a atividade linguageira dos sujeitos enunciadorese ao produzirem e reconhecerem formas linguísticas quando constroem textos orais ou escritos.

Agora se explica melhor que a proliferação categorial observada, por exemplo, nos estudos de Rocha Lima (2008), resulta do ocultamento do “movimento que está no centro de todo ato de linguagem, esse ajuste dos sistemas de localização entre enunciadores, congelando a linguagem como sistema calibrado, objetivo e claro<sup>97</sup>” (CULIOLI, 2010, p. 176).

Passemos, agora, ao fenômeno da diátese ou das vozes verbais definidas como “formas que o verbo assume para indicar a sua relação com o sujeito, encarado como agente, paciente ou apenas envolvido no processo” (MACAMBIRA, 1978, p. 61). Vejamos:

(h) *O menino quebrou o copo.*

(i) *O copo foi quebrado pelo menino.*

A gramática diz-nos que a construção (h) indica que *o menino* é o agente desencadeador do processo verbal. Nesse caso, é o sujeito que pratica a ação, trata-se de um exemplo prototípico do esquema da voz ativa.

Já, a construção (i) explicita aquilo que se denomina como voz passiva. Nesse caso, o objeto passa a ocupar a posição de sujeito. Temos uma inversão na organização da estrutura sintática (sujeito-verbo-objeto) tradicional e o sujeito passa a receber a ação do processo verbal.

Assim, passamos a ter *o copo* como um sujeito paciente. Porém, do ponto de vista semântico, quem pratica a ação, nesse caso, não é *o copo*, e sim *o menino*, classificado como agente da passiva.

Macambira (1978, p. 62, grifo no original) adverte que “os termos *ativa* e *passiva* e, conseqüentemente, *reflexiva*, *recíproca*, *média*, têm correspondência semântica imprecisa, sobretudo o primeiro (ativa) e o seu valor é mais nomenclatório do que propriamente científico”.

De fato, a sistematização da diátese verbal na perspectiva gramatical abarca somente os encadeamentos sintáticos, não sendo objetivo dessa proposta observar a construção da significação. Logo, a análise sintática de sentenças como (h) e (i) equivale à verificação da atribuição de um valor X a uma unidade linguística Y, isto é, o espaço ocupado pelo termo na cadeia sentencial lhe atribui, conforme regras dedutivas (direita e esquerda), determinado valor X.

A definição de inversão sintática como fator explicativo para o fenômeno da voz passiva assenta-se nessa ideia de preenchimento sintagmático. Hipótese essa que, frequentemente, esbarra na mobilidade dos termos linguísticos, afinal, como já dito, “qualquer

---

<sup>97</sup> No original: “se oculto el movimiento que está em el centro de todo acto de lenguaje, esse ajuste de los sistemas de localización entre enunciadores, congelando el lenguaje y presentándolo como instrumento normado, calibrado, objetivo, claro”. (CULIOLI, 2010, p. 176).

entidade do mundo, para existir na língua, passou pelo crivo da representação e pelas telas da linguagem” (REZENDE, 2000, p. 274). Para citar um exemplo, recordemo-nos da categoria dos advérbios, que não é nenhum pouco homogênea devido à mobilidade semântica e sintática dos seus componentes, designados de forma geral como: modificadores de verbos (intransitivo, transitivo); modificadores de advérbios (ele é muito devagar); modificadores de adjetivos (ele é muito lento); modificadores de frases inteiras (felizmente).

Por fim, é interessante constatar que o agrupamento das categorias tradicionais usando esquemas de tipos Z, introduzindo variáveis de tipo Xs, permite identificar funções sintáticas gerais e, na mesma medida, obscurece completamente a observação do movimento de construção do espaço de representação com o qual o sujeito interage ao enunciar.

Sobre essa postura teórico-metodológica, Desclés (2008, p. 67) pondera que nos estudos tradicionais, as funções de predicação e determinação são diluídas, divididas entre as categorias sintáticas sem nenhuma conexão aparente, “enquanto, que a análise formal de tipos sintáticos nos leva a certos agrupamentos, por exemplo, [...] verbos intransitivos, transitivos, sintagmas verbais que desempenham a função gramatical de predicação, [...] adjetivos e advérbios [...] desempenham uma função gramatical de determinação<sup>98</sup>”.

Por sua vez, o arranjo sintático da voz reflexiva, é descrita na literatura como a noção semântica relativa à correferencialidade na determinação da agentividade e do afetamento de um objeto. Na organização oracional, pressupõe-se uma estrutura biargumental em que o sujeito (Arg1) e o objeto (Arg2) referem-se à mesma entidade no mundo. Destaca-se que espaço do Arg 2 pode ser preenchido por um pronome reflexivo, como o *SE*, marca morfológica que indica simultaneidade, acumulação dos papéis semânticos do agente e do paciente pelo mesmo sujeito. Vejamos:

(j) *Eu me lavei ontem.*

(k) *Paulo se lavou ontem.*

Conforme os pressupostos gramaticais, as orações acima são exemplos com voz reflexiva por sinalizarem o fato de que o sujeito é, ao mesmo tempo, agente e paciente, isto é, pratica e sofre a ação verbal. Diz-se que a voz reflexiva é a soma das vozes ativa e passiva, ou seja, contém em sua estrutura um verbo na voz ativa seguido de um pronome oblíquo que, implicitamente, exerce a função de objeto.

---

<sup>98</sup> No original: “alors que l'analyse formelle des types syntaxiques nous amène à certains regroupements, par exemple [...] verbes intransitifs, transitifs, syntagmes verbaux qui réalisent la fonction grammaticale de prédication, [...] adjectifs et adverbes [...] réalisent une fonction grammaticale de détermination”. (DESCLÉS, 2008, p. 67).

Vejamos, que os termos voz ativa, passiva, reflexiva e reflexividade têm como gênese o ponto de vista que as unidades já entram investidas de um valor na construção frasal, isto é, a sintaxe, de antemão, determinaria o valor conforme a posição que o item lexical ocupa.

Isso posto, a atribuição da propriedade reflexiva ao *SE*, dentro dos estudos tradicionais, resulta de um nexos causal que pressupõe a identificação, de princípio, entre as identidades de A (sujeito) e B (objeto). Em termos gerais, uma causa designa

[...] tanto o antecedente (que se opõe ao consequente), descrito no processo - a “causa” se opõe ao “efeito” - bem como o próprio processo de causa, *ou seja*, a relação que se cria entre os dois eventos - também designados pelo termo *causalidade*, justamente quando queremos isolar a relação em relação aos dois objetos nela envolvidos<sup>99</sup>. (HAMON, 2006, p. 49-50, grifo no original).

Na esteira da definição acima, destacamos que alguns estudos, ao enfatizar informações extralinguísticas, confundem forma e experiência, causa e efeito. Isso porque não questionam sobre os mecanismos de forma que constroem os valores da reflexividade. Por fim, enfatizam que as orações, tais como *Paulo se lavou ontem*, simplesmente descrevem no fluxo temporal, dois modos distintos de ser Paulo. O *SE* marcaria a relação de causa entre os argumentos (sujeito e complemento), a correferencialidade entre aquele que desencadeia o processo *lavar* e aquele que recebe a ação do processo e gera, como efeito, *algo lavado* (novo estado de Paulo).

Se, no mundo das coisas em si (plano objetivo) não é a causa que é observável, mas a junção de dois eventos que o constituem, no plano simbólico, pode-se questionar, também, se a causalidade em língua se pauta somente na catalogação de um léxico específico que abarca preposições, conectores, pronomes e verbos conhecidos como expressão de causa.

Essa constatação endossa nossa hipótese de que a atribuição do valor reflexivo ao termo *SE* advém de uma leitura que pressupõe a identidade das formas linguísticas estabilizada antes mesmo da situação de interlocução. Na contramão dessa direção compreendemos que “as unidades lexicais não são indivíduos totalmente constituídos, mas ocorrências construídas pelo processo de individuação desse cenário abstrato”<sup>100</sup> (FRANCKEL, 2014, p. 45).

---

<sup>99</sup> No original: [...] l’antécédent (qui s’oppose au conséquent), décrit dans le processus – on oppose la - cause - à - l’effet – que le processus même de cause, *i.e.* la relation qui se crée entre les deux événements – désignée aussi par le terme *causalité*, quand précisément on veut isoler la relation par rapport aux deux objets impliqués dans celle-ci. (HAMON, 2006, p. 49-50, grifo no original).

<sup>100</sup> No original: “Les unités lexicales ne sont pas des individus tout constitués, mais des occurrences construites par des processus d’individuation de ce scénario abstrait” (FRANCKEL, 2014, p. 45).

Logo, passamos, a compreender a causalidade, do ponto de vista da atividade de linguagem, em que não temos causa e efeito de princípio. Temos, sim, movimento de noções semânticas dentro de um evento em curso, que é o enunciado.

Como já ressaltado, o potencial semântico de uma determinada forma se manifesta nas suas interações com outras unidades em um determinado contexto. Não tratamos, nesse caso, da delimitação de um valor prototípico do qual outros valores seriam derivados, mas observamos o agenciamento dos termos enquanto potencial gerador de significação.

Nossa hipótese é de que a representação em língua se sustenta na articulação de duas dimensões, quais sejam a orientação dos processos, em razão da força causal e a força causal que se sobrepõe na apropriação que o sujeito faz para representar em língua. Isso porque, para ser representado em língua, o processo é filtrado pela percepção de um sujeito que coloca em relação noções semânticas que se deslocam sucessivamente.

Para tanto, consideremos as seguintes formulações, observando o léxico associado às formas verbais *ser* e *estar*:

(l) *Paulo é vereador.*

(m) *Paulo está vereador.*

(n) *Maria é mãe.*

(o) *Maria está mãe.*

Em (l) e (m) notamos a atribuição da propriedade *ser vereador* ao argumento *Paulo*, por sua vez, em (n) e (o) temos a atribuição da propriedade *ser mãe* ao argumento *Maria*.

Podemos inferir que em (m) o sujeito enunciador antevendo um possível bloqueio ao projeto de predicação intuído busca adequar a representação linguística inserindo a forma verbal *estar* que remete a uma certa circunstancialidade em contraposição a forma verbal *ser* que remete a um possível estado definitivo, tal como, observado em (l) e (n).

Já, em (o) o argumento *mãe* parece não adequado ao preenchimento do espaço posterior ao verbo *estar*, tal como ocorre em construções do tipo, *Maria está bonita, alegre, triste, casada, doente*, dentre outras.

Trata-se de uma ocorrência inaceitável no sistema linguístico tradicional. *Mãe* parece inadequado para ocupar o espaço de algo circunstancial que a forma *estar* remete na sintaxe de *Maria está mãe*. A presença do termo, “obriga a revisão de toda a sintaxe para que o enunciado seja significativo, abre uma fratura na sintaxe” (SZUBRIS, PRIA, 2020, p. 310).

Tais reflexões levam-nos uma vez mais a ponderar que apesar de alguns termos lexicais ocuparem constantemente determinados espaços no sintagma, tal particularidade,

propriedade, não deve ser tomada como de princípio. Tanto sintaxe quanto léxico são constructos da atividade de linguagem. O potencial significativo se configura em um movimento entre as unidades lexicais e o contexto em que são inseridas.

Consoante com essa hipótese, encontramos a reflexão de Szubris, Pria (2020) ao analisar o enunciado poético de Manoel de Barros: *Eu queria crescer pra passarinho...*

Os pesquisadores enfatizam que a presença do léxico *passarinho*, tal como *mãe* em (o), obriga a revisão da sintaxe da oração, já que a unidade *passarinho* parece não apropriada a ocupar o espaço de algo utilitário, como em construções do tipo, *Quero crescer para ser médico, advogado, jogador de futebol, bombeiro, etc*<sup>101</sup>.

Eles complementam esse raciocínio afirmando que dissimular a disputa entre léxico e sintaxe, ou seja, questionar se são os termos lexicais que têm vocação para ocupar certos lugares ou se é a sintaxe que constrói tais lugares determinando o léxico que os deve preencher é uma falsa questão. Tendo em vista que “na prática de linguagem dos sujeitos enunciadoreis, sintaxe e léxico estão a serviço da função integradora que visa construir classes de predicado através da atribuição de propriedades aos objetos” (SZUBRIS, PRIA, 2020, p. 311).

Notemos que, por vezes, somos levados a observar os fatos de língua, em harmonia com a física newtoniana, como o resultado de um processo, no qual o efeito estaria contido de antemão na causa.

Subjaz a essa hipótese o entendimento de que a causalidade consiste estritamente na existência de termos e de representações subjetivas que sempre se sucedem de forma regular. Por fim, a língua é tomada por si mesma, sem vínculo com os usos cotidianos, sem possibilidade de criação ou de rompimento com a norma que o sistema impõe. Não se questiona o porquê das categorias, nem a ordem de derivação ou de organização dos termos linguísticos. Afinal, qualquer mudança seria apenas resultado daquilo que já é conhecido, daquilo que já está previsto, delimitado, determinado.

Em síntese, quando a língua passa a ser tomada como expressão lógica, “imune a tudo aquilo que [...] obscurece a estrutura lógica dos enunciados e a cadeia dedutiva dos raciocínios” (WAGNER, [1963], 2009, p. 64), não se vislumbra mais eventuais obstáculos. Sujeito e objeto são equalizados e não mais se questiona como se obtém os valores que são observados na superfície, “levando em consideração o contexto encaixante (eixo sintagmático) e o processo de derivação (eixo paradigmático), seja derivação das categorias gramaticais, seja derivação dos níveis assertivos” (REZENDE, 2000, p. 277). Isto é, a língua tomada por si mesma, sem

---

<sup>101</sup> Exemplos disponibilizados pelos pesquisadores (SZUBRIS, PRIA, 2020, p. 307).

vínculo com a prática de linguagem dos sujeitos, sem possibilidade de criação ou de rompimento com a norma que o sistema impõe, não dá acesso à observação do movimento gerador do enunciado.

Argumentamos que a passagem do plano perceptivo para o plano de exterioridade em língua não é resultado de uma concepção determinista de causas eficientes com elos inativos em uma longa cadeia de eventos, antes o enunciado resulta de uma apropriação de um projeto de representação pelo sujeito que passa a reequilibrá-lo no sentido de ratificar ou não o potencial de significação intuído no esquema primitivo nocional.

Recorremos, uma vez mais, aos enunciados infantis que explicitam a apropriação e a busca de adequação entre aquilo que é tido como o esperado e aquilo que é realmente dito em uma determinada situação enunciativa, uma consequência do diálogo existente entre o eu e o outro que perpassa todo enunciado. Vejamos alguns exemplos<sup>102</sup>:

(p) *Mamis, quando você terminar de trabalhar, depois do apodrecer do sol, você pode ir lá na sala comigo?*

(q) *A Catarina estava na piscina e um amigo perguntou:*

*-Catarina, você sabe nadar cachorrinho?*

*-Não, eu nado humano mesmo.*

Lendo os enunciados acima, compreensíveis quando inseridos em um diálogo, emerge uma questão: O que fundamenta a adequação e a inadequação? Seriam as unidades lexicais (*entardecer, apodrecer, nadar cachorrinho, nadar humano*) ou a relação dos sujeitos com o empírico, isto é, os modos pelos quais os sujeitos constroem a sua experiência?

A intenção<sup>103</sup> de construir significação requer equilíbrio, ajustamento entre o plano nocional (subjetivo) e o plano referencial (cultura). Assim, observamos que em (p) a criança pelo desconhecimento do termo *entardecer*, um caso de derivação parassintética, constrói *apodrecer* remetendo ao deteriorar, anoitecer, findar do sol.

Por sua vez, em (q) notamos que as noções semânticas instanciadas na situação inicial apontam para uma direção de significação. A intuição é de sejam ratificadas as propriedades dos termos tais como estão (relativamente) estabilizadas nas culturas (*Catarina nadar cachorrinho*). Porém, a resposta da criança, que não é metafórica, reorienta a situação inicial e

---

<sup>102</sup> Os enunciados foram retirados do perfil do Instagram *Frases de Crianças*, cujo objetivo é divulgar construções linguísticas de crianças em contexto de diálogo efetivo e original.

<sup>103</sup> Reiteramos que em TOPE se teoriza os processos pelos quais o enunciado é constituído. O sujeito não é um parâmetro externo a língua, ele é origem e movimento das representações. Portanto, o processo de escolha não é teorizado em TOPE. Não se teoriza o gosto, o desejo, as preferências, etc. Para um aprofundamento maior recomendamos a leitura do artigo “O sujeito da na Teoria Enunciativa de A. Culioli: Algumas referências”, de Catherine Fuchs (1984).

como alteridade dificulta a finalização do processo de predicação (*Catarina nadar humano*). Ademais, *humano* projeta a determinação de *alguma coisa realizada por Catarina, dentre as quais, nadar*.

Nos processos de adequação cultural e organização dos domínios nocionais a experiência do adulto tende a se sobrepor em relação à experiência da criança. Os enunciados infantis demonstram que a orientação-compreensão de toda representação linguística é resultado de uma articulação, de uma correção constante de trajetória, da regulação intra e entre sujeitos.

Assim, cada ocorrência enunciativa, mesmo aquelas consideradas com desvios, são observadas como a reconstrução do percurso de determinação dos termos, do processo de adaptação das representações de ordem nocional, formas abstratas, quando instanciadas num esquema predicativo que a posteriori é imerso num sistema referencial intersubjetivo.

Afinal, quanto mais se caminha na direção do outro (sujeito e outro; sujeito e si mesmo), mais se faz necessário o ajuste do diálogo que congrega uma situação particular de discurso e estados subjetivos de conhecimento. Logo, a significação em língua arrasta uma realidade<sup>104</sup> em movimento.

Por isso, fundamentados em Rezende (2000, 2003) assumimos o conceito de transitividade (sentido mais abstrato) como sinônimo de causalidade, isto é, as noções que preenchem os espaços da léxis são portadoras de uma força altamente predicativa e o resultado (enunciado) traz marcas da “busca de argumentos que complementem a predicação tida como esperada (nocionalmente)” (AGUILAR, 2007, p. 109). Logo, temos a possibilidade tanto de êxito quanto de bloqueio do movimento de forças (causalidade) instaurada na ordenação dos elementos da léxis.

Para tanto, passemos a observar os enunciados que seguem:

(r) *Paulo se lavou ontem.*

(s) *Paulo se lavou ontem obrigado pela mãe.*

É possível afirmarmos que tanto em (r) quanto em (s), *Paulo* é beneficiário, recebe a ação e é o experienciador do processo verbal, como dizem as nomenclaturas tradicionais? Por que sendo beneficiário, *Paulo*, ainda assim, parece ser agente de uma ação? Seria essa intuição de agentividade estabelecida devido a posição de *Paulo* na estrutura sintática tanto em (r) quanto em (s), que é uma posição usual de agente?

---

<sup>104</sup> Não tratamos da realidade em si e sim dos processos de construção da representação.

Quando inserirmos a sequência (r) numa situação intersubjetiva notamos que o termo Paulo remeteria a um agente, na experiência do sujeito. E a sequência *se lavou* valida o preconstructo, tal que *Paulo ter se lavado*, é o caso. A validação confirma a intuição de estado resultante, de uma certa transitividade, que estabiliza a existência de *Paulo lavado*.

Já em (s) o termo *obrigado* remeteria a uma ausência de agentividade que o sujeito esperava encontrar no termo *Paulo*. Por não se encontrar essa propriedade no termo *Paulo*, como se valida o preconstructo?

Nessa direção, o termo *Paulo* encarna-se como para a obtenção do estado resultante que é *Paulo lavado*. Por isso, insere-se a unidade *mãe* que, na experiência do sujeito, detém a agentividade necessária para superar o obstáculo colocado ao processo. Vejamos que, através da instanciação do termo *mãe*, o sujeito busca desbloquear o processo no enunciado *Paulo se lavou ontem obrigado pela mãe*.

Ao glosarmos as relações causais entre origem-objetivo e ao relacioná-las às posições dos termos constitutivos do enunciado podemos ter: *A mãe faz que Paulo faça alguma coisa* ou *A mãe faz que Paulo se lave*. Reitera-se que Paulo não está em oposição à mãe. Antes, Paulo é oposição a Paulo, por isso, Paulo obstrui o evento *lavar-se*.

Cabe, aqui, o questionamento: Se não encontramos agentividade numa dada ocorrência de *Paulo*, como a identificar com uma ocorrência típica agentiva que se encontra no interior do domínio? Se não houver identificação, como validar a relação para se obter estado resultante *Paulo lavado*?

Se por um lado, a alteridade enquanto o mesmo (uma dada ocorrência de *Paulo* sem agentividade) coloca obstáculo para o processo *lavar-se*, por outro lado, esse obstáculo é superado pela alteridade enquanto outro (uma dada ocorrência de *mãe* dotada de agentividade).

O nosso gesto interpretativo, acima, denota como nossa experiência rotineira e até mesmo de formação acadêmica preza a noção de apropriação do significado. Ou seja, não fomos orientados a indagar sobre os processos pelos quais os termos linguísticos se estabilizaram com dados valores.

Parece-nos que a conceituação tradicional de transitividade, como processo que sempre envolve um agente e um paciente, no qual, o primeiro tem a capacidade de controlar, iniciar ou interromper um processo que afeta o paciente, está muito mais vinculada à situação enunciativa que, por sua vez, é dinâmica.

Tomar as relações transitivas como relações causais implica a observação dos parâmetros de controle e execução do processo como uma trajetória de forças que tem inclusive

o potencial de ser reversível, isto é, quando o “o objetivo torna-se origem e a origem, objetivo”. Acrescenta-se, ainda, que “ela também pode encontrar obstáculos que inicialmente não eram visíveis” (REZENDE, 2000, p. 6).

A leitura que tecemos permite-nos observar que a trajetória de forças que busca a obtenção de um determinado resultado (*Paulo lavado*) na construção da representação encontra obstáculos e o *SE*, enquanto marca de alteridade, permite-nos questionar se a ideia de igualdade-continuidade, diferença-descontinuidade marcada na língua é realmente tão previsível e dada de princípio.

Fazendo um parêntese, podemos notar que muitas categorizações linguísticas resultam de um determinismo que subsidiou toda a formação das ciências modernas a partir da constituição física causal, ou seja, a imbricação de causas e efeitos que faz com que as coisas sejam tais quais elas são, e não de outro modo. Aquilo que pode ser considerado como rígido, categorizável foi tomado como sinônimo de cientificidade, como ressaltou o matemático e físico Henri Poincaré, no texto *Dernières pensées*<sup>105</sup>:

A ciência é determinista, ela o é *a priori*; ela postula o determinismo, porque ela não poderia existir sem ele. Ela o é também *a posteriori*; se ela começou por postulá-lo como uma condição indispensável de sua existência, ela o demonstra a seguir precisamente por existir, e cada uma dessas conquistas é uma vitória do determinismo<sup>106</sup>. (POINCARÉ, 1913, p. 244).

Seguindo essa linha de raciocínio, a linguística herdeira do pensamento determinista “nos acostumou à observação de um objeto pronto, dado, construído e estático, enquanto resultado de processos que, desse ponto de vista, não são e não devem ser explicitados nem teorizados” (PRIA, 2019, p. 10-11).

A atividade científica, por esse viés, corresponde à aplicação de uma metalinguagem cujo objetivo é domesticar os valores padronizados dentro de uma situação de diálogo. Não se questiona como tal situação é construída. Os valores movediços, as falhas e os equívocos são

---

<sup>105</sup> Poincaré, ao refletir sobre as ações humanas construídas pela consciência, diz-nos que: “É completamente impossível não agir como um homem livre quando se age, não se deve raciocinar como um determinista quando se faz ciência”. No original: “Il est tout aussi impossible de ne pas agir comme un homme libre quand on agit, qu'il l'est de ne pas raisonner comme un déterministe quand on fait de la science”. (Poincaré, 1913).

<sup>106</sup> No original: La science est déterministe; elle l'est a priori; elle postule le déterminisme, parce que sans lui elle ne pourrait être. Elle l'est aussi a posteriori; si elle a commencé par le postuler, comme une condition indispensable de son existence, elle le démontre ensuite précisément en existant, et chacune de ses conquêtes est une victoire du déterminisme. (Poincaré, 1913, p. 244).

recalcados, e ficamos com a intuição de que o sentido das formas é estável, preciso ou transparente.

Por fim, mencionamos, uma vez mais, a compreensão de Pria (2019), ao endossar que

[...] por certo, serão científicas as pesquisas que, abstraindo do particular, do variável, do acidental, e assim por diante, promovam a homogeneização das formas de superfície, enquanto observáveis, através de raciocínios quantitativos preponderantes. (PRIA, 2019, p. 11).

O fazer científico, por vezes, promove a homogeneização das formas de superfície. A transitividade é um conceito que exemplifica essa situação e, por isso, não é compreendida do mesmo modo que a causalidade. Isto é, “um circuito que perpassa um enunciado conectando as suas partes, dando-lhe unidade e atribuindo-lhe um valor” (REZENDE, 2000, p. 5).

Isso posto, investigamos, na próxima seção, o marcador *SE* partindo do princípio de que a linguagem é fundamentalmente indeterminada. Esse posicionamento tem como consequência a hipótese de que é uma possibilidade, e não um dado as sequências textuais apontarem ou designarem uma realidade exterior.

### 3. SE: outros caminhos possíveis

---

É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a *linguagem ensina a própria definição de homem*. (BENVENISTE, [1966] 2005, p. 285, grifo nosso).

Émile Benveniste ([1966] 2005) diz-nos tão poeticamente que a linguagem ensina a própria definição de homem, que não atingimos o homem separado da linguagem, e que esse homem não é reduzido a si mesmo, afinal, a consciência de si só é possível se experimentada por contraste. É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito e que também encontra o diferente de si, o outro. Falar é adaptar-se constantemente à representação do outro. O encadeamento de termos linguísticos adquire sentido no movimento entrelaçado (ir e vir) de construção e reconhecimento de formas.

Por isso, atentando-nos à perspectiva culioliana, em que a enunciação compreende o processo pelo qual o enunciado se constitui como sequência interpretável,

[...] um agenciamento de marcas que são, elas mesmas, *traços de operações*, quer dizer, é a materialização de fenômenos mentais aos quais nós não temos acesso, e dos quais nós, linguistas, só podemos dar uma *representação metalinguística*, isto é, abstrata<sup>107</sup>. (CULIOLI, 2002, p. 27, grifo nosso).

Em outras palavras, a enunciação enquanto registro da linguagem<sup>108</sup>, enquanto o modo de constituição dos enunciados, de ordenação e clivagem da ordem subjetiva e intersubjetiva. Vejamos que o trabalho do linguista, na esteira da citação acima é, “reconstruir o vínculo de causalidade entre o que está lá e se tornou visível e aquilo que é rastro, traço”<sup>109</sup>. Em síntese, a enunciação, em nossa perspectiva, é a expressão de um sujeito e também é o desdobramento de um texto, o arranjo de unidades, representações, regulações.

Esmiuçando a construção de um enunciado com seus aspectos primordiais temos: a presença de um sujeito que situa a relação predicativa em um determinado espaço enunciativo;

---

<sup>107</sup> No original: “c’est un agencement de marqueurs, qui sont eux-mêmes la trace d’opérations, c’est-à-dire, que c’est la matérialisation de phénomènes mentaux auxquels nous n’avons pas accès, et dont nous ne pouvons, nous linguistes, que donner une représentation métalinguistique, c’est-à-dire, abstraite.” (CULIOLI, 2002, p.27).

<sup>108</sup> Cf. De Vogüé (2011, p. 60).

<sup>109</sup> Notas do curso “Atividade de linguagem, diversidade e singularidade das línguas em Antoine Culioli” com Dr. Jean-Jacques Franckel. (03 de novembro de 2020).

a tomada de posição, engajamento, esforço por parte de tal sujeito que busca transformar essa relação predicativa em uma relação enunciativa atribuindo-lhe um dado valor modal. Por isso, “enunciar é construir um *espaço, orientar, determinar*, estabelecer uma rede de valores referenciais, em resumo, um sistema de determinação<sup>110</sup>” (CULIOLI, 1999b, p. 44, grifo no original).

Dito isso, direcionamos nosso olhar, nesta seção, para a seguinte indagação: o valor reflexivo é um dado para o pronome *SE* ou esse valor é um construto da atividade de linguagem (produção e o reconhecimento de formas) dos sujeitos enunciadores?

A tradição lógico-gramatical define o valor do pronome *SE* como sendo a expressão da reflexividade (uma categoria), na língua portuguesa, em certos contextos que leva em conta forma (morfologia) e posição (sintaxe) numa dada sequência linear. Nessa perspectiva assume-se que: primeiramente, temos uma estabilidade fundamental entre a unidade e o valor; secundamente, temos uma estabilidade fundamental nas relações intersubjetivas.

Pergunta-se, quais as implicações de tal posicionamento? Uma vez que a relação entre a unidade e o valor não flutua, também não há espaço para se observar alguma margem de modulação do conteúdo (variação espaço-temporal) ou para se observar a asserção (variação nos modos de validação; variação nas tomadas de posição sobre o conteúdo). Em suma, a linguagem está fundamentada pela estabilidade.

Não levar em conta os processos pelos quais as sequências linguísticas se determinam de um certo modo, e não de outro, implica deixar de considerar a atividade de linguagem dos sujeitos no processo de determinação semântica das sequências linguísticas, tal como ocorre em alguns estudos gramaticais. Ratifica-se a intuição de que a ligação entre a base argumental e a predicativa ou entre os termos de uma dada construção são um dado, e não um construído, ou que são necessárias, e não uma possibilidade.

Essa constatação nos inquieta porque elucida o fato de que em nossa experiência corriqueira não damos conta do alto grau de determinismo que a atividade simbólica constrói entre a base argumental e a predicativa. Por isso, a dificuldade de se observarem os processos construtores da significação enquanto resultado da atividade de representação dos sujeitos.

Cite-se como exemplo construções como “a neve é branca” (um tipo de construção que resulta na eliminação da alteridade, dado que a neve, dentre outras coisas, é branca), ou entre termos como, por exemplo, “a casa de Pedro”, se interpretarmos essa construção como a

---

<sup>110</sup> No original: “Enoncer, c’est construire un *espace, orienter, déterminer*, établir un réseau de valeurs référentielles, bref, un système de repérage” (CULIOLI, 1999b, p. 44, grifo no original).

“casa que Pedro tem” (sem levar em conta que, nesse caso, “casa”, necessariamente, tem de designar um objeto e não o ato de construir que se encontra em “os pedreiros estão trabalhando noite e dia para terminar a casa de Pedro dentro de prazo”).

Agora se explica melhor a indagação de Culioli (1990, p. 86) ao tratar do conceito metalinguístico de domínio nocional: “E se um bezerro tiver cinco patas, continuará sendo um bezerro?”<sup>111</sup>.

A questão pode parecer despreziosa e até infantil mas demonstra como nossos dizeres tendem a universos restritos de valores, ou seja, como nos acostumamos a intuir que um termo linguístico designa um sentido já unificado, “pronto para consumo”, esquecendo-nos de que “não há cognição sem representação e não há atividade simbólica sem operações”<sup>112</sup>, (Idem, p. 85), isto é, não temos dizeres sobre o mundo e para o mundo sem o trabalho do sujeito.

Por trabalharmos em universos restritos de valores, tais como, transitivo/intransitivo, agentivo/não agentivo, causa/efeito, tendemos a privilegiar certa compreensão baseada “essencialmente em certa ideia ingênua de complementação lógica, quer dizer, A/Ã (A/nãoA)”<sup>113</sup>. Esquecemo-nos, nessa direção, que os fenômenos linguísticos, assim, como

[...] todo o trabalho metafórico se efetua, em grande parte, sobre essa atividade fundamental da atividade simbólica através da atividade de linguagem, que é a plasticidade (há a *estabilidade* e é por isso que as palavras são também etiquetas, mas, por outro lado, temos *deformabilidade*)<sup>114</sup>. (Idem, p. 86, grifo nosso).

Posto isso, a reflexão que temos construído se ancora na compreensão de que a construção da reflexividade em língua portuguesa resulta do diálogo entre as unidades e não somente pelo emprego do termo *SE*, já que, usualmente, a reflexividade é atribuída exclusivamente ao pronome pelos estudos gramaticais.

Através de protocolos experimentais teoricamente orientados que dão visibilidade à “invariância como modo de raciocínio que permite apreender a variação” (DE VOGÛE, et al., 2011, p. 13), tomamos o *SE* como um “caminho possível” de nos guiar na apropriação das

---

<sup>111</sup> No original: “Et si un veau avait 5 pattes, est-ce que cela serait toujours un veau?”. (CULIOLI, 1990, p. 86).

<sup>112</sup> No original: “Il n’y a pas de cognition sans représentation et pas d’activité symbolique sans opérations”. (CULIOLI, 1990, p. 85).

<sup>113</sup> No original: “l’essentiel sur une certaine idée naïve de la complémentation logique, c’est-à-dire A/Ã (A/non A). (CULIOLI, 1990, p. 84).

<sup>114</sup> No original: “tout le travail métaphorique porte en grande partie sur cette propriété fondamentale de l’activité symbolique à travers l’activité de langage, et qui est plasticité (on a stabilité, c’est pour cela que les mots sont aussi des étiquettes, mais d’un autre côté on a déformabilité). (CULIOLI, 1990, p. 86).

operações constitutivas da atividade de linguagem que se articulam com as línguas naturais (no caso, a língua portuguesa) produzindo enunciados.

Quando dissemos que a marca *SE* é um “caminho possível”, não postulamos a existência de uma única trajetória que iria da atividade linguageira às formas, antes, as formas remontam noções e operações linguageiras, ou seja, uma pluralidade de caminhos, em que cada caminho é, ao mesmo tempo, contingente e necessário<sup>115</sup> (mas não qualquer um).

Inicialmente, tínhamos como intenção analisar as ocorrências de reflexividade com *SE* em textos recortados pelas gramáticas, essa incursão falhou, já que os enunciados que aparecem nos manuais tradicionais são utilizados para atestar os fundamentos da lógica. Finalmente decidimos por analisar ocorrências de reflexividade com *SE* em apenas quatro textos coletados do site *Corpus do Português*<sup>116</sup>. Optamos por essa base de dados porque seus mecanismos de busca favorecem a pesquisa das formas e facilitam o agrupamento de ocorrências próximas ou semelhantes. Foram inúmeras as ocorrências encontradas com a marca pesquisada. Num primeiro momento, selecionamos 30 enunciados.

Contudo, dado o raciocínio de que alicerçamo-nos em uma teoria capaz de nos ajudar a caracterizar a natureza das construções linguísticas, de que há um princípio regulador subjacente aos diversos emprego dos termos, uma análise exaustiva de exemplos não se faz necessária, já que a caracterização de alguns exemplares termina por lançar luzes sobre os demais.

A metodologia da análise pautou-se na construção de um sistema de representação metalinguística que, por meio do trabalho de manipulação de enunciados, possibilita a construção de paráfrases do enunciado de partida. Por um lado, as paráfrases trazem alguma margem de variação sobre a relação forma-conteúdo e, por outro lado, dão visibilidade àquilo que permanece constante sob variações sucessivas, tais como variações das formas verbais, aspectuais e modalizações.

Partimos da hipótese de que os mecanismos geradores da significação não estão acessíveis sem esse trabalho de apropriação e de manuseio das formas que é o trabalho parafrástico. Nesse trabalho, modulações mínimas trazem à observação especificidades do uso do marcador *SE*. São essas especificidades que acreditamos ter reconstruído, através do acesso a operações que lhes são subjacentes.

---

<sup>115</sup> Para Culioli, as formas que dependem, para uma dada língua, desta ou daquela categoria, são não quaisquer umas; não há uma realização tipo de uma categoria: toda realização, em sua singularidade, é legítima. (PAILLARD, 2016, p. 5).

<sup>116</sup> Disponível em: <<http://www.corpusdoportugues.org/x.asp>>. Acesso em: 20 abr.2021.

Nas análises, consideramos que os valores resultantes nos enunciados são construídos através da interação entre os diversos marcadores que, no jogo dialógico, depreendem cada um, operações distintas.

O objeto de análise de nosso trabalho são os enunciados e não apenas o marcador *SE*. Nossa hipótese é a de que todos os termos linguísticos “independentemente da classificação que se lhes atribui, participam de um processo que permite sua própria determinação, projetam mecanismos de invariância que somente são acionados quando eles [os itens linguísticos] são contextualizados” (BIASOTTO, 2012, p. 104).

A observação do funcionamento de *SE* implica a articulação da atividade de linguagem com as línguas naturais. Para tanto, teremos como ponto de partida a formulação de um esquema de léxis, uma relação primitiva, pré-linguística, indispensável para compreendermos que todo material linguístico tem como origem *um potencial de vir a ser* que se determina quando inserido em um sistema de coordenadas espaço-temporais e intersubjetivas.

Fazendo-se um parêntese, reiteramos que uma léxis<sup>117</sup>, descrita como um esquema, uma instanciação de três espaços vazios, fornece “não um enunciado diretamente, mas um pacote de relações que nos fornecerá, em seguida, diferentes enunciados pertencendo a uma mesma família parafrástica”<sup>118</sup> (CULIOLI, 1976, p. 60-61).

O enunciado de partida corresponde a um exemplar, dentre outros, de uma classe de enunciados em relação parafrástica sobre um mesmo esquema predicativo inicial<sup>119</sup>.

Logo, interessa-nos observar aquilo distingue ocorrências enunciativas em um dado paradigma parafrástico, pois, como afirma Franckel (2020), “são as variações que permitem apreender o sentido<sup>120</sup>”.

É pelo exercício de observação do padrão de ocorrências (não como igualdade, repetição) que o linguista, num trabalho criativo, faz emergir a invariância que sustenta e orienta a construção da trajetória da representação linguística em uma dada situação particular.

Dado o esquema primitivo, investigaremos como as marcas de modalidade, de tempo e de aspecto inseridas nas ocorrências com *SE* contribuem para a passagem de uma possível

---

<sup>117</sup> A léxis se organiza pelo preenchimento de três espaços vazios: um termo de partida  $\epsilon_0$ , um termo de chegada  $\epsilon_1$ , e um operador de predicação, relacional  $\pi$ . Em nosso trabalho optamos por usar a notação  $\langle aRb \rangle$  para representação a léxis.

<sup>118</sup> No original: “non pas un énoncé directement mais un paquet de relations tel que cela donne ensuite différents énoncés appartenant à une même famille paraphrastique. (CULIOLI, 1976, p.60-61).

<sup>119</sup> O enunciado de partida corresponde a um exemplar parafrástico, dentre outros, de um “enunciado primário [ou léxis] [...] que comporta a mesma orientação que a relação primitiva”. (CULIOLI, 1999a, p. 34).

<sup>120</sup> Nota do curso “Atividade de linguagem, diversidade e singularidade das línguas em Antoine Culioli” com J. J. Franckel. (06 de outubro de 2020).

reflexividade (projeção de predicado) para uma reflexividade de fato (ocorrência de predicado). Argumentaremos que as demais marcas constitutivas do enunciado dão por conhecer o ponto em que se encontra o projeto de predicado em relação a um gradiente constituído de um interior, exterior e uma fronteira. Por fim, ressaltaremos que a construção da reflexividade com *SE* é construto do diálogo entre os sujeitos enunciadore, resultado da produção e reconhecimento de formas.

Isso posto, consideramos que o desafio do linguista, valendo-nos de termos mais filosóficos, como aponta Merleau-Ponty, (2018, [1994], p.19), é tentar “pensar o mundo, o outro e a si mesmo, e conceber suas relações”; em termos mais linguísticos, reaprender a pensar os arranjos léxico-gramaticais como atos predicativos que estão sempre em *devir* por sua relação com o mundo, o outro e a si mesmo.

Somente com essa orientação teórica que não confirma as predicções a priori é possível observar que certas unidades se determinam e outras se indeterminam em um equilíbrio dinâmico, afinal, “a transformação das coisas só é possível porque no seu próprio interior coexistem forças opostas tendendo simultaneamente à unidade e à oposição” (GADOTTI, 1997, p. 26).

Defendemos, junto aos pressupostos teóricos da TOPE, que o processo de produção do enunciado ocorre em nível dialético, um percurso marcado pela possibilidade de abertura e fechamento.

Pelo exercício da manipulação das formas o linguista simula o movimento e a transformação dos valores linguísticos resultante da interação, estranhamento, articulação entre os objetos linguísticos a se conhecer e ação dos sujeitos que buscam compreendê-lo. Definindo o trabalho do linguista com uma dose de poesia, poderíamos dizer que ele, incessantemente, produz linguagem para, assim, poder observar a atividade de linguagem.

Consideremos a seguinte ocorrência:

**Enunciado 1:** A nova geração Homem de Ferro e o Capitão América foram os únicos dois heróis a terem um final definitivo em *Ultimato*. **Enquanto que o Homem de Ferro se sacrificou, morrendo para derrotar Thanos com as Joias do Infinito**, o Capitão América usou a tecnologia de viagem no tempo para viver o restante de sua vida com Peggy Carter<sup>121</sup>.

---

<sup>121</sup> Disponível em: <https://observatoriodocinema.bol.uol.com.br/artigos/2019/06/star-wars-9-precisa-de-um-final-mais-conclusivo-que-o-de-vingadores-ultimato>. Acesso em: 15 set. de 2018.

Apresentamos nossa tentativa de ilustração do esquema de léxis que deu origem à primeira parte do enunciado de partida. Reiteramos, uma vez mais, que não se trata de uma forma pré-verbal, trata-se de uma relação primitiva, um projeto de predicado que possibilita a abertura a outros possíveis e assegura a interpretação do enunciado. Vejamos:

<a R b>

<*alguém ter sacrificado alguém*> ou

<*um ato de sacrificar alguém por alguém*>

A instanciação dos espaços formais <a R b> por noções semânticas no esquema primitivo, por si só já aponta para um horizonte de sentido. No caso, intui-se, a possibilidade ou não de se atribuir o predicado (sacrificar) para um dado argumento (Homem de Ferro). Do ponto de vista da relação inter ou entre sujeitos pode ter sido colocado em dúvida, por alguma razão, a atribuição de tal predicado ao argumento que no trabalho de predicação pode vir a determinar ou indeterminar a representação.

À vista disso, consideremos que, no enunciado recortado para nossa reflexão, o *sacrifício de alguém* (Homem de Ferro) vai se determinar dependendo do modo como as marcas assertivas do enunciado dialogam com o conteúdo a ser construído. Notemos que o projeto de predicado <*alguém ter sacrificado alguém*> ou <*um ato de sacrificar alguém por alguém*> não está validado em um enunciado como, “*O Homem de Ferro se sacrificou de mentirinha*”, porém, não deixamos de interpretar essa formulação. Isso ocorre porque, para além de uma relação predicativa, ainda temos uma relação primitiva <a R b> que sustenta o enunciado enquanto uma sequência linguística interpretável.

Ora, é interessante constatar que dentro do esquema primitivo não temos estabilizada a identidade daquele que sacrifica nem daquele que é sacrificado, haja vista que, a atribuição do predicado sacrificar que se constitui pela passagem das representações mentais em representações linguísticas implica a construção de um espaço topológico que atua como regulador no ajustamento intersubjetivo. Logo, temos um espaço de ajustamento e desvios, aproximações e distanciamentos entre as representações intra e intersubjetiva.

Advém desse fato, a flexibilidade da atribuição de identidade dos termos instanciados na léxis em questão. A identidade de alguém (aquele que sacrifica), bem como de alguém (aquele que é sacrificado) refere-se à uma ocorrência que um sujeito qualquer pode apreender, discernir (perceber como uma forma singular em relação a outras ocorrências), distinguir (eliminar a diferença) e situar-localizar no espaço-tempo (que pode inclusive ser imaginário).

Dada a léxis, forma-se uma relação predicativa, cuja motivação é a ordenação dos elementos nocionais a fim de que se gere um determinado efeito semântico. Observemos que a organização dos termos pela relação predicativa não é uma decisão aleatória, pois leva em conta pré-constructos, propriedades provindas do mundo psico-físico-cultural compatíveis com aquilo que se busca predicar, sendo distinto para cada ser humano, enquanto material obtido pela percepção fenomenológica e cognitiva.

Desse modo, *sacrificar* pode passar a designar uma entidade, um objeto de conhecimento, um processo. Como forma de ilustração, consideremos os exemplos a seguir:

- (1) *Pedro sacrificou o gado.*
- (2) *Sacrifiquei minha vida por Pedro.*
- (3) *Seus dias estão sacrificados no trabalho.*
- (4) *Maria sacrificou-se pelo filho.*
- (5) *Maria sacrificou-se até certo ponto pelo filho.*

É relevante destacar que o modo como uma unidade é colocada em relação com outras unidades se prende sempre a um cenário psicossociológico. Nas sequências (1), (2) e (3) e (4) observamos contextualizações possíveis que induzem a um aparente determinismo entre as bases argumental e predicativa.

Os termos de base argumental (gado, Pedro, dias, Maria), identificados como alvo do processo sacrificar, não têm energia suficiente para exercer força contrária a existência da representação, aquela que é intuída na origem, que apontaria na direção da reversibilidade<sup>122</sup> do processo sacrificar.

Podemos dizer que o enunciado *Pedro sacrificou o gado* significa: *o modo de ser de gado não impede ou não impõe resistência para que Pedro o sacrifique*, ou ainda, *o modo de ser de Pedro não impede ou não impõe resistência ao sacrifício do gado*. Notemos que o conteúdo (projeto de predicado) a ser construído dialoga com as unidades morfolexicais do enunciado em (1), (2), (3) e (4), a validação do conteúdo e a conseqüente construção do conteúdo, são produtos desse diálogo.

Por sua vez, em (5) observamos a eliminação do aparente determinismo, ao relacionarmos “sacrificar” com “até certo ponto”, a introdução no enunciado de tais unidades bloqueia, em certa medida, o determinismo entre as bases argumental e a predicativa, conseqüentemente fica mitigado o valor reflexivo que se encontra no pronome *SE*. Há, pois, em (5) uma distância entre a localização no gradiente (munido de um interior, exterior e fronteira)

---

<sup>122</sup> O conceito de reversibilidade prescinde de natureza cognitiva e não cultural. (REZENDE, 2000, p. 7).

que o projeto de predicado aponta e o ponto em que a ocorrência enunciativa (representação construída) chega.

Posto isso, passemos a considerar os seguintes enunciados:

(6) *O Homem de Ferro se sacrificou, **dando sua vida** para derrotar Thanos com as Joias do Infinito.*

(7) *O Homem de Ferro se sacrificou **sem medo** para derrotar Thanos.*

(8) *O Homem de Ferro se sacrificou **com coragem** para derrotar Thanos.*

(9) *O Homem de Ferro se sacrificou, **conseguindo** derrotar Thanos.*

(10) *O Homem de Ferro se sacrificou **tanto que conseguiu** derrotar Thanos.*

(11) *O Homem de Ferro se sacrificou **demasiado** para derrotar Thanos.*

(12) *O Homem de Ferro se sacrificou **totalmente** para derrotar Thanos.*

As ocorrências de (6) a (12) reforçam a reflexividade atribuída a *SE*, tal como faz, no enunciado de partida, a unidade “morrendo”. As marcas aspecto-modais “dando sua vida”, “sem medo”, “com coragem”, “conseguindo”, “tanto que conseguiu”, “demasiado”, “totalmente” marcam a entrada da representação no interior do domínio de validação do predicado (*alguém ter se sacrificado é o caso*). Em (12) o termo “totalmente” expande em grau máximo a validação da predicação “sacrificar” ao termo “Homem de Ferro”, isto é, reforça e enfatiza a obtenção de um resultado para a construção da representação, *alguém ter se sacrificado é o caso*. Por sua vez, vejamos:

(13) *O Homem de Ferro se sacrificou **pouco** para derrotar Thanos.*

(14) *O Homem de Ferro se sacrificou **até onde podia** para derrotar Thanos.*

(15) *O Homem de Ferro se sacrificou, **mas foi pouco**, para derrotar Thanos.*

(16) *O Homem de Ferro se sacrificou (**muito**), **mas conseguiu** derrotar Thanos.*

(17) *O Homem de Ferro se sacrificou **de verdade** para derrotar Thanos?*

Salientamos que as marcas aspecto-modais “pouco”, “até onde podia”, “mas foi pouco”, “muito”, “mas conseguiu”, “de verdade” situam a representação na fronteira do gradiente de ocorrências, ou seja, temos enunciados que são o caso até certo ponto ou que já não são o caso ainda o sendo. Em outras palavras, cria-se uma incerteza que não possibilita a estabilização do projeto de predicado intuído, abre-se a possibilidade de instanciação a outras ocorrências que não são esperadas (*alguém ter se sacrificado pode ser ou não ser o caso*).

Em (17), “de verdade” aponta para o exterior do domínio e questiona a antecipação de atribuição do predicado ao argumento. Em outras palavras, na situação enunciativa dada, “de verdade” sinaliza um obstáculo à instanciação da base nominal (Homem de Ferro) ao predicado

“sacrificar”. Por isso estamos argumentando que a determinação da identidade do sujeito (aquele que sacrifica; aquele que é sacrificado) não prescinde do processo “sacrificar”.

Retratamos essa estabilidade provisória em uma outra formulação: *O Homem de Ferro se sacrificou mesmo para derrotar Thanos? Isso é certeza? Realmente ele se sacrificou?* Os termos negritos, tal como “de verdade”, explicitam a presença de forças desfavoráveis na trajetória de construção da representação que questionam a validação da predicação.

Diferentemente, as ocorrências de 13 até 16 apontam para o interior do domínio de validação, para a possível obtenção de um estado resultante para o processo “sacrificar”. Explicitando melhor, por processos de quantificação (levantamento de propriedades) qualifica-se que foi suficiente o tanto (“pouco”, “até onde podia”, “mas foi pouco”, “muito”, “mas conseguiu”) sacrificado por Homem de Ferro, ainda que se possa questionar se Homem de Ferro foi sacrificado.

Por sua vez, em:

(18) *O Homem de Ferro se sacrificou, sem dar sua vida para derrotar Thanos com as Joias do Infinito. (O Homem de Ferro se sacrificou?).*

(19) *O Homem de Ferro não se sacrificou para derrotar Thanos.*

(20) *O Homem de Ferro se sacrificou nada para derrotar Thanos.*

(21) *O Homem de Ferro se sacrificou coisa nenhuma para derrotar Thanos.*

(22) *O Homem de Ferro se sacrificou (muito), mas não conseguiu derrotar Thanos.*

As ocorrências instanciam a representação no exterior do domínio de validação, aquelas que já não são o caso. Os contextos encaixantes, por meio das marcas aspecto-modais, “sem dar sua vida”, “não”, “nada”, “coisa nenhuma”, “muito”, “mas não conseguiu”, dão por conhecer que o predicado não foi validado, ou seja, o evento denotado pelo verbo “sacrificar” dentro do processo de atribuição de propriedades ao argumento “Homem de Ferro” não foi ratificado, por conta de uma força maior que pode bloquear o projeto desencadeado na origem. Abre-se a representação a outras possibilidades de estabilização.

Dito isso, é preciso destacar que a teorização gramatical ao tomar o valor de superfície, apresenta a reflexividade de *SE* como propriedade da língua. Os exemplos reflexivos encontrados nos manuais mostram a “coincidência entre a função de atribuição de propriedades e um estado convencional, adequado das representações em um mundo empírico particular” (REZENDE, 2000, p. 126).

Por isso, ilustramos com os exemplos acima que se *SE* marca uma identificação entre A e B no plano do conteúdo, porém, no esquema primitivo (léxis) essa identificação de princípio

é construída mediante operações que sustentam o equilíbrio dinâmico das unidades. Por meio das diferentes contextualizações da unidade, em articulação com marcas aspectuais, modalidades, diátese e determinação, podemos apreender movimentos de pressão sobre as unidades. Tais forças, como causalidade, podem manter a unidade em um determinado ponto ou deslocá-la para outro no espaço/tempo; pode inflá-la, derramá-la, enrobustecê-la, esvaziá-la de força, e assim por diante.

São esses deslocamentos no contínuo espaço-temporal que dão por conhecer a trajetória de construção da representação, ou seja, os pontos que toda representação trilha entre a existência e a não existência. Desse modo, passamos a diluir o jogo opositivo entre processos transitivos, intransitivos e reflexivos, em nossa perspectiva sempre temos transitividade, tal como afirmou Rezende (2000), tomada como rede de causalidade.

Explicitamos essa rede de forças causais com um outro enunciado: *Pedro vinha caminhando feliz e contente. De repente, caiu.*

A representação *Pedro vinha caminhando feliz e contente*, que caminhava na direção do centro de validação, *Pedro que caminha*, muda de direção, passa a caminhar em sentido oposto ao interior. O termo *caminha* remete a um *evento* que se desdobra no tempo, *vinha*, remete a esse desdobramento que ocorre até então sem bloqueios. Por sua vez, a inclusão das marcas *de repente, caiu*, sinalizam um bloqueio ao desdobramento ensejado. *Caiu*, remete ao *deixar de ser* do evento *caminhar*.

Vejamos que temos forças em processo de equilibração, seja no plano de atribuição do predicado ao argumento que pode estar dificultando ou favorecendo que o predicado seja atribuído ao argumento; seja no plano do evento *caminhar* que pode estar favorecendo ou dificultando que ele se desenvolva e chegue a bom termo.

Retomemos o enunciado de partida: **Enquanto que o Homem de Ferro se sacrificou, morrendo para derrotar Thanos com as Joias do Infinito.**

Em linhas gerais, podemos dizer que, “sacrificar” é o evento pelo qual um agente transforma um objeto em sacrificado. Assim, deriva-se:

(a) *Alguém faz que Homem de Ferro transforme Homem de Ferro em sacrificado:* Homem de Ferro **se** sacrificou.

(b) *Alguém faz que Homem de Ferro transforme Thanos em sacrificado:* Homem de Ferro sacrificou Thanos.

Em outros desdobramentos:

(c) *Alguém faz que Homem de Ferro transforme Homem de Ferro em apaixonado:* Homem de Ferro **se** apaixonou.

(d) *Alguém faz que Homem de Ferro transforme Pepper Potts em apaixonada.* Homem de Ferro deixou Pepper Potts apaixonada.

Dito isso, pergunta-se: a reflexividade é uma propriedade de *SE* ou do sujeito que relaciona léxico e gramática para construir esse valor? Para os estudos gramaticais, quando o agente se descobre objetivo, como é o caso da reflexividade, o agente não é agente e o objetivo não é objetivo, ou seja, não há transitividade. Depreende-se que a identidade do sujeito gramatical e do complemento são coincidentes, idênticos, haja vista que, em uma relação de igualdade presume-se a inexistência de desvios, incongruências entre dois ou mais elementos comparados.

Com essa visão teórica em destaque, atentemo-nos para os enunciados que seguem:

(23) *O Homem de Ferro usando as Joias do Infinito, sacrificou Thanos.*

No enunciado, *alguém faz alguma coisa em relação a alguém que é outro*. Os termos “usando as Joias do Infinito” marcam a entrada da representação no (interior do) domínio de validação do predicado e assim coaduna para a construção de um valor detrimental para “sacrificar”. Isto é, constrói-se um determinado valor resultante, “o sacrifício de Thanos” ou “Thanos sacrificado”. Parafraçando podemos ter formulações como: *O Homem de Ferro sacrificou totalmente Thanos; Thanos foi devidamente sacrificado pelo Homem de Ferro; O Homem de Ferro sacrificou fortemente Thanos.*

(24) *O Homem de Ferro sacrificou Thanos, que usava as Joias do Infinito.*

Na formulação, *alguém faz alguma coisa em relação a alguém que é outro*, e o outro delimita o espaço do *sacrifício*. Os termos “que usava as Joias do Infinito” é o que assegura a estabilidade do espaço para que uma ocorrência de *sacrifício* se construa, porém, o espaço não explica, ratifica a validação do predicado. Ficamos com uma representação oscilante (sacrifício de Thanos e o ato de sacrificar por Homem de Ferro é uma possibilidade), na fronteira do domínio de validação que carece de asserções futuras para ser validada.

Vejamos que tanto em (23) quanto em (24) ficamos com a intuição de que o Homem de Ferro é a origem do processo sacrificar, que busca dar forma à predicação de *alguma coisa que alguém faz em relação a alguém que é outro*, construindo-se, assim, o prejuízo de alguém que é outro (Thanos). O prejuízo, nesse caso, é o resultado de um processo de construção de um projeto de predicado numa dada situação enunciativa. Se a tradição lógica nos ensinou a

pensar que a predicação “acrescenta” propriedades estamos observando que, em certos casos, as propriedades atribuíveis podem ser muito mais “em prejuízo” do que “em favor” de alguém.

Em (23) as marcas do contexto encaixante ratificam tal orientação. Já em (24), não temos marcas aspecto-modais nem favoráveis e nem contrárias à validação do projeto de predicado, “que usava as Joias do Infinito” passa a intuição de existência da representação, ou seja, a intuição de que o predicado foi validado por meio da delimitação do espaço. Porém, como já dito, não chegamos ao estado resultativo “Thanos sacrificado” ou “o sacrifício de Thanos”. Com efeito, a representação visada é Thanos de outro modo, por outro lado, a representação estabilizada é Thanos de um certo modo.

Isso faz-nos lançar a hipótese de que os estudos tradicionais ao visarem a estrutura sintática das composições frasais em detrimento da compreensão dos processos construtores de significação, dão a mesma explicação para (23) e (24), como exemplares de transitividade, mudança, passagem de um estado para outro, isto é, *alguma coisa outra, diferente da origem, se transforma*. Porém, como estamos observando o projeto de predicado nem sempre é levado a bom termo, eventuais obstáculos ou a ausência de asserções que validem o projeto de predicação podem se fazer presentes na trajetória de determinação do conteúdo.

Façamos algumas outras inferências acerca da rotulagem metalinguística de transitividade *stricto sensu* com as seguintes ocorrências:

(25) *A NASA sacrificou nossas esperanças de morar no planeta Júpiter.*

(26) *O homem sacrifica a fauna e a flora do pantanal mato-grossense.*

(27) *Pedro sacrificou a criança com deficiência jogando-a no rio.*

Conforme os estudos gramaticais, as formulações (25), (26) e (27) são consideradas exemplos ilustrativos de transitividade verbal, haja vista, que presume-se agentividade dos sujeitos gramaticais (NASA, homem, Pedro); presume-se que o processo verbal (sacrificar) sempre se desenvolve sem encontrar obstáculos; presume-se que os complementos (esperanças, fauna e flora, criança) estão transformados pelo processo verbal (de outro modo); presume-se que os complementos são sempre diferentes dos sujeitos gramaticais, e assim por diante.

Fazendo um parêntese, reiteramos que todos esses aspectos que a tradição trata como dado, a atividade cognitiva dos sujeitos trata como experiência. Se, por um lado, o dado é compreendido como um todo pronto e acabado, a experiência compreende como fragmentos, dados por noções semânticas, projetos de predicado, projeção de valor. Logo, são esses fragmentos que vão servir de matéria-prima à simbolização.

Posto isso, reiteramos que no núcleo semântico de orientação que tem uma origem que caminha na direção de um objetivo, os espaços constituintes do esquema inicial dependem das propriedades (animado e inanimado, determinado e indeterminado, único e múltiplo, processo e estado, etc.) dos argumentos que são relacionados por um relator. A relação primitiva, tal como afirmamos acima, assegura as relações entre esquemas de funcionamento sintático e os efeitos semânticos que se espera obter.

Em resumo, formalizamos essa compreensão como:

1. *Alguém 1* → remete à propriedade agentiva (origem dotada de força suficiente e necessária para, através de um certo evento, se obter a transformação de um objetivo);
2. *sacrificar* → remete à transitividade (processo pelo qual SEMPRE se obtém transformação de um objetivo);
3. *Alguém 2* → remete à estado resultante (um objetivo SEMPRE transformado pelo evento).

Para as análises estruturais, 1, 2, e 3 são propriedades presumidas, isto é, antes mesmo de se proceder à análise já se toma 1, 2 e 3 como certas. As intuições de 1, 2 e 3, também são operatórias para o sujeito na atividade de linguagem. Vejamos:

(28) *O Homem de Ferro sacrificou ...* [argumento com as propriedades de 3]

(29) *O Homem de Ferro se ...* [processo com as propriedades de 2].

Notemos que ambas intuições (28 e 29) remetem à transitividade, não como categoria sintática tradicional, em que a forma verbal necessita ou não de um complemento para integrar seu sentido, mas como propriedade causal, elemento que organiza as relações entre as noções com valor predicativo que ao trilharem o caminho aspecto-modal, dito melhor, ao passarem pelo filtro da “alteridade (seja animada, seja inanimada, seja o outro-outro, seja o outro-o mesmo) [...] oferece a espessura dialógica necessária para que a representação venha a ter existência conforme ela precisa ter existência” (REZENDE, 2000, p. 148).

Dentro dessa perspectiva operatória fica difícil afirmar que (28) retoma processos transitivos (movimento em direção a um outro, a transformação) e (29) retoma processos intransitivos, reflexivos (movimento em direção a um mesmo, não-transformação), tal como asseveram as análises estruturais.

Observemos que (28) *O Homem de Ferro se [...]*, convoca certas unidades, tais como apaixonar, arrepende, silenciar, deitar, queixar, etc., ao instanciar o espaço de processo que remete a propriedades pelo qual se obtém transformação de um objetivo. Porém, não está construído, determinado e nem antecipado no projeto de predicado (relação primitiva) que os

argumentos se identificam. Tanto pode estar construído para os sujeitos que os argumentos se identificam quanto pode estar construído que não se identificam.

Ainda que o *SE* passe a ideia de que os argumentos entram na representação enunciativa já identificados, isso só é possível porque outras marcas do contexto encaixante também estão contribuindo para a construção da representação desse estado de coisas. Confunde-se, por esse viés, identidade, enquanto determinação nocional, argumentos já instanciados no esquema primitivo; e identificação que corresponde a instanciação nocional, ao movimento de forças que se deslocam em diferentes direções para constituir o enunciado, isto é, o pinçamento de um determinado valor dentre outros.

Com efeito, o *SE* antecipa o resultado da operação de localização-identificação, que é geradora e delimitadora de valores para as unidades. Essa intuição de antecipação que *SE* desencadeia pode ser observada em uma formulação como: *A mãe se sacrificou pelo filho doente?* A ocorrência projeta a existência (está sendo buscado a extensão de *sacrificador*) de uma possível categoria de *sacrificadores*, um preconstructo que passa a percepção de coisa já existente, antes mesmo de existir, na tentativa de se estabilizar uma ocorrência de predicado (*sacrificadores*) que venha a ser ratificado por marcas assertivas e modalidades.

O espaço a ser preenchido ao lado do *SE* (seja de esquerda ou de direita) ao convocar um termo processual, que remete às propriedades pelas quais se obtém transformação de um objetivo, explicitam que só temos reflexividade (valor de superfície) porque no plano semântico, no plano do potencial de vir a ser (inferior), temos transitividade (causalidade), forças necessárias para deslançar a construção das representações que em língua conhecemos como reflexividade.

Vale frisar que, no enunciado de partida, a articulação das formas “enquanto” (delimitação temporal que diferencia o instante da enunciação e o instante do enunciado); “morrendo” (aspecto imperfectivo); “sacrificou” (aspecto perfectivo com configuração de um intervalo de tempo específico, um evento concluído) e “derrotar” (aspecto que sinaliza o caminho positivo à existência da representação visada) marcam a validação da relação (*alguém ter se sacrificado é o caso*) e localiza a representação no interior do domínio. A forma verbal “morrer” contribui para a ratificação do valor reflexivo atribuído ao termo *SE*. Não fosse “morrer”, ficaríamos na bifurcação dada pelo projeto de predicado <*alguém ter sacrificado alguém*> ou <*um ato de sacrificar alguém por alguém*>, aguardando por asserções futuras que validem ou que não validem o projeto de predicado. Passemos ao segundo enunciado.

**Enunciado 2:** Fádia não empolgou com o duo de trouxinha à carbonara, julgado por Fogaça e Jacquin como muito gorduroso. **Eliane, enquanto fazia o prato se cortou e precisou interromper o preparo** para ser atendida por um enfermeiro, apresentou uma carbonara leve com tomate e não agradou<sup>123</sup>.

Optamos por visualizar, inicialmente, alguns termos do enunciado supracitado, de forma isolada, tal como faz a gramática tradicional, mas com intenção distinta de contemplar, conviver com a palavra, antes de tecer qualquer impressão descritiva. Vejamos:

(a) *Eliane cortou* ( )

(b) *Eliane se* ( )

Nos estudos tradicionais define-se que o termo *Eliane* é sempre dotado de agentividade (origem dotada de força suficiente e necessária para, através de um certo evento, se obter a transformação de um objetivo). Por sua vez, *cortar* remete à transitividade (processo pelo qual sempre se obtém transformação de um objetivo). Quanto ao *SE*, na descrição acima, podemos afirmar que o termo remeteria a uma identificação de princípio (em termos de igualdade), entre o desencadeador e o alvo da ação verbal, fenômeno que conhecemos como reflexividade ou o valor da unidade se determina em razão dos modos pelos quais ela é colocada em relação com outras unidades?

Dadas essas questões iniciais, simulemos um diálogo, a fim de observarmos, inicialmente, como agentividade e transitividade não são objetos linguísticos tão bem definidos, ao contrário do que acreditam os estudos lógicos:

-*Eliane, você cortou as batatas? Por quê? Prefiro cozinhar elas inteiras.*

-*Ah, é? Eu preferia o seu peçoço cortado e nem por isso eu comento.*

Por essas ocorrências, construímos um esquema ilustrativo a fim de apreendermos alguns traços das operações de base que desencadeiam a formação da primeira parte do enunciado interrogativo:

(1) Eliane [*que tem a propriedade de cortar algo dentre outras propriedades*] cortou as batatas.

(2) Eliane cortou [*algo que tem a propriedade de ser cortado*] as batatas.

(3) [*se era para alguém cortar alguma coisa qualquer*] Eliane cortou as batatas.

Em (1) observamos a construção de *Eliane como cortadora de batatas*, presunção de agentividade; para (2) observamos *as batatas cortadas por alguém*, presunção de transitividade,

---

<sup>123</sup> Disponível em: [http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2016/10/05/internas\\_viver.668407/masterchef-profissionais-serve-tensao-pressao-e-adrenalina-na-estreia](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2016/10/05/internas_viver.668407/masterchef-profissionais-serve-tensao-pressao-e-adrenalina-na-estreia). Acesso em: 10 out. 2018.

transformação, estado resultante; em 3 observamos a construção do *ato de cortar as batatas por alguém*, presunção de agentividade e transitividade, ainda não estabilizadas.

Com efeito, as ocorrências do processo cortar são medidas pelas propriedades do objeto do ato de cortar. Logo, é constitutiva, nesse percurso, a possibilidade de que tenha havido algum obstáculo à construção do *modo de ser de alguém que é Eliane* (*Eliane não ter conseguido cortar as batatas porque não se encontrou em Eliane propriedades para tanto* ou *porque as batatas lhe impuseram resistência* ou *porque Eliane nem tentou cortar alguma coisa*).

Por isso as teorias tradicionais de cunho estruturalista não são conclusivas quando tratam das questões de transitividade, haja vista que o mesmo verbo pode assumir em certos contextos funcionamentos singulares, resultante da determinação de uma representação em curso em diferentes pontos de sua trajetória.

Vejamos algumas anexações, possíveis, para os lugares formais do termo nominal (Eliane) e do termo predicativo (cortar), direcionando nosso olhar para os funcionamentos primitivos ligados às propriedades nocionais que permitem individualizar as ocorrências:

(4) *É isso! Eliane cortou a carne em cubinhos.*

(5) *Ontem à tarde Eliane cortou um quilo de carne.*

(6) *Eliane cortou-se (mas ela não se corta mais).*

Em (4) tratamos da construção de uma ocorrência delimitada em uma porção espaço-temporal. A estabilidade da representação é fundamentada na formatação com valor discreto<sup>124</sup> da noção, isto é, a noção é individualizada, quantificada. Ou seja, existe algo a ser cortado, e uma vez que esse algo é cortado, o que tinha para se cortar foi efetivamente cortado (estado resultante – carne cortada).

Temos um cortar preciso, delimitado, por uma referência estável, o artigo definido “a” sinaliza a construção da existência de uma ocorrência singular das noções <ser carne> e <cortar>. Por sua vez, o cortar se constrói delimitado em relação ao termo nominal “Eliane” que no contexto enunciativo confirma as propriedades (agentividade, força, impulso) necessárias para impulsionar o processo cortar a uma finalização.

Conforme a compreensão da pesquisadora De Vogüé (1989), a formatação da noção com valor discreto remete a um processo cuja efetivação se verifica como algo validável sem necessidade de recorrer a estabilização espaço-temporal, fato que decorre da perfectividade do

---

<sup>124</sup> A tipologia “discreto”, “denso” e “compacto” refere o modo do processo. Sarah de Vogüé (1989) apresenta uma ampla fundamentação linguística acerca de tais conceitos.

processo, ou seja, o estado resultante, além de ser validado, torna-se uma propriedade dos nomes (*Eliane, carne*).

Em (5) observamos a construção de uma ocorrência quantitativa (*o cortar aconteceu*) temporalmente localizada (*ontem à tarde*), um caso de funcionamento denso. A formatação das noções permite-nos inferir que houve corte que se quantifica pela existência de um suporte (*houve o corte de um quilo de carne*). Os termos complementares conduzem à interpretação de que houve um corte. Em seguida, houve um corte específico. Um caso de estabilização parcial da noção <cortar>. A quantidade de corte se determina relativamente ao que pode ser cortável transformado em cortado. Explicitando, teríamos algo como: *Eliane cortou a porção de carne que Eliane cortou. Houve um corte em dado momento e espaço determinado em relação ao sujeito Eliane.*

Por sua vez, em (6) não observamos a construção de uma ocorrência quantitativa (não temos um recorte situacional distinto), mas a predicação de uma propriedade (*Eliane como aquela que corta a si*), um caso de funcionamento compacto.

O compacto passa a intuição de que, no intervalo espaço-temporal de todas as ocorrências de predicação observadas por um mesmo sujeito, o processo cortar se apresenta como algo constante para a predicação de *alguém* (*Eliane*). Essa intuição de existência subjacente à construção pode vir a ser confirmada ou não pelas modulações do contexto encaixante.

Reiteramos que a intuição de existência não se confunde com a existência da representação. As marcas do enunciado de partida “e precisou interoper o preparo”, por exemplo, deformam a intuição de existência de um modo de ser/existir de *Eliane*, ratificando a predicação de *Eliane cortou, dentre as coisas passíveis de serem cortadas, a si mesma.*

No funcionamento compacto, o processo de determinação se constrói por operações qualitativas já que as ocorrências não são quantificadas. No caso, sujeito e objeto são colocados em posições simétricas enquanto suporte da propriedade predicada pela noção verbal <cortar>.

O *SE* é um vestígio das operações de ajustamento entre os sujeitos na construção da situação atual. O marcador equilibra a instabilidade da representação (projeto de existência de representação dado pelo “modo de ser de alguém que é *Eliane*”) entre os sujeitos e projeta como estabilidade intersubjetiva o valor reflexivo sobre o *SE*.

Por instabilidade da representação compreendemos o distanciamento entre alguém que “instancia a base nominal das ocorrências de predicação observadas por um mesmo sujeito no preconstructo (aquelas que o enunciador acredita serem as do seu interlocutor) e o sujeito da

representação em construção no intervalo de espaço-tempo da situação atual” (PRIA, SOUZA, 2019, p. 182).

Os exemplos ilustram que tomar classes morfolexicais com valores a priori, não é ingênuo e sim coerente com um projeto fundamentado quer na realidade física quer numa realidade transcendente<sup>125</sup>. Temos funcionamentos que se delineiam a cada construção. As tipologias de discreto, denso e compacto não correspondem a uma nova categorização, mas ao movimento criativo e também regulador que possibilita as condições iniciais da constituição dos enunciados. Por isso, estamos enfatizando, uma vez mais, que os textos dão por conhecer a trajetória de construção das representações, os caminhos possíveis de estabilização de valores que se determinam na situação enunciativa. Toda produção textual, por mais “simples” que seja, não corresponde a uma ocorrência textual isolada. As formas significam porque estão ancoradas em um determinado eixo de coordenadas espaço-temporais e intersubjetivas, isto é, na situação de prática de linguagem dos sujeitos.

Depreendemos, então, que noções gramaticais como agentividade e transitividade da forma como se descreve nos estudos com enfoque no aspecto estático são passíveis de questionamento, por não encontrar sustentação do ponto de vista da construção da significação na atividade linguageira. Vamos ilustrar essa intuição com as seguintes ocorrências:

(7) *A mão quebrada de Eliane impossibilitou-lhe de cortar as batatas.*

(8) *As batatas podres impediram que Eliane as cortasse.*

(9) *Que mentira que Eliane cortou as batatas! Ela não tem competência para isso.*

Em (7) as propriedades agentivas que se intuiria atribuir ao termo Eliane não são suficientes para deslanchar o processo cortar e conduzi-lo a uma finalização. A alteridade (outro, o mesmo) cria dificuldades. A quebradura na mão exerce força contrária à finalização do processo. Por meio de uma avaliação qualitativa, estabiliza-se que o estado de ser quebrada da mão exerce mais força causal que a força que se intui na origem do processo cortar.

Já em (8) observamos, novamente, a alteridade (outro, outro) criando dificuldades. O modo de ser de batatas (podres) tem mais força causal que a força colocada na origem do processo, isto é, novamente não se encontraram em Eliane propriedades agentivas suficientes para a obtenção de estados resultantes para o processo cortar.

Por fim, na ocorrência (9) a projeção de atribuição de propriedades agentivas ao termo nominal Eliane é totalmente eliminada. As marcas aspecto-modal (grande mentira, não tem

---

<sup>125</sup> Formulação elaborada por Albano Dalla Pria (2022) em um momento de orientação com a autora da tese.

competência) questionam o projeto de representação subjacente (<*alguém cortar alguém*> ou <*um ato de cortar para alguém*>). A alteridade (outro, o mesmo) coloca obstáculos na origem do processo de predicação, ou seja, o sujeito enunciador, ao observar ocorrências de atribuição da propriedade cortar ao termo Eliane, não encontra um grau de conformidade para avaliar tal predicação como adequada.

Na esteira de Rezende (2000, p. 196), queremos enfatizar que, em nossa reflexão, “Eliane”, sujeito do enunciado, é um “nome para o qual predicados ou propriedades são atribuídos, uma única vez (leitura específica), várias vezes (leitura genérica), por um sujeito enunciador, construindo, assim, outros nomes”. As questões de vericondicionalidade (se houve ação de cortar ou não, se foi Eliane ou outro alguém que cortou, se temos coisa cortada ou não, etc.) não fazem parte do escopo da análise. O fato que nos interessa, parafraseando Rezende (idem) é que houve atribuição, uma única vez, por alguém, de *cortar algo a alguém*. O resultado não é coisa cortada por alguém, mas coisa falada, enunciada, todo um esforço colocado em cena em cada ato de predicação.

Em outros termos, as análises que atribuem ao nome (Eliane) agentividade de princípio, medido pela disposição do argumento na cadeia sintagmática não flagra os movimentos de força que são efetuados sobre a relação predicativa (Eliane, cortar, algo). A alteridade ou agentividade, servindo-nos, novamente, das palavras de Rezende (2000, p. 211), “se sobrepõe facilitando, dificultando, em benefício de, em detrimento de, ou ainda, enquanto instrumento, meio, para que a relação predicativa inicial se deslanche”.

Retomemos, uma vez mais, o diálogo simulado, anteriormente, e façamos algumas outras inferências. Na ocorrência enunciativa “as” marca, por um lado, a flechagem de uma ocorrência da noção <ser batata>, de outro lado, situa essa ocorrência em relação a uma situação enunciativa. Por meio dessa operação é trazida à existência alguma coisa que ainda não está estabilizada do ponto de vista intersubjetivo. O marcador que sinaliza a busca pela estabilização é o ponto de interrogação e a expressão “por quê”.

Se, por um lado, o artigo “as” obstrui o caminho para outros possíveis. Por outro lado, “o seu pescoço”, enquanto marca de alteridade, abre caminho para outros possíveis. A resposta do sujeito Eliane desequilibra o sistema de representações, não só cognitivas, mas também linguísticas do sujeito 1. Essa instabilidade intersubjetiva pode ser observada na pergunta do sujeito Eliane (Ah, é?) e na assertiva, na sequência, que retoma o processo cortar e atribui outra possibilidade predicativa. A alteridade nocional foi questionada pela alteridade intersubjetiva subjacente (outro).

Sintetizando, compreendemos que: a propriedade agentiva não é inerente ao argumento (Eliane) que na retomada da relação <alguém ter cortado alguém> ou <um ato de cortar alguém por alguém>, determina-se como sujeito do enunciado; a propriedade transitiva (causalidade) não é inerente ao verbo cortar. E o valor reflexivo, seria inerente ao *SE*?

Dada a questão, apresentamos, a esquematização da relação primitiva do projeto de predicado que assegura a interpretação do enunciado de partida (negrito) e, na mesma medida, possibilita a abertura a outros possíveis. Vejamos:

<a R b>

<alguém ter cortado alguém> ou

<um ato de cortar alguém por alguém>

Podemos derivar do projeto de predicado, acima:

(10) *Eliane se cortou **com vontade** para interromper o preparo do prato.*

(11) *Eliane se cortou **de verdade** para interromper o preparo do prato.*

(12) *Eliane **espontaneamente** se cortou para interromper o preparo do prato.*

(13) *Eliane se cortou **intencionalmente** para interromper o preparo do prato.*

(14) *Eliane **de propósito** se cortou para interromper o preparo do prato.*

Nos enunciados de (10) até (14), temos ocorrências que reforçam a validação da relação (*alguém ter se cortado é o caso*) e localizam a representação no interior do domínio. As marcas de modalidade apreciativa, “com vontade”, “de verdade”, “espontaneamente”, “intencionalmente” e “de propósito” reforçam o valor reflexivo que se encontra no pronome *SE*. Já, em enunciados como:

(15) *Eliane se cortou, **mas foi pouco**, para interromper o preparo do prato.*

(16) *Eliane se cortou **um pouco** para interromper o preparo do prato.*

(17) *Eliane se cortou **de forma leve** para interromper o preparo do prato.*

(18) *Eliane se cortou **até onde podia** para interromper o preparo do prato.*

(19) *Eliane **talvez** se cortou para interromper o preparo do prato.*

Observamos que as ocorrências sinalizam uma dúvida quanto a validação da relação (*alguém ter se cortado é o caso até certo ponto ou que já não é o caso ainda o sendo*) e localizam a representação na fronteira do domínio. As marcas aspecto-modais, “mas foi pouco”, “um pouco”, “de forma leve”, “até onde podia”, “talvez” reforçam a projeção de transitividade (causalidade) e sinalizam bloqueios a confirmação da reflexividade (projeção de predicado) de *SE*. A unidade “talvez” pondera que *alguém ter se cortado já não é o caso ainda o sendo*, ou seja, situa a ocorrência em direção ao exterior. Já, as demais marcas aspecto-modais contribuem

para que as ocorrências caminhem na direção do interior, em que *alguém ter se cortado é o caso até certo ponto*. Por sua vez, em enunciados como:

(20) *Para não interromper o preparo do prato Eliane foi **prudente** e **não** se cortou.*

(21) *Para interromper o preparo do prato Eliane se cortou **de mentirinha**.*

(22) *Acredite! **É a mais pura verdade** que Eliane se cortou para interromper o preparo do prato.*

(23) *Para interromper o preparo do prato Eliane **inventou que** se cortou .*

As marcas do contexto encaixante, “prudente”, “não”, “de mentirinha”, “de verdade”, “é a mais pura verdade”, “inventou que”, sob o ponto de vista do espaço topológico, situam as ocorrências no exterior do domínio (*alguém ter se cortado não é o caso*). Encontra-se nesses enunciados uma inadequação de propriedades, seja do lado do argumento que se busca atribuir para um dado predicado, seja do predicado que se busca atribuir ao argumento que impede o deslanchar do processo, consequentemente não se valida o projeto de predicado. Embora *SE* antecipe o valor reflexivo, esse valor é mitigado por outras marcas no contexto enunciativo.

Em face da perspectiva dinâmica, a que sustenta nossa reflexão, estamos mostrando pelos enunciados, de 10 a 23, em relação parafrástica, a “distância entre o ponto para o qual a possível representação da relação predicativa aponta ou direciona e o ponto para o qual a representação construída por meio da relação enunciativa realmente pôde chegar” (REZENDE, 2000, p. 214).

A reflexividade atribuída a *SE* resulta da dinâmica de contextualizações da unidade com outras formas em um dado contexto. O valor da unidade se determina em razão dos modos pelos quais ela é colocada em relação com outras unidades que podem facilitar ou dificultar a construção de um dado conteúdo de pensamento.

Em outras palavras, dado o projeto de predicado *<alguém ter cortado alguém>* ou *<um ato de cortar alguém por alguém>*, múltiplos caminhos são ativados pela instanciação de noções que podem oferecer ou projetar possíveis resultados. No caso do enunciado reflexivo em questão, o marcador verbal *cortar* instancia um valor de identificação que foi construído por uma diferenciação (*o modo de ser de alguém que é Eliane se determina em relação a um dos diferentes modos de cortar*). O termo *SE* é anexado na superfície do enunciado para marcar que o termo de partida, que coincide com o termo de chegada, é resultado de uma propriedade experiencial dos sujeitos enunciadorees que intervém no processo de determinação das unidades constitutivas do enunciado.

Em outras palavras, o valor reflexivo está fundamentado na experiência variável dos sujeitos, que projetam tal valor no *SE*, na situação de produção e interpretação de textos, quer dizer na situação de prática de linguagem dos sujeitos. Isso também justifica casos em que, embora o *SE* esteja presente no enunciado, não se determina um valor reflexivo propriamente dito, tal como nos exemplos 20 a 23.

O valor reflexivo, descrito na superfície, deriva do mesmo núcleo semântico, com valor ativo (<*alguém ter cortado alguém*> ou <*um ato de cortar alguém por alguém*>). O valor de identidade, na superfície do enunciado, atribuído ao *SE*, constrói-se articulado com a alteridade (propriedades das noções semânticas; relação entre noções semânticas; relação entre o *eu* e o *outro*). Afinal, quando falamos:

(24) *Eliane<sub>1</sub> cortar Eliane<sub>2</sub>.*

(25) *Eliane cortar bolo.*

A atividade de linguagem sabe que Eliane<sub>1</sub> é igual a Eliane<sub>2</sub>? Ou ainda, sabe que Eliane é diferente de bolo? Ou são os sujeitos enunciadorees que sabem que Eliane<sub>1</sub> é igual a Eliane<sub>2</sub> e que Eliane é diferente de bolo e marcam essa igualdade, continuidade com *SE* na língua?

O enunciado *Eliane<sub>1</sub> cortar Eliane<sub>2</sub>*, tautológico, é importante porque orienta nosso olhar a observar a interação entre sujeito e objeto, não mais tomados como separados. Acreditamos que podemos visualizar melhor essa hipótese com algumas indagações, tais como: Ao se dizer *prato feito*, *feito* é propriedade somente de prato ou também do sujeito que executa, faz, ou observa outro a fazer o prato? Em *gado sacrificado*, *sacrificado* é propriedade somente do gado ou também da percepção do sujeito de que gado é algo passível de sacrifício? Em *João doente*, *doente* é uma propriedade estrita de João ou também resulta da interação do sujeito com o objeto, isto é, observação de estados de doente e não-doente? Na mesma direção, *Eliane se cortou*, *se cortou* é propriedade inerente de Eliane ou do sujeito enunciadoree que observa que, dentre o conjunto daqueles que cortam e daqueles que são cortáveis, as propriedades em questão são passíveis de serem atribuídas a Eliane?

Por fim, no enunciado de partida, “Eliane, enquanto fazia o prato *se cortou* e precisou interromper o preparo” remete ao projeto de predicado dado por <*alguém ter cortado alguém*> ou <*um ato de cortar alguém por alguém*>, as marcas “e precisou interromper o preparo” marcam a validação da relação (*alguém ter se cortado é o caso*) e localizam a representação no interior do domínio e contribuem para a determinação do valor reflexivo de *SE*. Não fosse “e precisou interromper o preparo”, ficaríamos na bifurcação dada pelo projeto de predicado <*alguém ter cortado alguém*> ou <*um ato de cortar alguém por alguém*>, aguardando por

asserções futuras que validem ou que não validem o projeto de predicado. Dito isso, passemos, ao terceiro enunciado.

**Enunciado 3:** Uma vez constatado estes e outros sinais que eu confio que sua antena feminina irá captar, use sua intuição para seguir em frente. **Sem vulgaridade, insinue-se.** Use principalmente o olhar, sem demorar mais de 3 segundos na encarada. Muitas mulheres hoje em dia esqueceram-se do seu valor, mas garanto que nenhum homem se apaixona por elas<sup>126</sup>.

A ocorrência enunciativa, em questão, chama-nos atenção por sua tonalidade imperativa, injuntiva. Notemos que a organização sintática demonstra que o sujeito enunciador busca exercer força sobre o coenunciador para que ele realize uma determinada ação, no caso, *insinuar-se*. Recordemo-nos que sujeito enunciador e coenunciador não correspondem a entidades físicas. Tais nomenclaturas demarcam posições enunciativas, pontos de vista acerca do mesmo predicado, que pode vir a ser suprimido, extinto ou validado dentro da situação enunciativa.

Ilustrando com as palavras de Franckel (2020), “não se trata de um sujeito que utiliza formas, mas de formas que traçam a atividade do sujeito<sup>127</sup>”, ou seja, modos de construir a representação linguística; imprimir, posicionar determinadas configurações (sintático, semânticas, pragmáticas) aquilo que se apresenta como um potencial horizonte de significação.

Dito isso, pergunta-se: é possível sustentar que *SE* expressa reflexividade em “**Sem vulgaridade, insinue-se**”?

Metodologicamente, formulamos o projeto de predicado do enunciado em questão:

<a R b>

<*alguém ter insinuado para alguém*> ou

<*um ato de insinuar para alguém*>

A forma verbal imperativa “insinue” remete ao desejo, à vontade, de alguém de que alguma coisa aconteça de um certo modo. A forma verbal remete, portanto, ao estado visado, e não ao estado resultante. Temos, portanto, projeção de predicado (<*um ato de insinuar para alguém*> ou <*alguém ter insinuado para alguém*>), e não ocorrência de predicado <*um ato de*

---

<sup>126</sup> Disponível em: <http://08na.blogspot.com/2009/10/sinais-que-ele-esta-afim-de-voce.html>. Acesso em: 10 ag. 2018.

<sup>127</sup> Nota do curso “Atividade de linguagem, diversidade e singularidade das línguas em Antoine Culioli” com Dr. J.J. Franckel. (03 de novembro de 2020).

*insinuar para alguém*> é o caso ou <*alguém ter insinuado para alguém*> é o caso, tal que “alguma coisa foi insinuada por alguém”.

Uma ocorrência de predicado se obtém quando há atribuição de predicado para um dado argumento, isto é, através da predicação, tal como <*um ato de insinuar para alguém*> ou <*alguém ter insinuado para alguém*>, é validado. Não temos marcas de asserção que nos permitam dizer que passamos de uma possível reflexividade (projeção de predicado) para uma reflexividade de fato (ocorrência de predicado).

A reflexividade seria, nesse caso, uma propriedade inerente do *SE*, isto é, a reflexividade seria um valor próprio do *SE*. Questionamos se ela não seria também a expressão do desejo e da vontade de alguém que visa a estabilização do conteúdo de pensamento (dado em termos de um projeto de predicado, que pode estar validado ou não, não sabemos) de um certo modo?

Para tanto, consideremos, algumas manipulações:

(1) *Eu disse: sem vulgaridade, insinue-se, **mas** você se insinou **com** vulgaridade.*

(2) *Eu disse: sem vulgaridade, insinue-se, **porém** você se insinou **com o máximo** de vulgaridade.*

(3) *Eu disse: sem vulgaridade, insinue-se, **contudo** você **não** se insinou sem vulgaridade.*

(4) *Eu disse: sem vulgaridade, insinue-se, **entretanto** você **não sabe** se insinuar sem vulgaridade.*

(5) *Eu disse: sem vulgaridade, insinue-se, **porque** você **sempre** se insinou **com** vulgaridade.*

Os enunciado acima põem em realce o modo como o projeto de predicado dado por “você se insinou” localizam a representação no exterior do domínio, onde se encontram ocorrências de predicação (atribuição de predicado para um dado argumento) que não são o caso.

As unidades “mas”, “com”, “porém”, “com o máximo”, “contudo”, “não”, “entretanto”, “não sabe”, “porque”, “sempre” enfatizam a não validação da relação no processo para o qual insinuar remete. Ou seja, se o que valida a relação é a ausência de vulgaridade no processo para o qual insinuar remete, com vulgaridade, remetendo à presença de vulgaridade no processo é marca da não validação da atribuição predicativa ao argumento. A modalidade apreciativa “com o máximo” é marca da condução do projeto de predicado ensejado à sua não construção. Aquilo que o sujeito enunciator comparou, avaliou, em relação a um ponto tido

como o desejável, o esperado para o processo insinuar, não encontra nenhum grau de conformidade na ocorrência atual. Vejamos alguns outros enunciados:

(6) *Eu disse: sem vulgaridade, insinue-se. Porém, com um pouco de vulgaridade você se insinou.*

(7) *Eu disse: sem vulgaridade, insinue-se. Você se insinou sem vulgaridade até onde podia.*

(8) *Eu disse: sem vulgaridade, insinue-se. Você se insinou sem vulgaridade somente naquela festa.*

(9) *Eu disse: sem vulgaridade, insinue-se. Você se insinou sem vulgaridade, mas ainda foi pouco.*

Nas ocorrências de (6) até (9), as unidades aspecto-modais “porém, com um pouco”, “até onde podia”, “somente naquela festa”, “mas ainda foi pouco” marcam a entrada da representação na fronteira do domínio de validação do predicado, em que são o caso até certo ponto ou que já não o caso ainda o sendo. “Somente naquela festa” assegura a estabilidade espaço-temporal para que uma ocorrência de insinuar se construa, mas não é marca da validação da predicação a um dado argumento. Ficamos com uma ocorrência de (projeto) predicado instável, carecendo de marcas assertivas para sua validação.

Queremos mostrar com a nossa argumentação que o potencial valor reflexivo de *SE*, nesse caso, assim, como nas ocorrências de (1) até (5) é questionado, tendo em vista que o predicado não validado implica a reorganização do domínio e a projeção de outro predicado. Ficamos com a antecipação de um valor em face daquilo que é tomado pelo enunciador como relativamente estabilizado na sua relação com o outro.

Vejamos, ainda, outros enunciados:

(10) *Eu disse: sem vulgaridade, insinue-se. Você se insinou sem vulgaridade em conformidade com a orientação.*

(11) *Eu disse: sem vulgaridade, insinue-se. Você se insinou sem vulgaridade, o tempo de aprendizado foi suficiente.*

(12) *Eu disse: sem vulgaridade, insinue-se. Você se insinou sem vulgaridade, porque o local era muito requintado.*

As unidades “em conformidade com a orientação”, “o tempo de aprendizado foi suficiente”, “porque o local era muito requintado” marcam a entrada da representação no interior do domínio de validação do predicado em relação a um gradiente de ocorrências que são o caso. As apreciações positivas feitas por quem enuncia, “em conformidade”, “suficiente”,

“local requintado” sinalizam que a alteridade está facilitando e permitindo a finalização do processo ensejado (*insinuar-se*) com a obtenção de estados resultantes ( *você sem vulgaridade insinuada por você, é o caso*).

Em linhas gerais, ponderamos, uma vez mais, nossa hipótese de que a reflexividade expressa por *SE* é resultado de uma projeção de identificação dos argumentos **a** e **b** do esquema  $\langle a R b \rangle$ , isto é, uma antecipação entre a identificação de **a** e **b** independentemente de quais sejam os termos que instanciam esses lugares.

Ousamos dizer que *SE* antecipa o modo de apreender a percepção, a realidade percebida pelo sujeito. Em termos mais filosóficos, a escolha do termo linguístico, condicionada pela predicação lógica como inerentemente reflexiva, resulta de uma soma de observações de processos tomados como causa eficiente aristotélica que induzem a um resultado previsto, já que os objetos em relação estão rigorosamente determinados e ligados.

Importante notar que em *Maria se vestiu* ou *Maria se arrependeu* ficamos com a impressão de que é próprio do *SE* marcar a reflexividade, não se questiona o processo de obtenção de tal valor. Assume-se um contexto demasiado estabilizado, quer dizer, o diálogo com o outro, o diferente, fica bastante reduzido, para não se dizer idealizado. Por fim, ao se tomar os termos isolados com qualidades determinadas, constroem-se objetos limpos de todo equívoco e ambigüidade. Esse seria o anseio de um certo tipo de ciência que almeja um “ideal do conhecimento” (MERLEAU-PONTY, [1945] 2018, p. 33).

Dito isso, façamos uma parada para produzirmos algumas manipulações acerca das relações de agentividade, valendo-nos da forma verbal *insinuar*:

(13) *Maria insinuou que João mentiu no tribunal.*

Nossa experiência rotineira costuma confundir sujeito sintático com agente, como se lê em Culioli (1995, p.150), “quando há movimento de um estado para outro, há agentividade e ausência de agentividade quando não há nenhum<sup>128</sup>”. Em outras palavras, compreendemos por agentividade o movimento de ser ativo em um processo, aquilo que gera uma transformação. Vejamos:

(14) *A mesa está quebrada.*

(15) *A mesa foi quebrada.*

Os estudos gramaticais afirmam que em (14) não se supõe necessariamente um agente, uma mudança. Apenas se observa o dizer de algo (modo de ser, atribuindo uma qualidade) a

---

<sup>128</sup> No original: “when there is movement from one state to another, there is agentivity, and no agentivity when there is none. (CULIOLI, 1995, p. 150).

respeito de alguma coisa (a mesa). Por sua vez, (15) supõe uma relação entre forças. Isto é, uma configuração do processo em que o aspecto verbal resultativo (*foi quebrada*) marca o movimento que resulta uma transformação. Por fim, uma diferenciação entre um primeiro e um segundo momento; em que a cadeira não estava quebrada e o momento presente (enunciado) em que está.

Podemos visualizar essa trajetória explicitada nos manuais tradicionais em: *se foi quebrada é porque possivelmente estava em estado de inteireza antes*. O valor resultativo seria construído por meio da asserção que validaria uma informação anterior, *mesa não inteira no momento, é o caso*.

Por outro lado, a linguística construtivista que ancoramos nossa reflexão, argumenta que os enunciados em tela colocam em questão o modo como alguém fez que alguma coisa (chamada mesa) seja de um certo modo. É o papel de alguém no modo de ser de mesa que está em questão. O modo como o sujeito observa os sujeitos no processo que vai contribuir para a determinação do modo de ser de mesa. Dito isso, questiona-se, em (13) temos agentividade, transformação?

O termo *Maria* remete a um agente na experiência do sujeito enunciator, isto é, um termo que congrega um conjunto de propriedades, tais como: agentividade/volição; consciência/percepção sobre seu papel no processo; por sua vez, o termo *João* também pode remeter a um agente, mas na formulação supracitada *João* ocupa, na cadeia sintática, conforme o viés gramatical, a função de complemento do verbo transitivo *insinuar*.

O sujeito sintático (*Maria*) e o complemento (*João mentiu no tribunal*) são diferentes, não estão identificados, ao contrário do que nos diz os estudos tradicionais. João é complemento de Maria? João é o objeto do insinuação feito por Maria? João é aquele que recebe a ação de insinuar? Se o complemento tem obrigação de completar a significação de algo, então, João completa a falta que existe em Maria insinuou?

Essas indagações, ainda que ingênuas, nos possibilitam refletir sobre como os raciocínios automatizados, em que propriedades ou predicados, assim como indivíduos, entidades, são objetos dados, já construídos, e sobre como a relação de atribuição de propriedades às entidades é algo previsível. O mesmo se aplica às relações que os objetos estabelecem entre si. Argumentamos que *insinuar* não é um predicado tão objetivo, assim como, *Maria* e *João* não são objetos tão determinados quanto quer um certo ponto de vista teórico.

Retomando a problemática da agentividade, ressaltamos que na atividade de linguagem colocada em ato numa situação particular de diálogo não temos o determinismo que

atribui a Maria, sujeito sintático, a propriedade agentiva. Defendemos, conforme os postulados da TOPE, que são os sujeitos enunciadores que têm essa intuição<sup>129</sup> de que insinuar refere uma força que produz um efeito – insinuado, e de que o outro, no caso, João é algo passível de ser transformado pelo processo insinuar.

Questionando os argumentos pautados na predicação lógica, afirmamos que não, por compreendermos que a predicação e a enunciação devem ser entendidas como eventos em processo. Assim, a relação estabelecida entre os termos na formulação (13) não apontam se houve transformação, não temos marcas aspecto-modais que sinalizam uma alteração na situação atual de discurso, antes, observamos a atribuição de propriedades para os termos *João* e *Maria*.

O sujeito enunciator vem atribuindo ao termo *João* a propriedade de ser mentiroso, dentre outras que podem ser atribuíveis, visando obter como resultado, *João como aquele que mente*; na mesma direção, o processo insinuar cujo termo de partida é *Maria* visa obter como resultado, *algo insinuado*.

Consideremos outros exemplos:

(16) *Pedro desmontou o caderno.*

(17) *O caderno desmontou-se por sua fragilidade.*

(18) *O caderno desmontou-se por ser feito de péssimo material.*

É consenso nos estudos gramaticais, tal como já referido em outros momentos de nossa reflexão, que em (16) a unidade *Pedro* corresponde ao termo agentivo. Por sua vez, em (17) e (18) o termo *caderno* não ocupa essa categoria por ser classificado como um elemento destituído de força, ação, vontade para deslanchar o processo visado. Essa percepção problemática não considera que, por um lado, *caderno* é o localizador da ocorrência de *desmontar* e também é o termo que atualiza o processo *desmontar* (aquele que age). Isto é, as propriedades *fragilidade* e *péssimo material* de *caderno* são tomadas pelo sujeito enunciator como sendo a causa do *desmontar*. *SE* marca linguisticamente a confirmação de que está nas propriedades de *caderno* a própria agentividade. Explicitando teríamos:

(19) *O caderno desmontou-se (ele por si mesmo) por sua fragilidade.*

(20) *O caderno desmontou-se (ele por si mesmo) por ser feito de péssimo material.*

O que objetivamos demonstrar, basicamente, é que a prática de linguagem não confirma, por vezes, os conceitos da teorização gramatical (transitividade, reflexividade,

---

<sup>129</sup> Em TOPE observamos como a intuição é colocada em funcionamento em relação a uma situação. Essa situação, por sua vez, implica variação espaço-temporal e entre sujeitos. Logo, aquela intuição passa a ser compreendida dentro do contexto.

agentividade). Já que em nossa perspectiva, tais conceitos, são resultado do trabalho dos sujeitos em se fazer compreender, significar.

Passemos a direcionar nossa atenção, uma vez mais, para o *SE* reflexivo nas seguintes construções:

(21) *Maria se insinuou.*

(22) *Maria se insinuou para o cliente coagida pelo café.*

A formulação (21), encontrada em compêndios gramaticais tradicionais, arrasta uma ambiguidade de fundamento, uma presunção de reflexividade, tal como já descrevemos. A presença do termo *SE* pode ser questionada quando tematizamos o primeiro argumento, visto que nem sempre a origem do processo é o sujeito. E, ainda mais, tanto no plano de atribuição do predicado ao argumento quanto no plano do processo insinuar, temos movimentos de forças em jogo que ora podem estar dificultando ou favorecendo que o processo se desenvolva e chegue a bom termo.

Numa ótica gramatical, afirma-se que não era da vontade de Maria se insinuar, quer dizer, que não houve agentividade, movimento de Maria no processo insinuar ou que Maria é afetada pelo processo sem que tenha sido de sua vontade tal afetação. Conclui-se que o termo Maria ocupa o lugar de agente na cadeia sintagmática, mas destitui-se do termo a propriedade agentiva.

Vejamos que a análise gramatical que toma as unidades de língua como depósito que acumula valores historicamente constituídos não consegue observar que *SE* antecipa a identificação entre termos e que antecipa a identidade desses termos, mas que nem por isso a reflexividade (termos identificados) é própria ou inerente ao *SE*, o efeito reflexivo é obtido pelo ajustamento entre forma e conteúdo.

Ao observarmos (22), o termo *coagida* aponta na direção da não validação do preconstructo *Maria ter se insinuado não é o caso*. Assim, Maria passa a ser obstáculo para a obtenção do estado resultante *Maria insinuada*. O sujeito enunciador encontra no termo *café* a agentividade necessária para superar o obstáculo colocado por Maria não agentiva. Ao explicitarmos as relações causais entre origem e objetivo e relacionando-as às posições dos termos constitutivos do enunciado, obtemos: *O café faz que Maria faça alguma coisa* ou *O café faz que Maria se insinue*.

Estamos mostrando que o termo Maria pode obstruir o evento insinuar-se, pois, se não encontro agentividade numa dada ocorrência de Maria, como validar a relação predicativa de maneira a se obter estado resultante Maria insinuada? Como obter o efeito

reflexivo atribuído a *SE* se não encontro em Maria agentividade, força para se chegar ao ponto onde o processo insinuar se determina como processo finalizado?

Ora, por isso estamos sublinhando que se, por um lado, a alteridade enquanto o mesmo (uma dada ocorrência de Maria sem agentividade) coloca obstáculo para o processo insinuar-se, por outro lado, esse obstáculo é superado pela alteridade enquanto outro (uma dada ocorrência de cafetão dotada de agentividade). Em síntese, todo ato predicativo que nasce da atividade de linguagem, inclusive aquele que conhecemos nos arranjos léxico-gramaticais sob o rótulo de reflexividade, se constrói sobre uma alteridade mínima que seja.

*SE* é a expressão da reflexividade (uma categoria) em certos contextos ou seriam os condicionamentos do contexto (morfologia e posição numa sequência linear) que transmitem essa intuição? Dada a indagação, passemos à quarta sequência textual que compõe nosso corpus de reflexão.

**Enunciado 4:** “Eu morro, mas não abandono minha fé”, gritou. **O deputado, que se**<sup>130</sup> **disse** “perseguido” e alvo de uma “ditadura”, pediu apoio dos fiéis contra os manifestantes<sup>131</sup>.

O referido enunciado nos inquieta e causa desconforto por dois fatores: presença de um discurso reportado em que se utilizam fragmentos da fala do entrevistado na forma escrita do texto, revelando a intrínseca relação entre enunciadorees; presença do verbo bitransitivo (dizer), que na composição frasal, pode ser identificado como um exemplar de conjugação pronominal reflexa.

Como já apresentamos no correr de nossa reflexão, não há unanimidade entre os estudos tradicionais no que se refere à questão da conjugação reflexiva. Citem-se três acepções:

✓ Conjugação pronominal reflexa: sempre que “um verbo pode ser conjugado com um complemento”, se denomina “reflexa se o pronome é da mesma pessoa que o sujeito” (LOPES, 1992, p. 35).

✓ Pronome reflexivo: “Quando o objeto direto ou indireto representa a mesma pessoa ou a mesma coisa que o sujeito do verbo, ele é expresso por um pronome reflexivo” (CUNHA, CINTRA, 2017, p. 293).

---

<sup>130</sup> Trata-se de uma caso especial da conjugação reflexiva, equivalente a uma construção de infinitivo: O deputado, que se disse “perseguido” e alvo de uma “ditadura”; O deputado, que **disse ser** “perseguido” e alvo de uma “ditadura”; ou ainda: "O deputado, que **disse que era** “perseguido” e alvo de uma “ditadura”.

<sup>131</sup> Disponível em: <https://amp-mg.jusbrasil.com.br/noticias/100429316/feliciano-diz-que-comissao-era-dominada-por-satanas-antes-de-sua-chegada>. Acesso em: 15 ag. 2018.

✓ Tipologia verbal: “verbos que, em um dado contexto, têm um argumento pronominal”, ou seja, *são conjugados de maneira reflexiva em um dado contexto de uso*, com ou sem correspondência semântica entre sujeito e complemento, como “prejudicar-se e envolver-se” (PERES, MOIA, 1995, p. 419, grifo nosso).

Notemos, uma vez, que não conseguimos estabelecer de modo coeso uma classificação ou conceituação para a reflexividade. Reiteramos que não estamos contra o fato (porque é um fato empírico) de que certos usos de *SE* têm valor reflexivo. Contudo, argumentamos que o valor do termo se determina pelos modos pelos quais ele é colocado em relação com outras unidades. O valor reflexivo não é inerente ao termo.

Em outras palavras, para além das incongruências descritivas, defendemos que a reflexividade não é exclusiva de *SE*, antes é produto do diálogo entre as unidades. Assim, metodologicamente, partimos dos seguintes esquemas:

*<a R b>*  
*<alguém ter dito algo para alguém>* ou  
*<um ato de dizer para alguém>*

Convém observar que na ocorrência “o deputado, que se disse perseguido”, a forma verbal “disse”, apesar de conjugada no pretérito perfeito, descrita como uma ação momentânea e determinada no tempo, no contexto enunciativo, remete ao desejo, à vontade de alguém de que *alguma coisa* aconteça de um certo modo.

A forma verbal refere-se, portanto, ao estado visado, e não ao estado resultante. Temos, desse modo, projeção de predicado (*<alguém ter dito algo para alguém >* ou *<um ato de dizer para alguém >*), e não ocorrência de predicado *<um ato de dizer para alguém>* é o caso ou *<alguém ter dito algo para alguém>* é o caso.

A presença da marca modal “que” sinaliza a abertura para outras possibilidades interpretativas: “*O deputado disse / não disse / talvez disse que era perseguido, eu acho*”. O sujeito enunciador projeta o possível, que seja localizar uma dada ocorrência de predicado no interior do domínio, e lança essa projeção para o futuro, para sua eventual validação.

Consequentemente, no enunciado em questão não temos marcas de asserção que nos permitam dizer que passamos de uma possível reflexividade (projeção de predicado) para uma reflexividade de fato (ocorrência de predicado). Posto isto, indagamos: a reflexividade seria, nesse caso, uma propriedade de *SE*, isto é, seria um valor inerente ao *SE* ou seria a expressão do desejo e da vontade de alguém que visa à estabilização do conteúdo de pensamento (dado em termos de um projeto de predicado) de um certo modo?

Importa notar que o enunciado selecionado traz marcas de um texto mediativo, “categoria gramatical que, por meio de procedimentos gramaticais, expressa o distanciamento e o não engajamento do locutor em relação aos fatos que relata<sup>132</sup>” (GUENTCHÉVA, 1995, p. 301). Assim, o sujeito enunciativo, por meios lexicais e sintáticos, faz referência a situações das quais ele não assume a responsabilidade, sobre conhecimento obtido de forma indireta. Logo, as formulações permitem que se manifestem diversos graus de distanciamento em relação ao conteúdo da própria mensagem. Dito isso, consideremos algumas ocorrências:

- (1) *Eu disse: O deputado **não** se disse perseguido **pela oposição**.*
- (2) *Eu disse: O deputado **nunca** se disse perseguido **pela oposição**.*
- (3) *Eu disse: O deputado **jamais** se disse perseguido **pela oposição**.*
- (4) *Eu disse: O deputado se disse perseguido, **porém, a perseguição pela oposição é somente fruto de sua imaginação**.*

Se o que valida a relação é a presença de perseguição no processo para o qual “dizer” remete, “sem perseguição”, remetendo à ausência de perseguição no processo, é marca de não validação da relação. Temos um projeto de predicado dado por “alguém se diz perseguido” e a localização/estabilização da representação no exterior do domínio, onde se encontram ocorrências de predicação (atribuição de predicado para um dado argumento) que não o caso.

As unidades negritadas, nos exemplos, enquanto marcas aspecto-modais, explicitam que a predicação em questão não conseguiu chegar a estados resultantes. Nas relações de força em jogo, no plano do processo de atribuição do predicado ao argumento, encontramos propriedades em falta, inadequadas, que dificultam que o predicado seja atribuído ao argumento.

Consequentemente, o potencial valor reflexivo de *SE*, nesse caso, não se estabiliza, haja vista que, não temos marcas da validação da relação (alguém se diz perseguido é o caso). Os enunciados situam e equilibram o projeto de predicado. Sua validação é lançada para asserções futuras. Passemos a observar algumas outras manipulações:

- (5) *Eu disse: O deputado se disse **tão** perseguido pela oposição **que não tem saído de casa**.*
- (6) *Eu disse: O deputado se disse **muito** perseguido pela oposição **que não tem saído de casa**.*

---

<sup>132</sup> No original: “catégorie grammaticale qui, au moyen de procédés grammaticaux, exprime la distanciation et le non engagement de l’énonciateur à l’égard des faits qu’il rapporte”. (GUENTCHÉVA, 1995, p. 301). .

(7) *Eu disse: O deputado se disse **extremamente** perseguido pela oposição **que não tem saído de casa.***

(8) *Eu disse: O deputado se disse perseguido pela oposição **tanto que não tem saído de casa.***

Os adverbiais negritados, enquanto marcas aspecto-modais (favoráveis), marcam a entrada da representação no interior do domínio de validação do predicado em relação a um gradiente de ocorrências que são o caso. Nos enunciados em questão, o sujeito enunciator observa que *o deputado, nosso conhecido, se disse perseguido*. Ratifica-se através do contexto encaixante a estabilidade da predicação dada por “alguém se diz perseguido” e se localiza a representação no interior do domínio, ou seja, todos os obstáculos, enquanto alteridade, observadas nas ocorrências de (1) a (4) foram desconsiderados. Por sua vez, em:

(9) *Eu disse: O deputado se disse perseguido pela oposição **mas vive frequentando as baladas.***

(10) *Eu disse: O deputado se disse **um pouco** perseguido pela oposição.*

(11) *Eu disse: **É verídico que** o deputado se disse perseguido pela oposição?*

(12) *Eu disse: **Aparentemente** o deputado se disse perseguido pela oposição.*

Nas formulações de (9) até (12) as unidades aspecto-modais negritadas marcam a entrada da representação na fronteira do domínio de validação do predicado, em que são o caso até certo ponto ou que já não o caso ainda o sendo. A formulação, “mas vive frequentando as baladas”, assegura a estabilidade espaço-temporal para que uma ocorrência de “dizer” se construa, mas não é marca da validação da predicação a um dado argumento. Ficamos com uma ocorrência de (projeto de) predicado instável, carecendo de marcas assertivas para sua validação.

Os enunciados de (1) até (12), em relação parafrástica, ilustram os processos de determinação, construção de representações, ou seja, a possibilidade ou não de se atribuir o predicado para um dado argumento. Notemos que para o projeto de predicado <alguém ter dito algo para alguém> ou <um ato de dizer para alguém> não está construído, determinado e nem antecipado no preconstructo que os argumentos se identificam. Tanto pode estar construído para os sujeitos que os argumentos se identificam quanto pode estar construído que não se identificam.

Queremos mostrar, com a nossa argumentação, basicamente, que se pode construir um aparente determinismo entre as bases argumental e predicativa, tal como encontrado, por exemplo, em “O deputado se disse perseguido”, como também se pode eliminar esse aparente

determinismo, tal como e, “O deputado até certo ponto se disse perseguido”. Quando se libera o determinismo entre as bases argumental e a predicativa, é mitigado o valor reflexivo que se encontra no pronome *SE*.

Portanto, defendemos que a diátese reflexiva, bem como a instanciação do termo em base nominal (o deputado) como origem do processo (dizer), se constitui como um valor visado, um valor que está sendo buscado. Afinal, recordemo-nos que no enunciado de partida o sujeito enunciativo não assume a orientação causal gerada pelo projeto de predicado. Em outras palavras, o enunciativo “não põe em causa o valor de asserção, antes constrói uma asserção complexa, pela introdução de uma distância subjetiva, construída sobre o tipo de raciocínio ou a fonte enunciativa que sustenta a asserção” (OLIVEIRA, 2013, p. 40).

À vista disso, a reflexividade de *SE*, para o enunciado supracitado, resulta de uma antecipação fundamentada na experiência variável dos sujeitos em face daquilo que é tomado pelo enunciativo como relativamente estabilizado na sua relação com o outro. No enunciado não encontramos marcas favoráveis ou desfavoráveis que orientem a representação ao seu término. Uma vez que o predicado não é validado, implica-se a reorganização do domínio e a projeção de outro predicado.

Ainda que *SE* passe a ideia de que os argumentos entram na representação enunciativa já identificados, isso só é possível porque outras marcas do contexto encaixante contribuem para a construção da representação desse estado de coisas. Por fim, no enunciado recortado, a reflexividade de *SE* se constrói por esse hiato. A trajetória nem sempre bem sucedida de instanciação de representações abstratas em representações linguísticas.

A instabilidade descrita acima lembra, de certo modo, as reflexões de De Vogüé e Paillard (2011) quando ponderam que toda configuração enunciativa se constrói vinculada ao domínio da alteridade. Uma alteridade deformável e interna à língua “calculada a partir do arranjo de marcas que constituem o enunciado”. (idem, p.148). Retomemos o enunciado de partida:

(13) *O deputado, que se disse “perseguido” e alvo de uma “ditadura”.*

(14) *O deputado disse **estar sendo** perseguido e alvo de uma ditadura.*

Em (14) notamos que o sujeito enunciativo assume a relação predicativa (<alguém ter dito algo para alguém > ou <um ato de dizer para alguém >) e, ao validar a relação, passamos a ter uma ocorrência de predicado “alguma coisa foi dita por alguém”. Os termos negritos, enquanto marcas de asserção (positiva), exprimem o engajamento do sujeito enunciativo a respeito daquilo que está sendo predicado como fato.

Já em (13), como foi dito, observamos que, com a presença de *SE* e o uso de aspas, configura-se um certo distanciamento do sujeito enunciador em relação ao conteúdo proposicional do enunciado que constrói. Há, no enunciado, “uma ruptura, (no sentido de ausência de alteridade)”<sup>133</sup>, entre o sujeito enunciador e o objeto do discurso.

Ora, é interessante constatar que, no enunciado (13), a presença de *SE* atenua que o objeto do discurso não corresponde a uma coisa material, mas a uma ação ou possível ação de um indivíduo (o deputado). Não conseguimos identificar na construção o grau de engajamento do sujeito enunciador em relação ao seu próprio enunciado. No caso, ao se desresponsabilizar por aquilo que diz, atribui a validação da relação predicativa a um outro e atenua que a predicação ao objeto do discurso seja produto de uma suposição, possibilidade. Seria algo como: se o que digo for de fato considerado verídico, eu posso eventualmente ter sido aquele que falou sobre isso, o responsável; já, se o que digo for de fato considerado inverídico, eu não disse nada.

As questões acima levantadas ganham endosso na fala de Rezende (2000, p. 248, grifo nosso) quando esta diz que,

[...] um discurso omissivo, é o *discurso da ineficácia*. Na medida em que *não nos comprometemos, nos comprometemos muito mais; queremos esmagar o outro, acabamos por esmagar a nós mesmos. Se não há construção do outro, não há construção de si próprio.*

Com efeito, no enunciado recortado não temos marcas que permitam precisar as relações intersubjetivas. Consequentemente, observamos um abalo da intuição de que os argumentos, tanto em base argumental quanto em base predicativa, estão determinados de princípio. O potencial valor reflexivo de *SE* fica mitigado, disperso. O discurso omissivo, ao buscar que o outro seja absorvido, projeta o possível, se enuncia sobre a possibilidade de construção de um objeto, lançamos a projeção da eventual validação do conteúdo para o futuro. Tudo leva a afirmação, portanto, de que a reflexividade (categoria) atribuída ao pronome *SE*, em certos casos, resulta de uma leitura centrada em aspectos formais de condicionamentos do simbólico (morfologia e posição numa sequência linear) que transmitem essa intuição.

### 3.1 Um gesto de síntese

---

<sup>133</sup> REZENDE, 2000, p. 283.

Como se lê em Franckel (2011, p. 120, grifo nosso), “o sentido de uma palavra considerado em *si próprio* é constitutivamente *opaco*”. Essa constatação corrobora a assertiva de que a significação de uma palavra emerge ao ser contrastada nos diferentes meios textuais em que se insere.

Desse modo, tomamos cada enunciado com *SE* reflexivo como resultado do esforço empreendido pelo sujeito que busca regular a sua experiência particular com a “diversidade de experiências, de formas de expressão e de meios expressivos com quais entra em contato” (PRIA, 2013, p. 52).

Acatando a orientação culioliana, buscamos reconstruir o percurso da atividade de linguagem com suas noções primitivas (feixes de propriedades) e operações elementares (modos de derivação e modulação) que possibilitam o engendramento dos arranjos de toda língua natural. Por esse viés, notamos que o valor bruto da unidade, bem como a reflexividade, “é sempre um valor abstrato, uma *épura*, não uma designação, *é um potencial* e não um conteúdo” (FRANCKEL, 2011, p. 23, grifo nosso).

Com base na acepção teórica acima aludida, compreendemos que a descrição de *SE* reflexivo, por um lado, se fundamenta na natureza empírica, pois o valor singular está atrelado a sua integração em um enunciado, e, por outro lado, se fundamenta na natureza operatória, pois a unidade é um vestígio de representações cognitivas que aponta para as operações da linguagem.

A partir das reflexões empreendidas nesta seção, propomos, em gesto de síntese:

1. A reflexividade atribuída ao pronome *SE* está intimamente ligada aos mecanismos de transitividade.

O conceito de transitividade *stricto sensu* em língua é resultado de uma interpretação do conceito de causalidade que opera uma restrição sobre os dados. Essa constatação surge das descrições observadas nos manuais tradicionais que, ao tomar como fundamento princípios ontológicos de causalidade, que estabelece que a evolução de um objeto pode ser prevista por meio da matéria que lhe constitui e das ações que o referido objeto sofre dos demais. Portanto, posta a causa, posto o efeito. Consequentemente, nenhum efeito pode ocorrer ou permanecer existente sem a correspondente causa que o precede, como também toda causa produz necessariamente seu efeito.

Traduzindo em termos mais linguísticos, o conceito de transitividade se apoia na tese de um mix de critério sintático e semântico em que se foca a relação argumentativa entre um sujeito e seu argumento (objeto) tomados em redes interpretativas distintas, nas quais, predicam-se propriedades ao sujeito a partir de sua posição na cadeia frasal e observa-se a transformação do objeto mediante propriedades interpretativas do verbo.

Vejamos que a transitividade passa a ter como pressuposto, tal como já dito no correr de nossa reflexão, a ideia de que apenas o argumento em base predicativa se transforma, isto é, se constrói ou se determina, e que essa transformação não tem efeito sobre o argumento em base argumental. Em termos mais grosseiros, poderíamos dizer que a transitividade é resultado ou a causa do processo que ajusta formas/conteúdos já conhecidos:

Causa → *João corta o pão.*

Efeito → *O pão cortado.*

Isso induz-nos à constatação de que basicamente, a transitividade tratada nos compêndios gramaticais ao evidenciar a não coincidência entre os argumentos a transformação do objeto, foca no conteúdo da oração, embora o conceito de predicação (na gramática tradicional) foque na determinação (o que se intitula “acrescentar propriedade”) do sujeito gramatical. Em síntese, irrompe um ponto problemático. Afinal, predicam-se propriedades ao sujeito gramatical, mas é o argumento em base predicativa que se transforma.

Ora, é interessante constatar que, na medida em que o processo *cortar pão* visa determinar o sentido de *João*, ao fazê-lo, *pão* se especifica juntamente. O resultado da predicação (atribuição de *cortar pão* para *alguém* que é *João*) tem efeito não somente sobre *João*, que se construiu como *cortador de pão*, mas também sobre *pão*, que não pode ser tomado como uma ocorrência qualquer de *pão*, mas como uma ocorrência em relação à qual *João* se determina como *cortador de pão*.

Parece-nos que, primeiro, os conceitos de transitividade (relações de força) e predicação (determinação de um argumento pela atribuição de propriedade) não dialogam no cenário gramatical clássico e, segundo, os dados ultrapassam o conceito *stricto sensu*, ou seja, remetem a outras formas de “transitividade” que ficam marginalizadas ou encapsuladas sob o mesmo rótulo categorial.

Os enunciados recortados em nossa reflexão, em especial as ocorrências três e quatro, remetem a essas outras formas de transitividade em que estudos gramaticais dão a mesma explicação para fatos distintos, que não são semelhantes. Note-se que a tradição postula instrumentos teóricos que abstraem da situação de diálogo e do valor singular do dado. Isso tem

por objetivo promover a homogeneização da linguagem para, posteriormente, se argumentar que a homogeneidade é um valor próprio da linguagem.

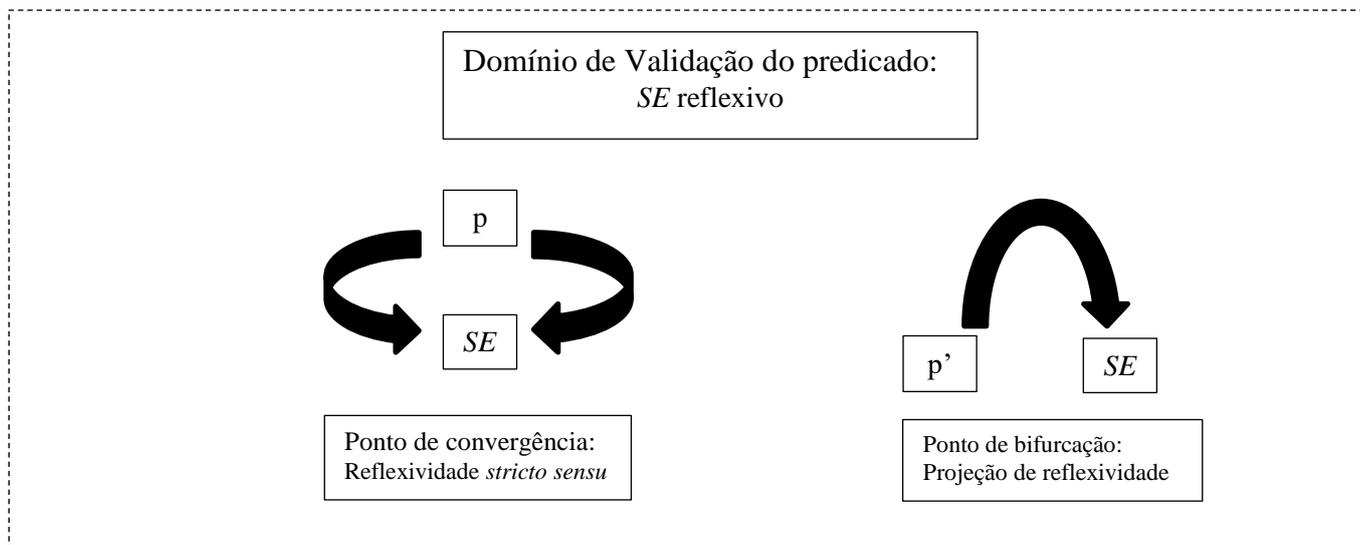
A tradição, sustentada não pela observação do empírico, mas pela idealização do dado linguístico vai admitir, contra as evidências empíricas, isto é, contra a observação da linguagem em ato, que não abstrai da singularidade (do valor singular) do dado, que *SE* expressa reflexividade em “*Sem vulgaridade, insinue-se*” e “*O deputado, que se disse ‘perseguido’*”, por exemplo.

Tais reflexões levam-nos, uma vez mais, a ponderar que a reflexividade de *SE* resulta das relações de força (que pode estar favorecendo ou dificultando) em diálogo, seja no plano do processo de atribuição do predicado ao argumento, seja no plano do desenvolvimento do processo. Consequentemente, argumentamos que a construção da representação linguística intitulada como reflexividade conserva o princípio de transitividade (causalidade), haja vista, que a determinação da identidade de *SE* (identificação de A e B na superfície do enunciado) não está dada de princípio, antes é resultado da atividade de linguagem dos sujeitos enunciadorees que, ao relacionar as formas de um certo modo (léxico e gramática), não somente constrói esse valor, mas também o bloqueia.

## 2. A reflexividade de *SE* é produto da sua dinâmica de contextualizações.

Os enunciados com *SE* reflexivo resultam de uma trajetória que envolve representações heterogêneas, portanto, indeterminadas. Pelo ajuste entre as operações predicativas e enunciativas, a passagem de um nível languageiro ao nível linguístico, notamos nas contextualizações com *SE* que a relação entre a unidade e o valor (reflexivo) flutua mediante as modulações do conteúdo (variação espaço-temporal) ou da asserção (variação nos modos de validação; variação nas tomadas de posição sobre o conteúdo).

Depreende-se daí que *SE* remete a uma memória enunciativa antecipada de identificação dos argumento *a* e *b* do esquema  $\langle aRb \rangle$  e que são as marcas de asserção que nos permitem dizer que passamos de uma possível reflexividade (projeção de predicado) para uma reflexividade de fato (ocorrência de predicado). O valor da unidade se determina em razão dos modos pelos quais ela é colocada em relação com outras unidades. Como forma de sistematizar nossa leitura apresentamos a seguinte ilustração:



Fonte: elaborado pela autora

Em relação ao quadro acima, notamos que, no domínio de validação, das ocorrências com *SE* podem se localizar tanto no Interior ( $p$ ) quanto nos pontos de bifurcação, fronteira ou exterior ( $p'$ ), ou seja, a reflexividade resulta da comparação (identificação) do grau de conformidade das propriedades dos argumentos constituintes do projeto de predicado. A curva de identificação é gerada quando ficamos na bifurcação dada pelo projeto de predicado que carece de asserções que o validem ou que não o validem.

*SE* é marca da instabilidade qualitativa (oscilação) das propriedades que garantiriam a existência de  $X$  como tal, isto é, existe alguma coisa localizada em relação a algo que passaremos a predicar (distinguir), mas, porque essa coisa não se encontra ligada a um valor absoluto, porque é constitutiva do projeto de representação, uma margem de variação, *SE* marca essa deformabilidade na predicação que se abre para outros possíveis em razão de operações de determinação.

#### 4. O caminho *SE* faz caminhando<sup>134</sup>...

---

O conhecimento é assim:  
ri de si mesmo  
E de suas certezas.  
É meta de forma  
metamorfose  
movimento  
fluir do tempo  
que tanto cria como arrasa  
  
a nos mostrar que para o voo  
é preciso tanto o casulo  
como a asa.  
(Mauro Iasi<sup>135</sup>)

Ao findar esta trajetória de estudos, mas não nossa caminhada pelas veredas do conhecimento, consideramos pertinente retomar um questionamento inicial: o valor reflexivo é um dado para o pronome *SE* ou esse valor é um construto da atividade de linguagem dos sujeitos enunciadorees (produção e o reconhecimento de formas)?

A questão acima, intuitiva até certo ponto, conduziu a construção de uma reflexão que teve como direcionamento a articulação da atividade de linguagem com as línguas naturais. Partir dessa perspectiva implicou assumirmos que a variação radical é de princípio. Ao longo das páginas escritas envidamos esforços em mostrar o movimento que todo sujeito faz ao buscar ser compreendido.

Dito isso, ao percorrer o domínio epistemológico da gramática tradicional notamos que se valoriza as relações sintáticas e independente da alternância dos critérios classificatórios ou da profusão de taxonomias prevalece a orientação de que se reconheça o valor reflexivo da partícula *SE* como produto isolado. Concluimos que os estudos tradicionais não estão equivocados ao afirmar que *SE* é intransitivo e reflexivo em certos casos, haja vista que o interesse para os estudos tradicionais, incluindo-se, alguns de linguística, centra-se na ideia de

---

<sup>134</sup> Inspirado na formulação poética de Antonio Machado.

<sup>135</sup> Aula de Voo. Disponível em <http://saber-literario.blogspot.com.br/2012/11/aula-de-voo-mauro-iasi.html>. Acesso em 16 fev. 2021.

que as unidades ou sequências de unidades da língua natural dão expressão às categorias lógicas do pensamento.

Já, em nossa concepção buscamos compreender o funcionamento da linguagem na prática dos sujeitos enunciadore. Isto é, observar a atividade de linguagem como trabalho de construção da significação, dar visibilidade ao trabalho do sujeito, que nem sempre é visível, quando partimos do princípio saussuriano de *langue*.

Por isso, em nossa perspectiva as questões que remontam as polarizações causa, consequência, transitivo e reflexivo têm pouca importância, haja vista que o arcabouço teórico que sustenta nossas reflexões trabalha com operações, com processos de construção de categorias e não com classificações. Logo, nosso esforço foi visualizar *SE* como marcador de operações linguísticas que situa representações em relação a uma situação particular de diálogo e não como expressão de uma categoria, seja ela a de reflexividade ou qualquer outra nomenclatura que lhe for atribuído.

Nesse caso, observamos que, nos enunciados estudados, a reflexividade de *SE* é dependente das marcas de asserção do contexto encaixante que permite se passar de uma possível reflexividade (projeção de predicado) para uma reflexividade de fato (ocorrência de predicado). Ao darmos ênfase, nessa direção, ao fato de que as relações nocionais, sintáticas e enunciativas sustentam os valores que despontam em língua, mas não só, notamos que outros valores nem sempre são visíveis.

Nessa direção, os enunciados com *SE* trazem marcas do processo de origem, do trabalho de apropriação do sujeito em colocar a linguagem em funcionamento. Por fim, a identidade de *SE* reflexivo não é dada de antemão mas constrói-se por meio das articulações (esquemas de transitividade e alteridade) do material linguístico em cena. Portanto, compreendemos que a reflexividade é um valor definível, mas não fixo.

Ao buscarmos a sutileza da organização das formas de expressão construídas na interação verbal notamos que a articulação entre identidade e alteridade são faces de um mesmo movimento que não se opõem, mas regem o potencial de configuração do enunciado.

Posto isto, insistimos que o valor reflexivo está fundamentado na experiência variável dos sujeitos, e que esses projetam tal valor no *SE*, na situação de produção e interpretação de textos, quer dizer na situação de prática de linguagem. Essa compreensão nos possibilitou justificar casos em que, embora o *SE* esteja presente no enunciado, não se determina um valor reflexivo propriamente dito ou casos em que o valor reflexivo nem se coloca, tal como no exemplo apresentado por Bechara (2001, p.148): “João e Maria se amam”, que o gramático

interpreta como “João ama Maria e Maria ama João”, e não como “João se ama e Maria se ama”.

Concluimos que a experiência (variável) dos sujeitos enunciadoreis com o mundo e com a linguagem resulta na projeção do valor reflexivo sobre o *SE*, embora nem sempre essa projeção se confirme pela prática de linguagem dos próprios sujeitos que, ao lidar com o empírico (propriedades das noções semânticas; relação entre noções semânticas; relação entre o eu e o outro), em cada situação particular de diálogo, por vezes encontram obstáculos para a construção das suas projeções acerca de como se encontra organizada a relação entre o mundo (propriedades psicossociais) e a linguagem.

Para findar nossa reflexão, reiteramos nosso desejo de ter oportunizado ao nosso leitor a visualização da nossa caminhada, não somente de conhecimentos epistemológicos, mas, principalmente, de refinamento do olhar, tão necessário para visualizar o movimento que se faz para ir “do construído ao que está ainda para se construir e vice-versa” (REZENDE, 2000, p. 324).

Ressaltamos que, trabalhar com uma teoria que coloca a indeterminação como constitutiva da atividade de linguagem, a produção e o reconhecimento dos textos como resultante da articulação do léxico com a gramática nos fez aprender (e, ainda, aprendendo), que os voos do conhecimento na mesma proporção que criam hipóteses, arrasam outras; é somente com a persistência no fluir do tempo, transitando entre casulos e asas que o conhecimento se abre. Esperamos que nossas palavras sejam úteis para novos voos de reflexão pela atividade simbólica que é a linguagem.

## Referências

- ABRAÇADO, J. Por que transitividade traço a traço? In: ABRAÇADO, J; KENEDY, Eduardo. *Transitividade traço a traço*. Niterói: Eduff, 2014.
- AGUILAR, C. B. S. *Operações enunciativas e valores referenciais: Estudo da marca apesar de*. 205f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2007.
- ALMEIDA, N. M. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 44. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- ALMENDRA, M. A.; FIGUEIREDO, J. N. *Compêndio de Gramática Latina*. Portugal: Bloco Gráfico LDA, 1999.
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. ORLANDI, E. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.
- AZEREDO, J. C. de. *Fundamentos de gramática do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.
- AZEREDO, J. C. de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BANDEIRA, G. A. F. *Apagamento de SE nas funções sujeito e objeto: um estudo variacionista com dados do VARSUL do Paraná*. 272 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.
- BARROS, J. Grammatica da lingua portuguesa. [1540]. In: *Instituto de Estudos da Linguagem* – IEL. Disponível em: <https://www4.iel.unicamp.br/biblioteca/gramatica.php>. Acesso em: 20 fev. 2020.
- BARROS, M. *Retrato do artista quando coisa*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- BARROS, M. *O livro das ignoranças*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2016.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. Trad. NOVAK, M. et al. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005 [1966].
- BERGSON, H. Cartas, conferências e outros escritos. Trad. SILVA, F. L. In: *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1979 [1903].
- BERGSON, H. *Matéria e memória*. Trad. NEVES, P. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999 [1939].
- BIASSOTO, M. *Para uma gramática da produção: análise da marca mesmo sob o enfoque da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas*. 216 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara: SP, 2012.

- BOURDIEU, P. *Ce que parler veut dire: l'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard, 1982.
- CÂMARA, J. M. O estruturalismo. In: *Revista de Linguística Alfa*, v. 11, 1967.
- CÂMARA, J. M. *Dicionário de Linguística e Gramática*. Petrópolis, Vozes, 2000.
- CHOMSKY, N. *Barriers*. Cambridge: The MIT Press, 1986.
- CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding: The Pisa Lectures*. Cinnaminson: Foris Publications, 1981.
- CHRISTIANO, M. E. A. *As estruturas reflexivas em português e seu tratamento na gramática dos casos profundos*. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 1991.
- COELHO, S. F. Breve estudo etimológico do clítico se no português brasileiro. In: DUCHOWNY, A. T. *Pelas veredas da etimologia*. São Paulo: NEHILP/FFLCH/USP, 2016.
- CONTIJO, E. D. A psicanálise entre a ciência e a ética. In: *Síntese Nova Fase*, v. 24, n. 78, 1997.
- CONORADO, G. L. C. Coisa – Palavra – Poesia. In: *Revista Letras*, v. 15, 1966.
- Corpus do Português*. Disponível em: <<http://www.corpusdoportugues.org/x.asp>>. Acesso em: 10 out. 2018.
- COSTA, V. E. S. M.; MEDEIROS, M. O tempo vivido na perspectiva fenomenológica de Eugène Minkowski. In: *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 14, n. 2, 2009.
- CULIOLI, A. *Cognition and representation in linguistic theory*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.
- CULIOLI, A. *Escritos*. Trad. FISHER, S.; VERÓN, E. Buenos Aires: Santiago Arcos editores, 2010.
- CULIOLI, A. La communication verbale. In: *L'Homme et les autres*. Encyclopédie des sciences de l'homme: l'aventure humaine. Paris: Grange Batelière, v. 4, 1967.
- CULIOLI, A. *Notes du séminaire de D.E.A. 1983-1984*. Paris: Poitiers, 1985.
- CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation: domaine notionnel*. Paris: Ophrys, 1999b. Tomo 3.
- CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation: formalisation et opérations de repérage*. Paris: Ophrys, 1999a. Tomo 2.
- CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation: opérations et représentations*. Paris: Ophrys, 1990. Tomo 1.

- CULIOLI, A.; NORMAND, C. *Onze rencontres sur le langage et les langues*. Paris: Ophrys, 2005.
- CULIOLI, A. *Transcription du séminaire de D.E.A. de M. A. Culioli*. “Recherche em linguistique: theorie des operations enonciatives”. Paris : Departement de Recherches Linguistiques, Universite Paris VII, 1976.
- CULIOLI, A. *Variations sur la linguistique*. Entretiens avec Frédéric Fau. Préfaces et notes de Michel Viel. Paris: Klincksieck, 2002.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- DE VOGÜE, S. Culioli após Benveniste: enunciação, linguagem, integração. In: DE VOGÜÉ, S. de; et al. *Linguagem e enunciação: representação, referenciação e regulação*. São Paulo: Contexto, 2011.
- DE VOGÜE, S. *Dense, discret et compact: les enjeux énonciatifs d’une typologie lexicale*”, Collection ERA 642, Paris, U. Paris VII, 1989.
- DE VOGÜE, S.; PAILLARD, D. Modos de presença do outro. In: DE VOGÜÉ, S. de; et al. *Linguagem e enunciação: representação, referenciação e regulação*. São Paulo: Contexto, 2011.
- DE VOGÜE, S.; et al. Prefácio. In: VOGÜÉ, S. de; et al. *Linguagem e enunciação: representação, referenciação e regulação*. São Paulo: Contexto, 2011.
- DESCLÉS, J. P. Opérations de prédication et de détermination. In: *Lidil- Revue de linguistique et de didactique des langues*, 2008.
- DESCLES, J. P.; GUENTCHEVA, Z. Causalité, causativité, transitivité In: *Typology of verbal categories*. Tübingen, Niemeyer: Linguistische Arbeiten, 1997.
- DUCARD, D. *Enunciação e atividade de linguagem*. ROSÁRIO, H. M; et. al. (org). Uberlândia: EDUFU, 2013.
- DIAS, A. F. A linguagem como relação em Emmanuel Levinas. In: *Filosofazer*, n. 36, 2010.
- ECO, H. *Como se faz uma tese*. Trad. SOUZA, G. C. C. 21 ed. São Paulo: Perspectiva, 2008 [1932].
- FRAGOSO, L.C. P. L. A Gramática Funcional e o Processo de Gramaticalização. In: *Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades*. v. 2, n. 6, 2003.
- FRANCKEL, J. J, PAILLARD, D. Aspectos da teoria de Antoine Culioli. In: VOGÜÉ, S. de. et al. *Linguagem e enunciação: representação, referenciação e regulação*. São Paulo: Contexto, 2011.

- FRANCKEL, J. J. *Atividade de linguagem, diversidade e singularidade das línguas em Antoine Culioli*. 2020. Notas da disciplina cursada no Programa de Pós-graduação em Educação e Saúde na Infância e a Adolescência, Universidade Federal de São Carlos.
- FRANCKEL, J. J. Da interpretação à glosa: por uma metodologia da reformulação. In: VOGÜÉ, S. de. et al. *Linguagem e enunciação: representação, referenciação e regulação*. São Paulo: Contexto, 2011.
- FRANCKEL, J. J. Referência, referenciação e valores referenciais. In: VOGÜÉ, S. de. et al. *Linguagem e enunciação: representação, referenciação e regulação*. São Paulo: Contexto, 2011.
- FRANCKEL, J. J. Franckel. Croire. In: *Linx - Revue des linguistes de l'université Paris X Nanterre*, 2014.
- FREGE, G. Pensamentos Compostos. Trad. ALCOFORADO, P. In: *Investigações Lógicas*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- FUCHS, C. O sujeito na teoria enunciativa de A. Culioli: algumas referências. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 7, p. 77-85, 1984.
- GADOTTI, M. *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- GODOY, L. A. G. *A reflexivização no PB e a decomposição semântica de predicados*. 154 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2012.
- GODOY, L. *O status argumental do clítico reflexivo SE em português*. Disponível em: [http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/ABRALIN\\_2009/PDF/Luisa%20Godoy%20-%20ok.pdf](http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/ABRALIN_2009/PDF/Luisa%20Godoy%20-%20ok.pdf). Acesso em: 20 jul. 2020.
- GUENTCHÉVA, Z. L'énonciation médiatisée et les mécanismes perceptifs. In: BOUSCAREN, J; et al. *Langues et langage. Problèmes et raisonnement en linguistique, mélanges offerts à Antoine Culioli*. Paris: PUF, 1995.
- HAMON, S. La cause linguistique. In: *Linx - Revue des linguistes de l'université Paris X Nanterre*, 2006.
- HOPPER, P. J.; S. A. THOMPSON. Transitivity in grammar and discourse. In: *Language* v. 56, n. 2, 1980.
- HOPPER, P. J.; S. A. THOMPSON. *Syntax and semantics 15: studies in transitivity*. New York, Academic Press: 1982
- KURY, A. G. *Novas lições de análise sintática*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1993.
- KURY, A. G. *Novas lições de análise sintática*. 9. ed. São Paulo: Ática, 2000.

- LANGACKER, R. *Cognitive Grammar: A basic introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- LENHARO, A. C. *Descrição léxico-gramatical e funcional dos verbos pronominais do português brasileiro com vistas ao aperfeiçoamento da base de verbos da Wordnet brasileira e do alinhamento semântico desta a base de verbos da Wordnet norte-americana*. 238 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2014.
- LEVINAS, E. *Totalidade e infinito: ensaio sobre a exterioridade*. Trad. RIBEIRO, J. P. Lisboa: Edições 70, 1980.
- LEVINAS, E. *Descobrendo a existência com Husserl e Heidegger*. Trad. OLIVEIRA, F. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.
- LIMA, R. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 24. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.
- LIMA, R. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 47. ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- LOPES, J. A. *Dicionário de Verbos Conjugados*. 3. ed. Porto: Lello e Irmão Editores, 1992.
- MACAMBIRA, J. R. Diátese Verbal. In: *Revista de Letras*, vol. 1, n. 1, 1978.
- MARTINS, M. S. C. *Saussure e o Curso de Linguística Geral: valores, confrontos, desconstrução*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2014.
- MATEUS, M. H. M., et. al. *Gramática da língua portuguesa*. 6. ed. Lisboa: Caminho, 2003.
- MELLO, F. R. *O uso produtivo do 'se' reflexivo na fala de João Pessoa: uma abordagem funcionalista*. 113 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005.
- MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. Trad. MOURA, C. A. R. 5. Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018 [1945].
- MERLEAU-PONTY, M. *O visível e o invisível*. Trad. GIANOTTI, J. A.; OLIVEIRA, A. M. São Paulo: Perspectiva, 2014 [1964]
- MORIN, E. *O problema epistemológico da complexidade*. 2. ed., Lisboa: Europa America, 1996 [1983].
- NEVES, M. H. de M. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.
- NORMAND, C. A teoria de Antoine Culioli: uma poética. In: *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 44, n. 1, 2009.

- OLIVEIRA, M.T. F. *Valores de (inter)subjetividade na análise semântica: a marcação da distância*. 211 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Portugal, 2013.
- ONOFRE, S. G. *A atividade de linguagem nos deslocamentos enunciativos temporais*. 150 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2017.
- PAILLARD, D. Entrevistadores: Márcia Romero e Valdir do Nascimento Flores. In: *Linguagem*, São Carlos: SP, v. 27, n. 1, 2016.
- PERES, J. A.; MÓIA, T. *Áreas críticas da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1995.
- PIAGET, J. *A psicologia da inteligência*. Trad. TEIXEIRA, G. J. F. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- PIERRE, W. *A lógica*. Trad. MARCIONILO, M. São Paulo: Parábola, 2009, [1963].
- PIMENTA, P. P. Hume: da teoria dos signos à gramática geral. In: *Prometeus*, n. 23, 2017.
- POINCARÉ, H. *Dernières pensées*. Paris: Flammarion, 1913.
- PRIA, A. D. A especificidade linguística e não-linguística em articulação com a atividade de linguagem. In: *Signo*, v. 38, n. 64, 2013.
- PRIA, A. D.; CUMPRI, M. L.; KARIM, T. M. A identidade das formas linguísticas sob o ponto de vista das operações predicativas e enunciativas. In: *Letrônica*, v. 12, n. 2, 2019.
- PRIA, A. D. A interação do verbo suporte DAR com os processos de construção da significação no português brasileiro. In: *Delta*, v. 3, n. 2, 2019.
- PRIA, A. D.; SOUZA, F. G. O estudo operatório da argumentação. In: *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 7, 2017.
- PRIA, A. D. *Para um redimensionamento do estudo do adjetivo: os processos enunciativos de variação semântica de “falso”*. 124 f. Doutorado (Tese em Linguística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara: SP, 2009.
- POINCARÉ, H. *Dernières pensées*. Paris: Flammarion, 1917.
- REZENDE, L. M. A indeterminação da linguagem e a instabilidade-estabilidade dos valores gramaticais. In: *Estudos Linguísticos*, Taubaté, São Paulo, n. XXXII, 2003.
- REZENDE, L. M. Atividade Epilinguística e o Ensino de Língua Portuguesa. In: *Revista do GEL*, São José do Rio Preto, v. 5, n.1, 2008.
- REZENDE, L. M. Causalidade, propriedade diferencial e construção de domínios nocionais. In: *Alfa*, v. 47, 2003.
- REZENDE, L. M. Contribuições da Teoria da Operações Predicativas e Enunciativas para o ensino de línguas. In: *Versão Beta: Sob o signo da palavra*, São Carlos, ano VIII, n. VIII, 2010.

- REZENDE, L. M. A. A indeterminação da linguagem: sintaxe e léxico. In: *Alfa*, São Paulo, n. 34, 2000.
- REZENDE, L. M. A. *Léxico e gramática: aproximação de problemas linguísticos com educacionais*. 320 f. Tese (Livre docência) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara: SP, 2000.
- RIBEIRO, J. *Grammatica portugueza*. 19. ed. São Paulo: Francisco Alves, 1920.
- ROCHA LIMA, C. H. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 47. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- RODRIGUES, V. M. Do diálogo ao dizer: linguagem e subjetividade ética em Emmanuel Levinas. In: *Trilhas filosóficas*, n. 2, 2011.
- ROMERO-LOPES, M. C. *Processos enunciativos de variação semântica e identidade lexical: a polissemia redimensionada*. 342 f. Tese (Doutorado em Língua e Literatura Francesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- SAID ALI, M. *Dificuldades da língua portuguesa*. 7. ed. Rio de Janeiro: ABL, Biblioteca Nacional, 2008.
- SAID ALI, M. *Gramática Elementar da Língua Portuguesa*. 9. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1966.
- SAID ALI, M. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1964 [1931].
- SAID ALI, M. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos, 1971.
- SALVIATO-SILVA, A. C. O Conhecimento Epilinguístico na Prática Docente. In: LEAHY-DIOS, C. (org). *Docência da Língua Portuguesa: Experiências Contemporâneas*. Niterói: CLEdições, 2008.
- SARTRE, J. P. *O Existencialismo é um Humanismo*. Trad. FERREIRA, v. 4. Lisboa: Presença, 1978.
- SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. Trad. CHELINI, A. et al. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].
- SOUZA, F. G. *Estudo do marcador DE REPENTE sob o enfoque da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas*. 104 f. Mestrado (Dissertação em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres: MT, 2018.

- SZUBRIS, E. B; PRIA, A. D. Por uma problemática da significação linguística. In: *Revista Ecos*, v. 29, n 02, 2020.
- TALMY, L. Force dynamics in language and cognition. In: *Cognitive Science*, v. 2, 1988.
- THOMPSON, S. A.; HOPPER P. J. Transitivity, clause structure, and argument structure. In: BYBEE, J.; HOPPER P. J. (ed.). *Frequency and emergence of linguistic structure*. Amsterdam: John Benjamins, 2001.
- VIGNAUX, G. Entre linguistique et cognition: des problématiques de l'énonciation a certains développements tirés de l'oeuvre d'Antoine Culioli. In: BOUSCAREN, et al. (orgs.) *Langues e langage. Problèmes et raisonnement en linguistique: mélanges offerts à Antoine Culioli*. Paris: PUF, 1995.
- WAGNER, P. A lógica. Trad. MARCIONILO, M. São Paulo: Parábola, 2009.
- YUNFENG, Z. *Aquisição de se anafórico por aprendentes chineses de Português L2*. 352 f. Doutorado (Tese em Linguística Portuguesa), Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Portugal, 2018.
- ZAVAGLIA, A. *Da invariância da linguagem à variância das línguas: contribuição para a elaboração de uma teoria enunciativa da tradução como um caso particular de paráfrase*. 334 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara: SP, 2002.
- ZAVAGLIA, A. *Pequena introdução à teoria das operações enunciativas*. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2016.